



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2018



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-SC 020/2015

2018

FEVEREIRO DE 2019

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que este Tribunal de Justiça está obrigado, nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n. 20/2015-TCE/SC.

Rodrigo Collaço

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Unidade Jurisdicionada: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.845.701/0001-59

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina. CEP 88020-901.

Telefone: 3287-1000

Home: www.tjsc.jus.br

Legislação: Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina - Lei Estadual n. 5.624, de 09 de novembro de 1979, com alterações posteriores.

ROL DE RESPONSÁVEIS

1) Nome: José Antônio Torres Marques

CPF: 293.786.990-49

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Torre II, 8º andar, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo:

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n. 20/2015) - Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 354, do dia 2 de dezembro de 2015. Posse em 29/1/2016, Sessão solene n. 356

Período de gestão no exercício: 29/1/2016 a 1/2/2018

2) Nome: Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

CPF: 510929.999-49

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo:

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n. 20/2015) - Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 391, do dia 6 de dezembro de 2017. Posse em 2/2/2018, Sessão solene n. 392

Período de gestão no exercício: 2/2/2018 a 2/2/2020

COMPOSIÇÃO

DESEMBARGADORES

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Newton Trisotto
Luiz César Medeiros
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques
Marcus Tulio Sartorato
Salette Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Salim Schead dos Santos
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
Moacyr de Moraes Lima Filho, **1º Vice-Presidente**
Sérgio Izidoro Heil
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Joel Dias Figueira Júnior
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins
Sônia Maria Schmitz
Henry Goy Petry Junior, **Corregedor-Geral da Justiça**
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**
Jairo Fernandes Gonçalves
João Batista Góes Ulysséa
Ronei Danielli
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ronaldo Moritz Martins da Silva
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella
Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, **Presidente**
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva, **2º Vice-Presidente**

Rogério Mariano do Nascimento
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira, **3º Vice-Presidente**
Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Bruggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Janice Goulart Garcia Ubialli
Cláudia Lambert de Faria
Rubens Schulz
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
André Carvalho
Cynthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Jorge Luis Costa Beber
Guilherme Nunes Born
Luiz Zanelato
André Luiz Dacol
Jaime Machado Júnior
Hélio do Valle Pereira
Gerson Cherem II
Dinart Francisco Machado
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho
Wilson Fontana
Luiz Cesar Schweitzer
Luiz Neri Oliveira de Souza
Norival Acácio Engel
Paulo Ricardo Bruschi
Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida
Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Álvaro Luiz Pereira de Andrade
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Haidée Denise Grin
Selso de Oliveira
Antônio Zoldan da Veiga

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa
Carlos Roberto da Silva
Bettina Maria Maresch de Moura

DIRIGENTES

(Biênio 2018/2020)

Presidência

Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Primeira Vice-Presidência

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargador Henry Petry Junior

Segunda Vice-Presidência

Desembargador Carlos Adilson Silva

Terceira Vice-Presidência

Desembargador Altamiro de Oliveira

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Coordenadoria de Magistrados

Juiz Rafael Germer Condé

Juízes Auxiliares

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, **Presidência – Núcleo**

Administrativo

Juiz Cláudio Barbosa Fontes Filho, **Presidência – Núcleo**
Jurídico

Juiz Laudenir Fernando Petroncini, **Presidência – Núcleo**
Financeiro

Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha, **1ª Vice-Presidência**

Juízes Corregedores

Juiz Ricardo Rafael dos Santos, **Núcleo I**

Juiz Orlando Luiz Zanon Junior, **Núcleo II**

Juíza Sônia Eunice Odwazny, **Núcleo III**

Juiz Marco Augusto Ghisi Machado, **Núcleo IV**

Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Núcleo V**

Gabinete da Presidência

Carlos André Carlini, Chefe de Gabinete
Fernanda do Nascimento Müller De Villamartin,
Atividades Específicas

Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

Cícero Diogo Meneguzzi Metz

Casa Militar

Tenente-Coronel Emerson Fernandes, **Chefe**
Major Cristiano Medeiros, **Subchefe**

Diretoria-Geral Administrativa

Rodrigo Granzotto Peron

Diretoria-Geral Judiciária

Maurício Walendowsky Spricigo

Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual

Tatiana Costa Cassio

Diretoria de Cumprimento Processual Remoto do Primeiro Grau

Lucas Rodolfo Mazzali

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Everton William Tischer

Diretoria de Gestão de Pessoas

Raphael Jaques de Souza

Diretoria de Infraestrutura

Fernanda de Jesus

Diretoria de Material e Patrimônio

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

Diretoria de Orçamento e Finanças

Eduardo Cardoso Silva

Diretoria de Recursos e Incidentes

Boris Leonel Kruger

Diretoria de Saúde

José Eduardo Cacesse Shiozawa

Diretoria de Tecnologia da Informação

Rafael Giorgio Ferri

Auditoria Interna

Cleverson Oliveira, Coordenador

COLEGIADOS DE GESTÃO

CONSELHO DE POLÍTICAS JURISDICIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Membros

Desembargador Rodrigo Collaço, **Presidente**

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **1º Vice-Presidente**

Desembargador Henry Petry Júnior, **Corregedor-Geral da Justiça**

Desembargador Luiz César Medeiros, **Diretor Executivo da Academia Judicial**

Desembargador Carlos Adilson Silva, **2º Vice-Presidente**

Desembargador Altamiro de Oliveira, **3º Vice-Presidente**

Desembargador Roberto Lucas Pacheco, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**

Desembargador Luiz Fernando Boller, **integrante do Grupo de Câmaras de Direito Público**

Desembargadora Denise Volpato, **integrante do Grupo de Câmaras de Direito Civil**

Desembargador Mariano do Nascimento, **integrante do Grupo de Câmaras de Direito Comercial**

Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo, **integrante da Seção Criminal**

Juíza Maria de Lourdes Simas Porto, **Presidente do Comitê Orçamentário de Gestão**

de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

Juíza Cândida Inês Zoellner Brugnoli

Juiz Juliano Serpa

Juiz João Carlos Franco

Juiz Luciano Fernandes da Silva

Secretário

Maurício Walendowsky Sprícigo, **Diretor-Geral Judiciário**

Chefe da Secretaria

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Membros

Desembargador Rodrigo Collaço, **Presidente**

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **1º Vice-Presidente**

Desembargador Henry Petry Júnior, **Corregedor-Geral da Justiça**

Desembargador Carlos Adilson Silva, **2º Vice-Presidente**

Desembargador Altamiro de Oliveira, **3º Vice-Presidente**

Desembargador Roberto Lucas Pacheco, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**

Desembargador Luiz Zanelato

Desembargador Gerson Cherem II

Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski

Desembargador Artur Jenichen Filho

Desembargador Luiz Neri Oliveira de Souza

Desembargador Hélio David Vieira Figueira dos Santos

Secretário

Maurício Walendowsky Sprícigo, **Diretor-Geral Judiciário**

Chefe da Secretaria

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA (FRJ)

Desembargador Carlos Alberto Civinski, **Presidente**

Procurador de Justiça Cid Luiz Ribeiro Schmitz,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos

Administrativos

Advogado Juliano Mandelli Moreira

SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS (SIDEJUD)

Desembargador Ernani Guetten de Almeida, **Presidente**

Desembargador Ronei Danielli

Rodrigo Granzotto Peron, **Diretor-Geral Administrativo**

Eduardo Cardoso Silva, **Diretor de Orçamento e Finanças**

CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (CSI)

Desembargador Getúlio Corrêa, **Coordenador**

Desembargador Sidney Dalabrida, **Coordenador-Adjunto**

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, **Juíza Auxiliar da Presidência**

Juiz Marco Augusto Ghisi Machado, **Juiz-Corregedor**

Juiz Gustavo Emelau Marchiori

Mauro Cândido dos Santos Rodrigues, **Delegado da Polícia Civil**

Tenente-Coronel Emerson Fernandes, **Chefe da Casa Militar**

Juiz Murilo Leirião Consalter, **suplente**

COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**

Desembargador André Luiz Dacol

Advogado Leonardo Reis de Oliveira

Desembargador Salim Schead dos Santos, **suplente**

COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**

Desembargador Saul Steil
Desembargador Newton Varella Júnior
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Juiz Paulo Eduardo Huergo Farah
Juíza Naiara Brancher, **suplente**

COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**
Desembargador Gerson Cherem II
Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**
Desembargador Ronei Danielli
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
Desembargador Jorge Luis Costa Beber

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Roger Tang Vidal, **Presidente**
Debora Carolina Piazza
Guilherme e Silva Pamplona
Itacir Carlos Fabris
Kleber Steinbach
Luciana Rodrigues do Canto

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO, DE GESTÃO DE PESSOAS E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Membros

Juíza Maria de Lourdes Simas Porto, **Presidente**
Juiz Marcelo Pons Meirelles
Juíza Fernanda Pereira Nunes
Juíza Anuska Felski da Silva
Juiz Vitoraldo Bridi
Raphael Jaques de Souza
Alessandro Schotten Becker
Alcides Alonso Leonel
Daniel Henrique Sprotte Lima
Helio Lentz Puerta Neto
Fábio Ramos Bittencourt

Suplentes

Juiz Rafael Araújo Rios Schmitt
Juiz Humberto Goulart da Silveira
Juiz Uziel Nunes de Oliveira
Juiz Érica Lourenço de Lima Ferreira

Juiz Rafael Maas dos Anjos
Déborah Moraes de Jesus
Marlo Lawin
Anderson Luz dos Santos
Sarajane Rodrigues Candeia
Daniele Búrigo Marques Heinzen
Jaime Gaio

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Desembargador Rodrigo Collaço, Coordenador
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **1º Vice-Presidente**
Desembargador Henry Goy Petry Junior, **Corregedor-Geral da Justiça**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta
Juiz Laudenir Fernando Petroncini
Maurício Walendowsky Sprícigo, **Diretor-Geral Judiciário**
Rodrigo Granzotto Peron, **Diretor-Geral Administrativo**
Rafael Giorgio Ferri, **Diretor de Tecnologia da Informação**

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS (CGDA)

Maurício Walendowsky Sprícigo, **Presidente**
Rodrigo Granzotto Peron, **Diretor-Geral Administrativo**
Ricardo Albino França, **Diretor de Documentação e Informações**
Rafael Giorgio Ferri, **Diretor de Tecnologia da Informação**
Marcos Rodolfo da Silva, **Chefe da Divisão de Arquivo**
Adelson André Brüggemann, **Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário**

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CEIJ)

Desembargadora Rosane Portella Wolff, **Coordenadora**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, **Cooperadora Institucional**
Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Cooperador Institucional**
Juiz Giancarlo Bremer Nones, **Cooperador Técnico**

Conselho Consultivo

Juíza Ana Cristina Borba Alves
Juiz André Milani
Juíza Brigitte Remor de Souza May
Juiz Cláudio Barbosa Fontes Filho
Juíza Cristina Paul Cunha Bogo
Juíza Daniela Fernandes Dias Morelli
Juíza Elaine Cristina de Souza Freitas
Juiz Evandro Volmar Rizzo
Juíza Fabrícia Alcantara Mondin

Juiz Fernando Machado Carboni
Juiz Giancarlo Bremer Nones
Juíza Joana Ribeiro
Juíza Karina Müller Queiroz de Souza
Juiz Luciano Fernandes da Silva
Juiz Márcio Rene Rocha
Juiz Marcos d'Ávila Scherer
Juíza Maria de Lourdes Simas Porto
Juiz Maycon Rangel Favareto
Juíza Miriam Regina Garcia Cavalcanti
Juíza Nayana Scherer
Juiz Raphael Mendes Barbosa
Juiz Ricardo Alexandre Fiuza
Juíza Sabrina Menegatti Pítsica
Juiz Samuel Andreis
Juíza Simone Faria Locks
Juíza Surami Juliana dos Santos Heerdt
Juiz Tanit Adrian Perozzo Daltoé

COORDENADORIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (CEVID)

Desembargadora Salete Silva Sommariva, **Coordenadora**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, **Cooperadora Institucional**
Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Cooperador Institucional**
Juiz Rafael Germer Condé, **Coordenador de Magistrados**

COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (COJEPEMEC)

Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli, **Coordenadora**

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL (GMF)

Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann, **Supervisor**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, **Cooperadora Institucional**
Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Cooperador Institucional**
Juiz Frederico Andrade Siegel, **Cooperador Técnico**

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL (NIS)

Coordenador
Desembargador Sidney Eloy Dalabrida
Divisão de Inteligência
Delegado Mauro Cândido dos Santos Rodrigues
Divisão de Contrainteligência
Tenente-Coronel Emerson Fernandes

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Desembargador Ronei Danielli, **Coordenador**
Ângelo Lima Medeiros, **Assessor de Imprensa**
Tathiana Nogueira Mendes Carlin, **Assessora de Cerimonial**

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES (NUGEP)

Comissão Gestora

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho
Desembargador Carlos Adilson Silva
Desembargador Altamiro de Oliveira

Coordenadora

Samira Regina Malheiros

SUMÁRIO

INDICADORES ESTRATÉGICOS 2015-2020	10
PRODUTIVIDADE NO PRIMEIRO GRAU	45
PRODUTIVIDADE NO SEGUNDO GRAU	49
CONTAS PÚBLICAS	52
GESTÃO DE PESSOAS	67
CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	72
MODERNIZAÇÃO.....	78
AÇÕES SOCIAIS NA ÁREA-FIM	81
AÇÕES DE CIDADANIA.....	82
CONTROLE INTERNO – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO PERÍODO	83

INDICADORES ESTRATÉGICOS 2015-2020

PERSPECTIVA CIDADÃOS – CI

CI 1 – Garantir a humanização do atendimento e buscar satisfação dos cidadãos

CI 1.1 – Índice de satisfação do usuário

CI 2 – Aprimorar a comunicação institucional

CI 2.1 – Índice de matérias institucionais positivas

PERSPECTIVA SERVIÇOS – SE

SE 1 – Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva

SE 1.1 – Tempo de tramitação dos processos baixados de 1º grau

SE 1.2 – Tempo de tramitação dos processos baixados de 2º grau

SE 1.3 – Tempo da sentença nos processos de conhecimento de 1º grau

SE 1.4 – Tempo da decisão terminativa de processo de 2º grau

SE 1.5 – Produtividade de juízes de 1º grau

SE 1.6 – Produtividade de desembargadores e juízes de 2º grau

SE 1.7 – Índice de atendimento à demanda do 1º grau

SE 1.8 – Índice de atendimento à demanda do 2º grau

SE 1.9 – Taxa de congestionamento no 1º grau

SE 1.10 – Taxa de congestionamento no 2º grau

SE 2 – Aprimorar práticas autocompositivas

SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial

SE 2.2 – Percentual de conflitos, na área cível, resolvidos por acordo

SE 3 – Promover a cidadania e iniciativas de valor social

SE 3.1 – Tempo para resolução de ações de maior impacto social

SE 3.2 – Número de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos sóciojurídicos

PERSPECTIVA PESSOAS E RECURSOS – PR

PR 1 – Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes

PR 1.1 – Percentual de colaboradores capacitados

PR 1.2 – Horas de capacitação por colaborador

PR 1.3 – Índice de efetividade da capacitação

PR 1.4 – Índice de satisfação dos colaboradores com relação às oportunidades de desenvolvimento profissional

PR 2 – Fomentar ações para a melhoria da saúde e do clima organizacional

PR 2.1 – Índice de satisfação dos colaboradores

PR 2.2 – Percentual de dias de afastamento por motivo de saúde própria

PR 2.3 – Percentual de colaboradores afastados por motivo de saúde própria

PR 3 – Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação

PR 3.1 – Número de dias em que prazos processuais foram prorrogados em função da indisponibilidade do sistema

PR 3.2 – Índice de satisfação dos colaboradores em relação aos serviços de TIC

PR 4 – Garantir infraestrutura adequada à prestação de serviços

PR 4.1 – Nota do plano de obras

PERSPECTIVA GESTÃO – GE

GE 1 – Disseminar a cultura do planejamento com ênfase no alinhamento estratégico assegurando a gestão participativa

GE 1.1 – Índice de unidades do 1º Grau com planos de ação implementados

GE 1.2 – Índice de colaboradores capacitados em Planejamento Estratégico

GE 2 – Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução da estratégia

GE 2.1 – Índice das contratações realizadas no prazo ideal

GE 2.2 – Custo do processo baixado

GE 3 – Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho

GE 3.1 – Índice de colaboradores capacitados em Gestão de Processos de trabalho

GE 3.2 – Índice de macroprocessos melhorados

GE 4 – Aperfeiçoar a comunicação interna

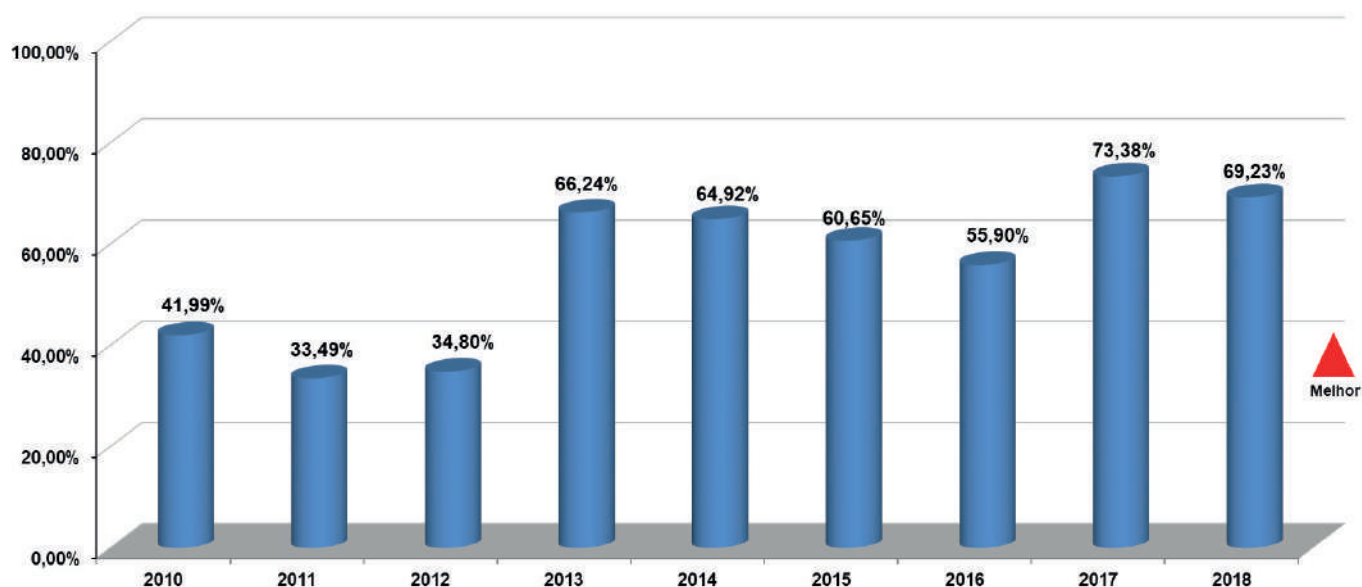
GE 4.1 – Índice de satisfação com a efetividade da comunicação interna

GE 5 – Concretizar a gestão do conhecimento

GE 5.1 – Índice de colaboradores capacitados em Gestão do Conhecimento

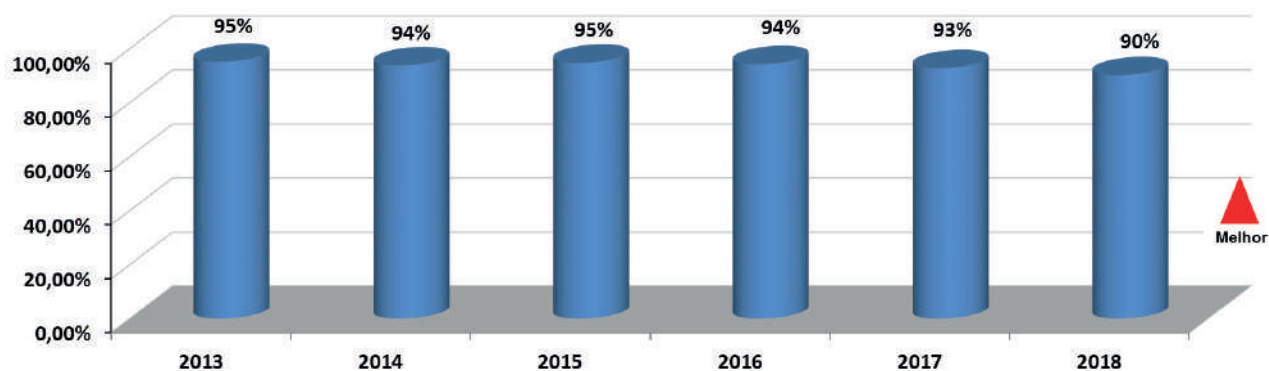
CIDADÃOS – CI

Objetivo Estratégico	CI1 – GARANTIR A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E BUSCAR SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS
Indicador	CI1.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO
O que mede	A satisfação do cidadão
Por que medir	Para aferir se os serviços prestados pelo PJSC estão atendendo as necessidades do cidadão
Como medir	% de aprovação obtido por meio da pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela internet (nº de respostas excelente e bom / nº de itens respondidos)* 100 Informar, também, o número total de respondentes da pesquisa.
Quem mede	Ouidoria
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



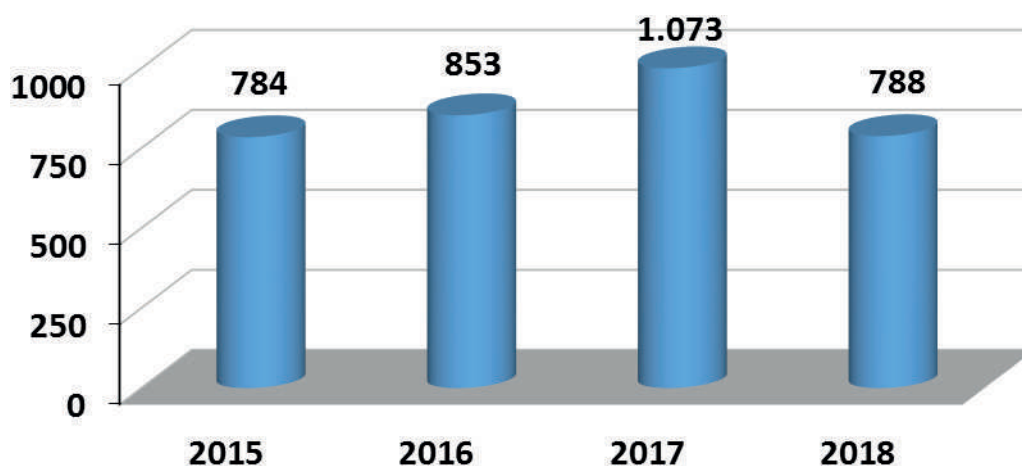
CIDADÃOS – CI

Objetivo Estratégico	CI 2 – APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
Indicador	CI 2.1 – ÍNDICE DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS
O que mede	A quantidade de matérias publicadas sobre o PJSC com enfoque positivo ou neutro. Considerar todas as matérias publicadas nos veículos de comunicação resenhados/clipados pela Assessoria de Imprensa do TJSC
Por que medir	Para verificar a imagem do PJSC perante o público externo
Como medir	(número de matérias positivas ou neutras / total de matérias publicadas) * 100 (número de matérias positivas / total de matérias publicadas) * 100 (número de matérias neutras / total de matérias publicadas) * 100
Quem mede	Assessoria de Imprensa
Periodicidade	Semestral
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



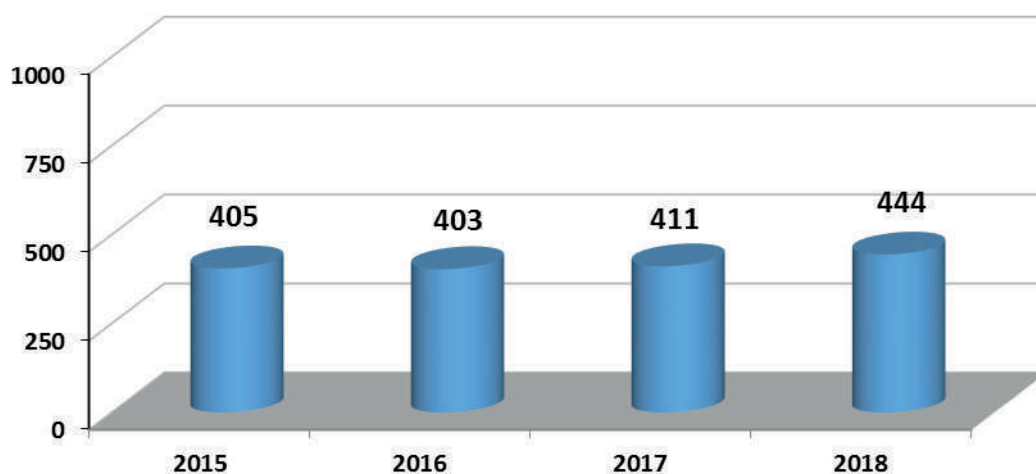
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.1 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 1º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos de conhecimento baixados no 1º Grau, Juizados e Turmas de Recursos durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a primeira data de baixa
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(\text{TpBaixCCrim1º}_\text{média} \times \text{TpBaixCCrim1º}_\text{núm processos} + \text{TpBaixCCrimJE}_\text{média} \times \text{TpBaixCCrimJE}_\text{núm processos} + \text{TpBaixCrimTR}_\text{média} \times \text{TpBaixCrimTR}_\text{núm processos} + \text{TpBaixCNCrim1º}_\text{média} \times \text{TpBaixCNCrim1º}_\text{núm processos} + \text{TpBaixCNCrimJE}_\text{média} \times \text{TpBaixCNCrimJE}_\text{núm processos} + \text{TpBaixNCrimTR}_\text{média} \times \text{TpBaixNCrimTR}_\text{núm processos})}{(\text{TpBaixCCrim1º}_\text{núm processos} + \text{TpBaixCCrimJE}_\text{núm processos} + \text{TpBaixCrimTR}_\text{núm processos} + \text{TpBaixCNCrim1º}_\text{núm processos} + \text{TpBaixCNCrimJE}_\text{núm processos} + \text{TpBaixNCrimTR}_\text{núm processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



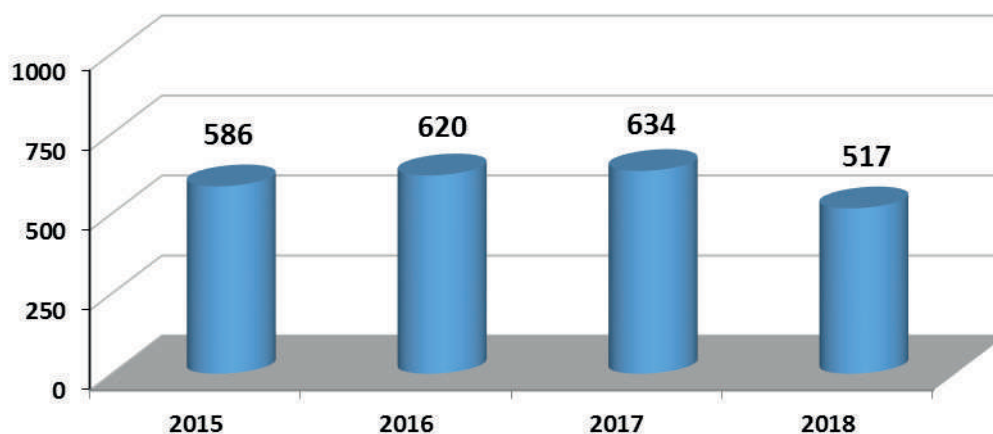
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.2 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 2º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos baixados no 2º grau durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a primeira data de baixa
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(\text{TpBaixCrim2}^\circ \text{ média} \times \text{TpBaixCrim2}^\circ \text{ núm processos} + \text{TpBaixNCrim2}^\circ \text{ média} \times \text{TpBaixNCrim2}^\circ \text{ núm processos})}{(\text{TpBaixCrim2}^\circ \text{ núm processos} + \text{TpBaixNCrim2}^\circ \text{ núm processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



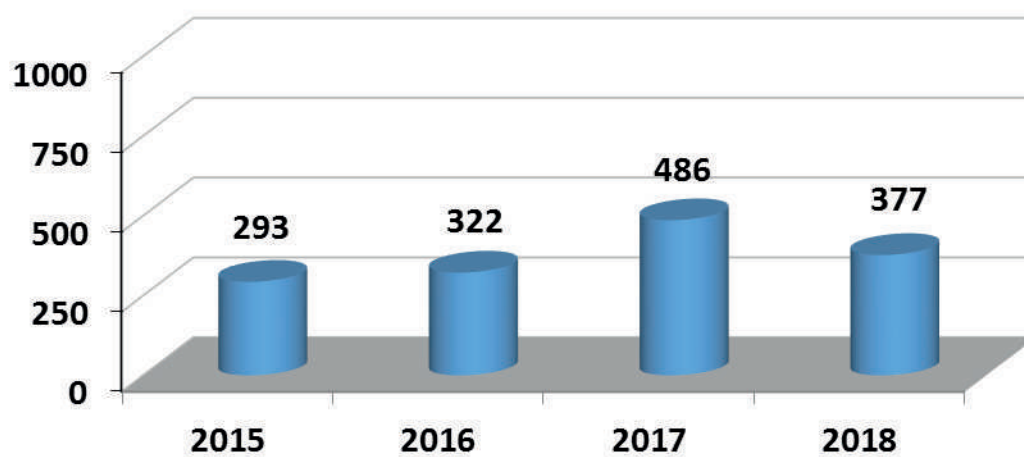
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.3 – TEMPO DA SENTENÇA NOS PROCESSOS DE CONHECIMENTO DE 1º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos de conhecimento que foram julgados no 1º grau durante o ano-base, decorrido entre a data de protocolo e a última data da sentença.
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(\text{TpSentC1º_média} \times \text{TpSentC1º_nºm processos} + \text{TpSentCJE_média} \times \text{TpSentCJE_nºm processos})}{(\text{TpSentC1º_nºm processos} + \text{TpSentCJE_nºm processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



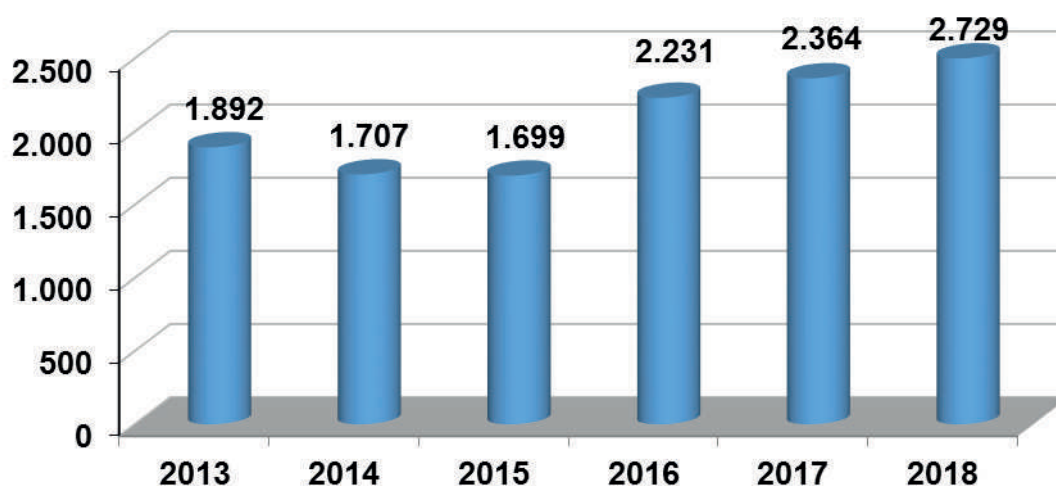
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.4 – TEMPO DA DECISÃO TERMINATIVA DE PROCESSO DE 2º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos que foram julgados no 2º grau do ano-base, decorrido entre o protocolo e a decisão terminativa de processo.
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(\text{TpDec2º_média} \times \text{TpDec2º_nºm processos} + \text{TpDecTR_média} \times \text{TpDecTR_nºm processos})}{(\text{TpDec2º_nºm processos} + \text{TpDecTR_nºm processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



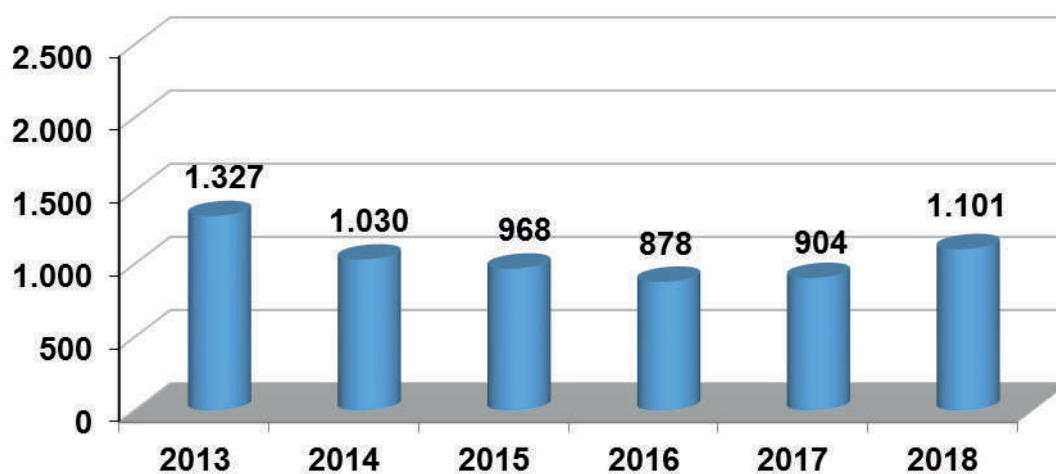
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.5 – PRODUTIVIDADE DE JUÍZES DE 1º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados por magistrado com atuação nas suas respectivas unidades vinculadas.
Por que medir	Para verificar a produtividade jurisdicional do 1º Grau de Jurisdição
Como medir	$(T_{Baix_{JE}} + T_{Baix_{TR}} + T_{Baix_{JE}}) / (Mag_{JE} + Mag_{TR} + Mag_{JE} - MagPAC_{JE1º} - MagPAC_{TR1º} - MagPAC_{TRJE})$ (baixados de conhecimento e execução)
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



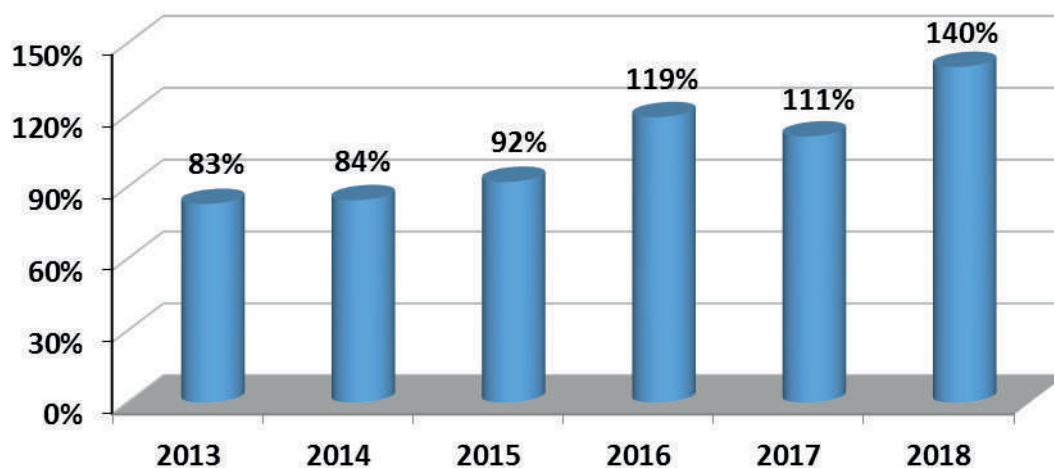
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.6 – PRODUTIVIDADE DE DESEMBARGADORES E JUÍZES DE 2º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados por Desembargador e Juiz de 2º Grau
Por que medir	Para verificar a produtividade jurisdicional do 2º Grau de jurisdição
Como medir	$TBaix_{2^o} / Mag_{2^o}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



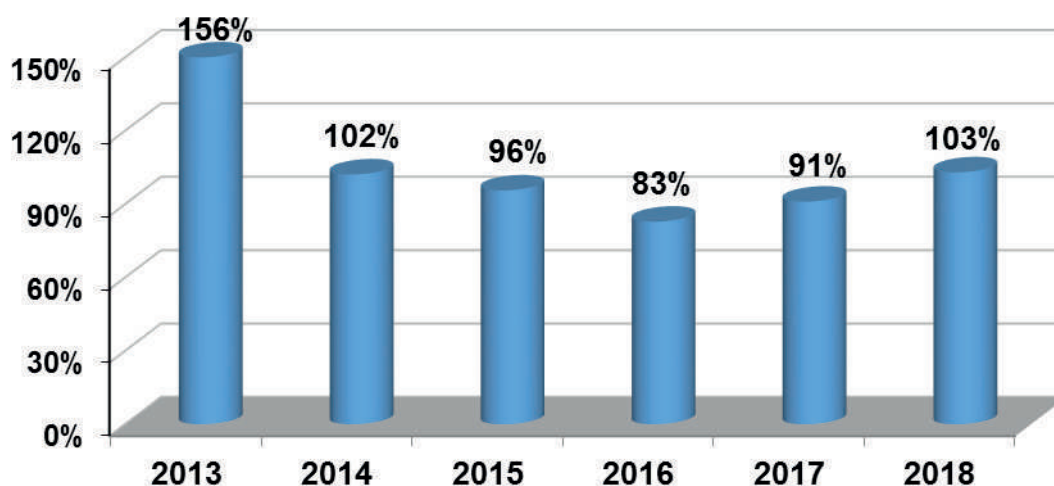
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.7 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 1º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos no 1º Grau de jurisdição
Por que medir	Para verificar se o 1º Grau foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento no número de casos pendentes. (baixados de conhecimento)
Como medir	$(\text{Processos baixados} / \text{casos novos}) * 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



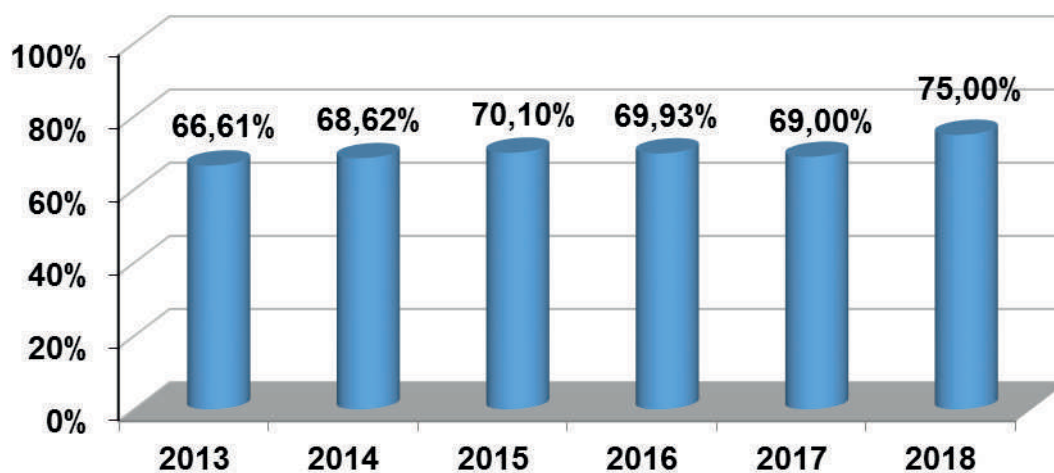
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.8 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 2º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos no 2º Grau de jurisdição
Por que medir	Para verificar se o Tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento no número de casos pendentes.
Como medir	$(\text{Processos baixados} / \text{casos novos}) * 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



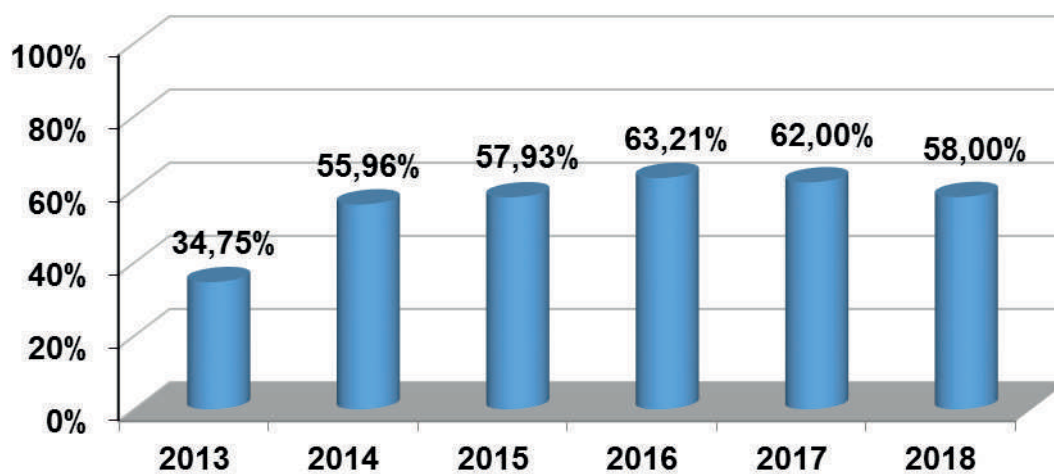
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.9 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 1º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 1º grau, excluindo os incidentes processuais
Por que medir	Para avaliar a eficiência do serviço judiciário no 1º Grau de jurisdição
Como medir	$\frac{[\text{casos pendentes} / (\text{casos baixados} + \text{casos pendentes})]}{(\text{CPC}_{1^{\circ}} + \text{CPC}_{\text{TR}} + \text{CPC}_{\text{JE}}) / (\text{TBaix}_{1^{\circ}} + \text{TBaix}_{\text{TR}} + \text{TBaix}_{\text{JE}} + \text{CPC}_{1^{\circ}} + \text{CPC}_{\text{TR}} + \text{CPC}_{\text{JE}})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



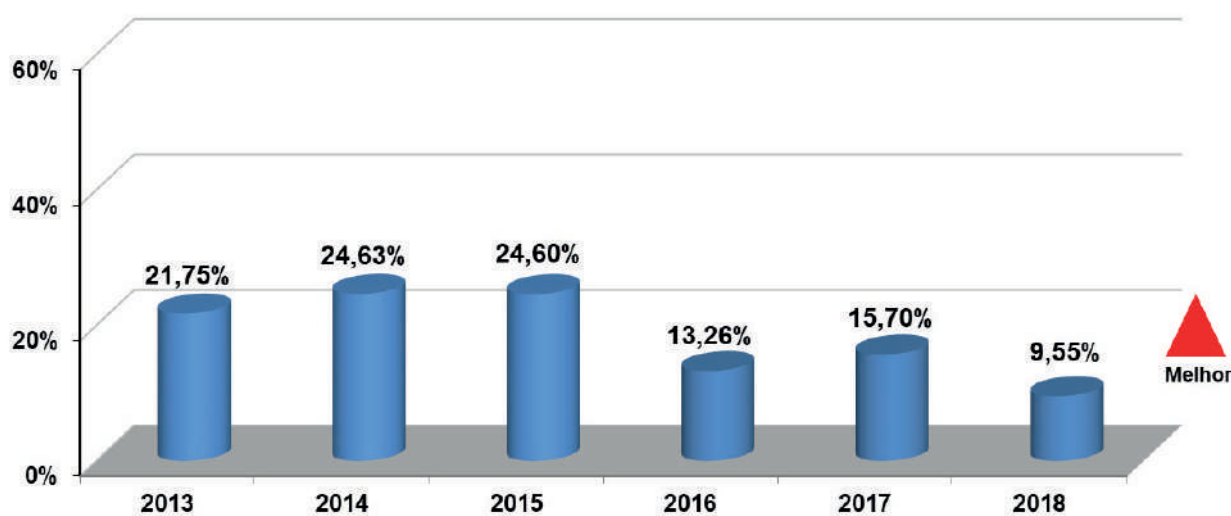
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.10 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 2º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 2º grau
Por que medir	Para avaliar a eficiência do serviço judiciário no 2º Grau de jurisdição
Como medir	$\frac{CP_{2^{\circ}}}{(TBaix_{2^{\circ}} + CP_{2^{\circ}})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS
Indicador	SE 2.1 – PERCENTUAL DE ACORDOS REALIZADOS PELO SISTEMA NÃO ADVERSARIAL
O que mede	O número de acordos realizados por sistemas de solução não adversarial de conflitos (mediação e conciliação), como: Fóruns Municipais - Casas da Cidadania, Serviço de Mediação Familiar, Semana Nacional da Conciliação, Juizados Especiais, Núcleo de Conciliação do 2º Grau, Postos de Atendimento e Conciliação e Centros Judiciários de Solução de Conflitos
Por que medir	Para verificar a eficiência e eficácia dos métodos de solução não adversarial de conflitos
Como medir	Soma dos procedimentos exitosos de todas as modalidades dividido pela soma dos procedimentos de todas as modalidades no período. É possível atribuir pesos diferentes a cada modalidade, de acordo com a política institucional.
Quem mede	Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



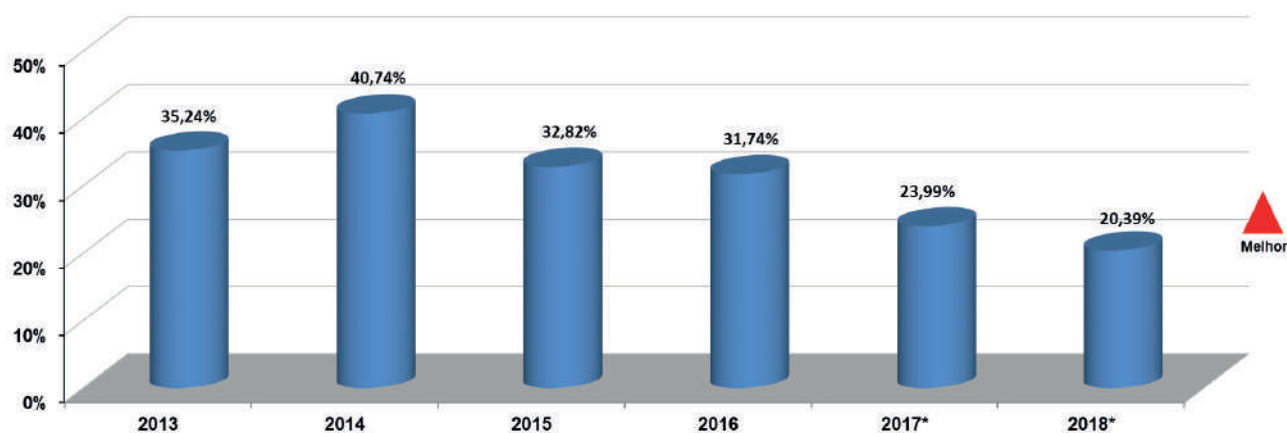
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS
Indicador	SE 2.2 – PERCENTUAL DE CONFLITOS, NA ÁREA CÍVEL, RESOLVIDOS POR ACORDO
O que mede	A quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo.
Por que medir	Estimular os acordos para promover a cultura da conciliação, a celeridade e a economia processual
Como medir	Nº de processos julgados por acordo / (Nº de processos julgados no mérito) Especificar o “número de processos por acordo” por assunto
Quem mede	Corregedoria-Geral de Justiça
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor

A partir de 2017, forma de extração do indicador SE 2.2 – Percentual de Conflitos, na área cível, resolvidos por acordo foi alterada. Foram incluídos os processos da classe 436 – Procedimentos do Juizado Especial Cível, além dos processos da classe 11099 - Procedimentos Pré-Processuais de Resolução de Conflitos e seus filhos 11875 – Reclamação Pré-Processual e 12136 – Pedido de Mediação Pré-Processual (que já constavam nos relatórios anteriores).

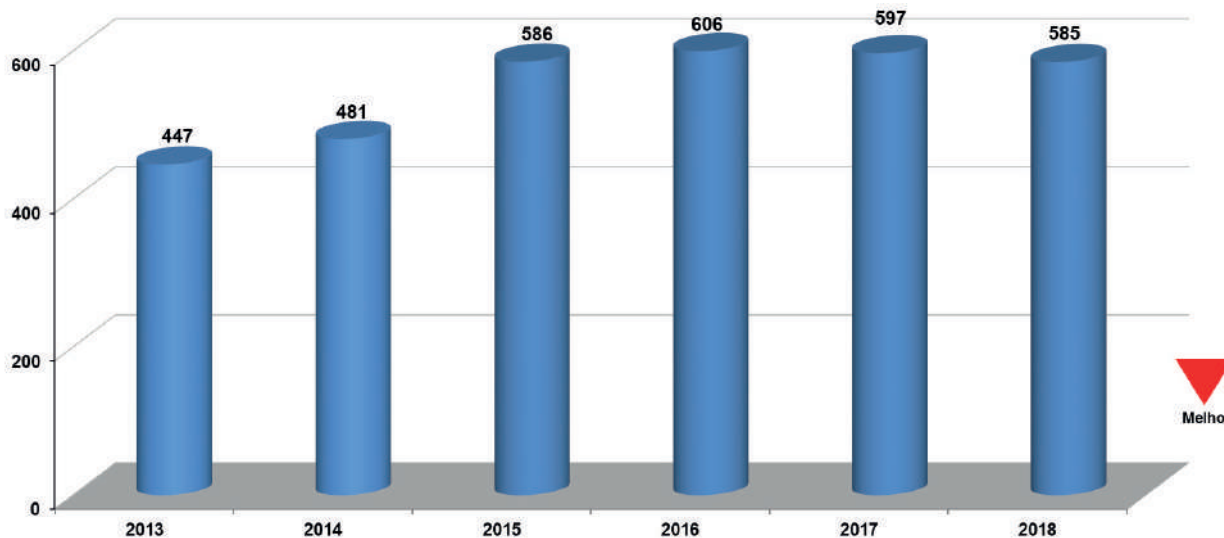
Como o indicador mede a “quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo” na área cível, a classe 436 foi incluída, sem prejuízo de também fazer parte do indicador SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial, uma vez que nesse indicador são consideradas outras variáveis (Juizados Criminais, por exemplo), não se limitando à área cível.

Em 2018, manteve-se a forma de extração do indicador SE 2.2 – Percentual de Conflitos, na área cível, resolvidos por acordo, igual ao de 2017 (inclusão da classe 436 – Procedimentos do Juizado Especial Cível, além das classes 11099 - Procedimentos Pré-Processuais de Resolução de Conflitos e seus filhos, 11875 – Reclamação Pré-Processual e 12136 – Pedido de Mediação Pré-Processual que já constavam nos relatórios anteriores), pelas razões já expostas no ano anterior e que já foram apontadas na matriz de controle deste ano.



SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL
Indicador	SE 3.1 – TEMPO PARA RESOLUÇÃO DE AÇÕES DE MAIOR IMPACTO SOCIAL
O que mede	Tempo médio de tramitação dos processos de conhecimento de matérias consideradas de natureza social, como: Família, Infância e Juventude, Crime, Ações Constitucionais (Ação Popular e Ação Civil Pública), Previdenciária, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, Violência Doméstica e Idoso, Órfãos e Sucessões, Registros Públicos e Tribunal do Júri
Por que medir	Para conhecer o tempo gasto na tramitação dos processos, identificar pontos críticos, tratá-los e acelerar o trâmite processual
Como medir	[somatório (número de ocorrências x tempo médio em dias)] / total de processos Informar o resultado total e separadamente por natureza.
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL
Indicador	SE 3.2 – NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS POR SERVIÇOS OU PROJETOS SOCIOJURÍDICOS
O que mede	Quantidade de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos socio-jurídicos institucionalizados pelo PJSC (Casas da Cidadania, PAC's, PACE, Mediação Familiar e CEJUSC)
Por que medir	Para verificar a quantidade de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais
Como medir	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais
Quem mede	Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Disponibilidade	Não disponível.

PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.1 – PERCENTUAL DE COLABORADORES CAPACITADOS
O que mede	Quantidade de magistrados/servidores que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros.
Por que medir	Para verificar a distribuição regular das horas de aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de participantes de cursos realizados no período / total de colaboradores) x 100 Considerar os mesmos cursos do Indicador PR 1.2
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobrar o indicador por modalidade, público-alvo etc.

Devido à troca do sistema informatizado no decorrer do exercício, não foi possível extrair o indicador em 2018. Tal impedimento deve-se ao fato de que os dois sistemas utilizados (antigo e atual) são independentes (não se comunicam), inviabilizando, desta forma, a confiabilidade da informação, pois não há como identificar, de forma automatizada, quais alunos participaram de atividade educacional repetidamente (participantes de mais de um curso no exercício), fator essencial para a extração do indicador.

PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.2 – HORAS DE CAPACITAÇÃO POR COLABORADOR
O que mede	Quantidade de horas-aula de capacitação por magistrado/servidor. Deverão ser considerados todos os eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para identificar a quantidade de horas-aula dedicadas ao aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de cursos / total de colaboradores), sendo Curso = horas-aula x número de participantes Considerar os mesmos cursos do Indicador PR 1.1
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor

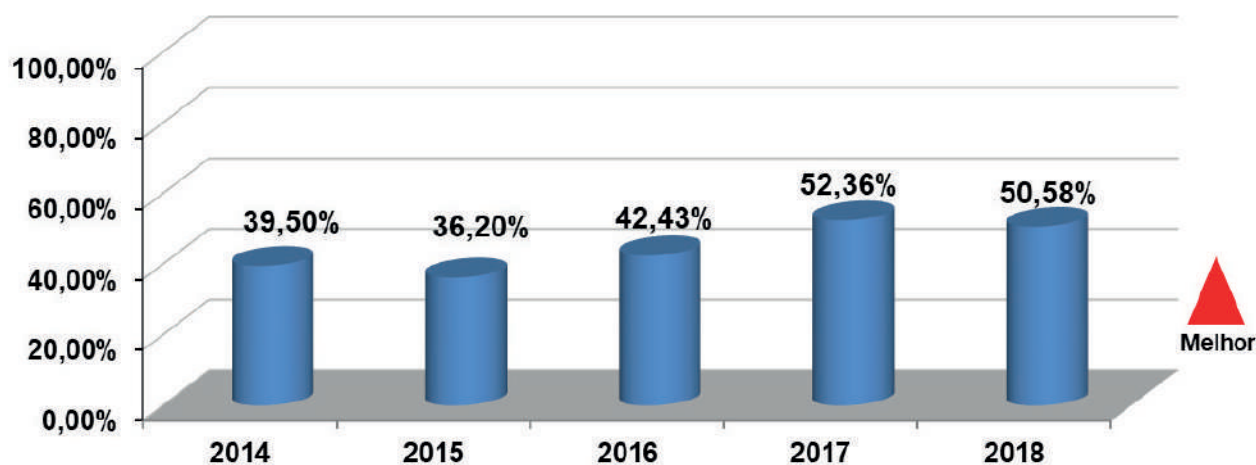
Devido à troca do sistema informatizado no decorrer do exercício, não foi possível extrair o indicador em 2018. Tal impedimento deve-se ao fato de que os dois sistemas utilizados (antigo e atual) são independentes (não se comunicam), inviabilizando, desta forma, a confiabilidade da informação, pois não há como identificar, de forma automatizada, quais alunos participaram de atividade educacional repetidamente (participantes de mais de um curso no exercício), fator essencial para a extração do indicador.

PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.3 – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA CAPACITAÇÃO
O que mede	O percentual de satisfação do gestor com relação à efetividade/aplicabilidade dos cursos realizados pela AJ aos integrantes de sua equipe
Por que medir	Para identificar se houve aplicabilidade prática daquilo que foi aprendido no curso às tarefas desenvolvidas no ambiente de trabalho
Como medir	Média aritmética de cinco perguntas encaminhadas aos gestores após a realização do respectivo curso
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Não disponível.	

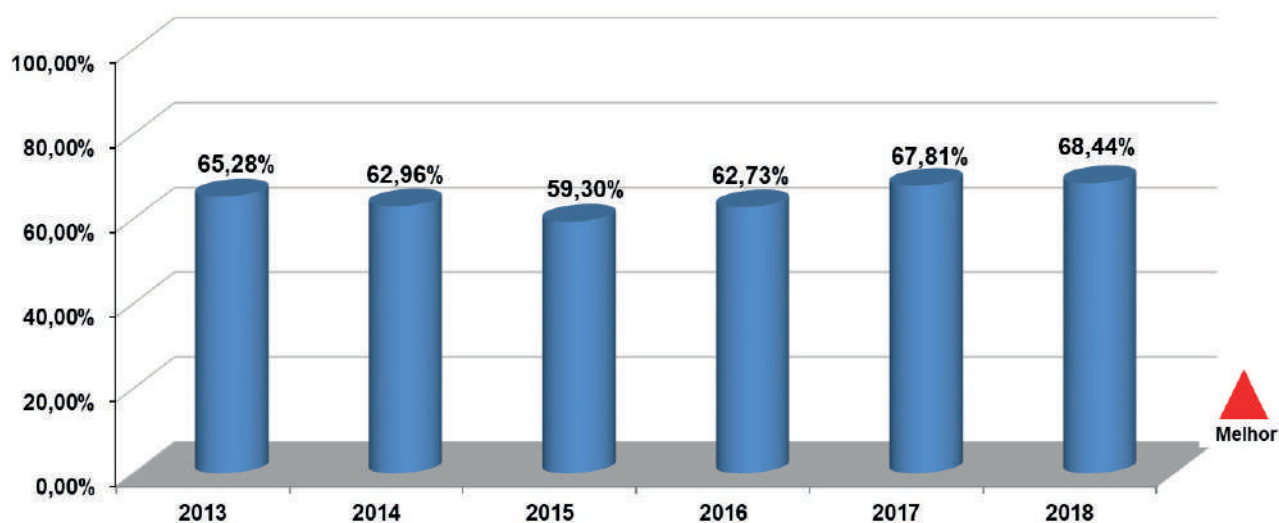
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.4 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES COM RELAÇÃO ÀS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
O que mede	O grau de satisfação de magistrados e servidores em relação: à disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho; e às oportunidades de promoção em seu cargo efetivo.
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação de magistrados e servidores em relação às oportunidades de desenvolvimento e aprendizado.
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da Pesquisa de Satisfação dos colaboradores: Ocupacional: à disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento do seu trabalho (questão 1); Ocupacional: às oportunidades de promoção em seu cargo efetivo (questão 2).
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobrar o indicador para as duas questões e por perfil (servidor, magistrado etc).



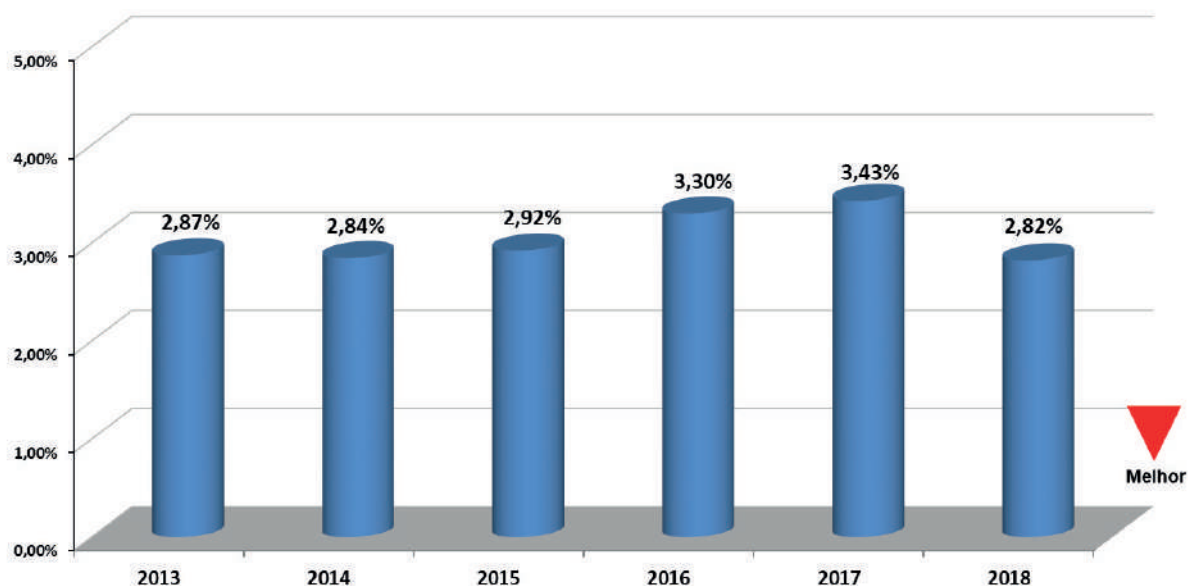
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES
O que mede	O grau de satisfação das pessoas com a organização PJSC, utilizando questionário específico disponibilizado na intranet. Os resultados da pesquisa indicarão as comarcas/regiões que demandam a aplicação do programa de melhoria do clima organizacional. É medida a satisfação do colaborador com relação ao desenvolvimento profissional; clareza organizacional, padrão de desempenho e autogestão da equipe; recompensa, volume de trabalho e reconhecimento; condições de infraestrutura para execução do trabalho; estilo gerencial; e comprometimento organizacional.
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação e motivação dos colaboradores
Como medir	Formulário de avaliação (pesquisa de satisfação). Média aritmética do índice de satisfação dos colaboradores respondentes da pesquisa
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



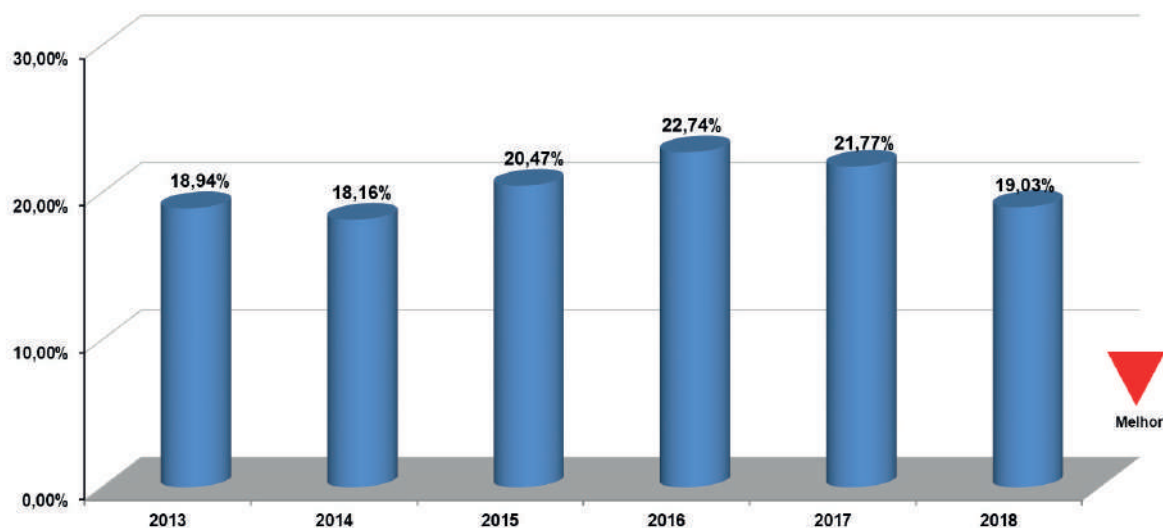
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.2 – PERCENTUAL DE DIAS DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
O que mede	Quantidade de dias de afastamento das atividades por motivo de doença, observando a Resolução n. 29/06-GP
Por que medir	Para conhecer e atuar na gravidade das doenças relacionadas ao trabalho
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de dias não trabalhados por motivo de saúde própria} / n^{\circ} \text{ de magistrados e servidores} \times 365 \text{ dias}) \times 100$
Quem mede	Diretoria de Saúde
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



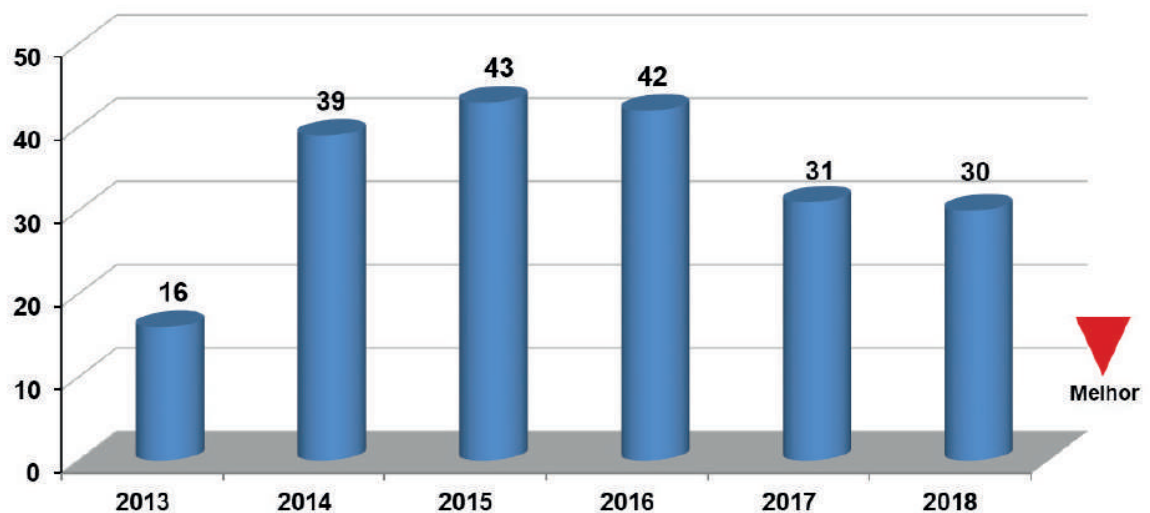
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.3 – PERCENTUAL DE COLABORADORES AFASTADOS POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
O que mede	Quantidade de magistrados e servidores que foram afastados das atividades por motivo de doença, observando a Resolução nº 29/06-GP Utilizar o mesmo critério para contagem de colaboradores para todos os indicadores
Por que medir	Para conhecer e atuar no controle das doenças que mais causam afastamento dos magistrados e servidores ao trabalho
Como medir	(somatório de colaboradores que se afastaram por, pelo menos, 1 dia durante o semestre, por motivo de doença homologado pela Junta Médica / total de magistrados e colaboradores) x 100
Quem mede	Diretoria de Saúde
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



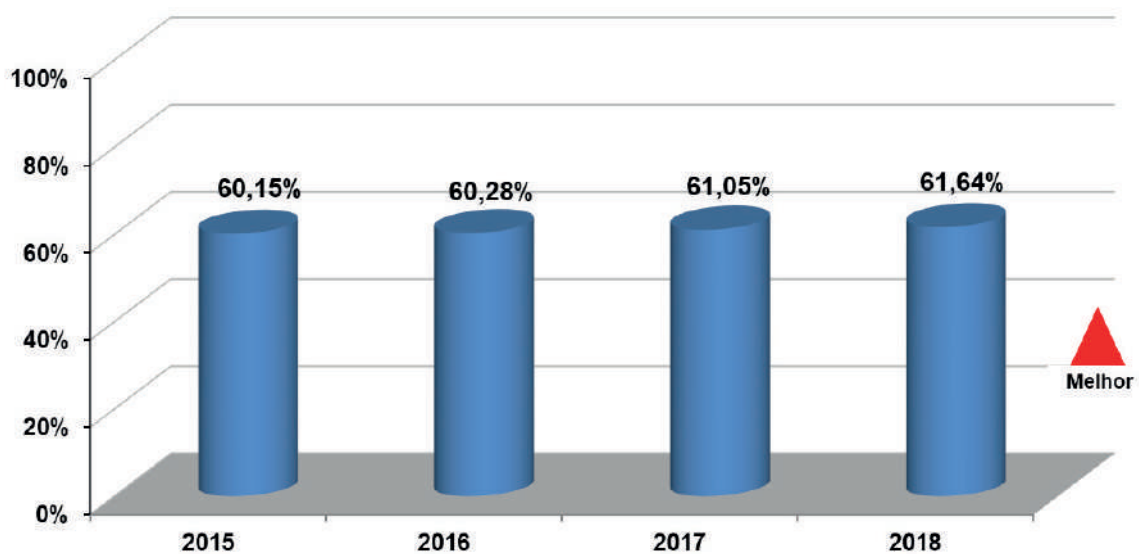
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Indicador	PR 3.1 – NÚMERO DE DIAS EM QUE PRAZOS PROCESSUAIS FORAM PRORROGADOS EM FUNÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA
O que mede	A disponibilidade dos serviços judiciais à sociedade
Por que medir	Para quantificar a disponibilidade dos serviços judiciais à sociedade
Como medir	Analisando as certidões de indisponibilidade publicadas durante o ano. Serão considerados todos os dias de indisponibilidade que constarem nas certidões. Quando existirem duas certidões referentes ao mesmo dia para sistemas diferentes (Ex.: sistema de primeiro grau e Turmas de Recursos) será contado apenas um dia. Havendo certidão de indisponibilidade referente a apenas um dos sistemas ou módulos (Ex.: petição eletrônico) o dia correspondente será contado.
Quem mede	Diretoria de Tecnologia da Informação
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



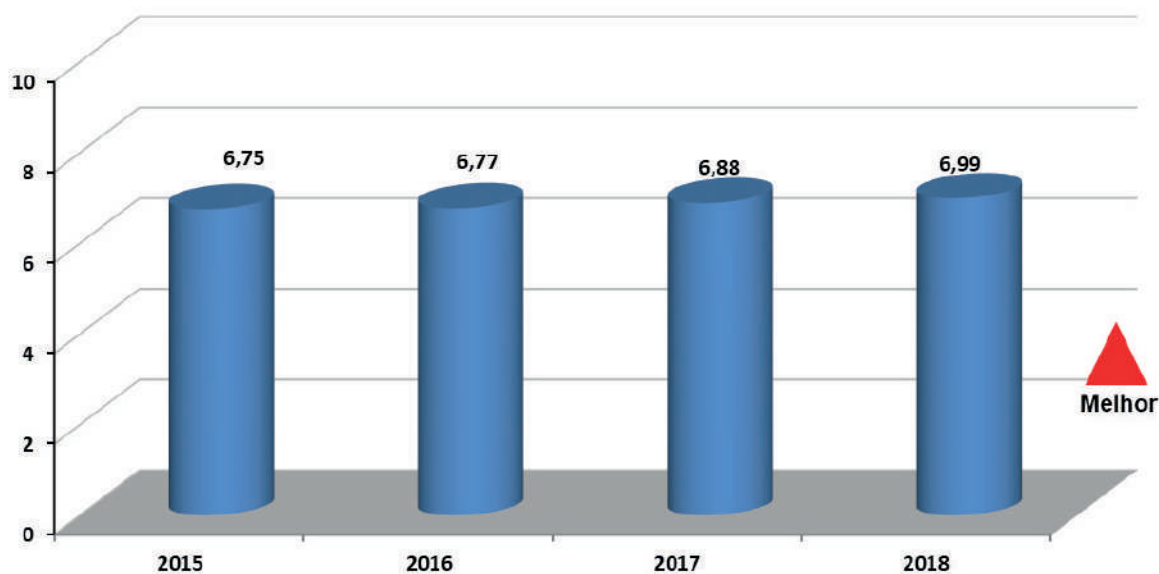
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Indicador	PR 3.2 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE TIC
O que mede	A avaliação dos colaboradores em relação aos serviços de Tecnologia da Informação oferecidos pela DTI
Por que medir	Para identificar a percepção dos usuários em relação à qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação disponíveis
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da Pesquisa de Satisfação dos colaboradores: <ul style="list-style-type: none"> • Organizacional: aos sistemas informatizados disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho (questão 12); • Organizacional: aos equipamentos e materiais disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho (questão 13).
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



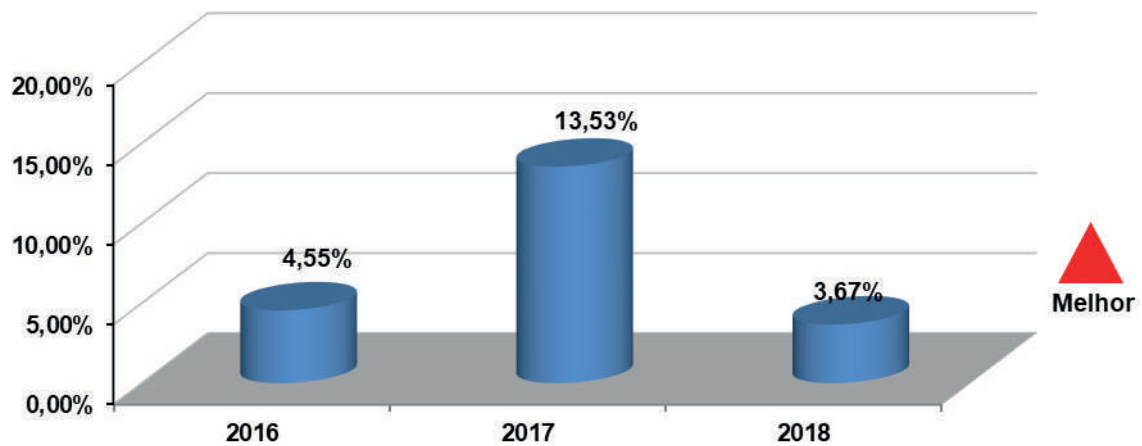
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 4 – GARANTIR INFRAESTUTURA ADEQUADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Indicador	PR 4.1 – NOTA DO PLANO DE OBRAS
O que mede	Nota de cada edificação (própria ou alugada) com base na Resolução nº 114/2010-CNJ e 44/2011-TJ. É composta por dois conjuntos: estrutura física e adequação do imóvel à prestação jurisdicional.
Por que medir	Para verificar se os imóveis pertencentes ao Poder Judiciário atendem aos requisitos exigidos na Resolução nº 114/2010-CNJ e 44/2011-TJ.
Como medir	Média ponderada (nota da edificação x m ²)
Quem mede	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobramentos por critérios.



GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA.
Indicador	GE 1.1 – ÍNDICE DE GESTORES DO 1º GRAU CAPACITADOS NO SISTEMA DE GESTÃO
O que mede	Quantidade de juízes e chefes de cartório capacitados no sistema de gestão “Aprimorar”.
Por que medir	Para disseminar a cultura de Planejamento Estratégico e incentivar a utilização do sistema de gestão “Aprimorar” pelas varas e juizados especiais com vistas ao aumento da produtividade.
Como medir	$(\text{número de juízes capacitados no sistema de gestão} + \text{número de chefes de cartório capacitados no sistema de gestão}) / (\text{total de juízes ativos} + \text{total de chefes de cartório})$
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	Desdobramento: (número de juízes capacitados no sistema de gestão/total de juízes ativos) (número de chefes de cartório capacitados no sistema de gestão/total de chefes de cartório)

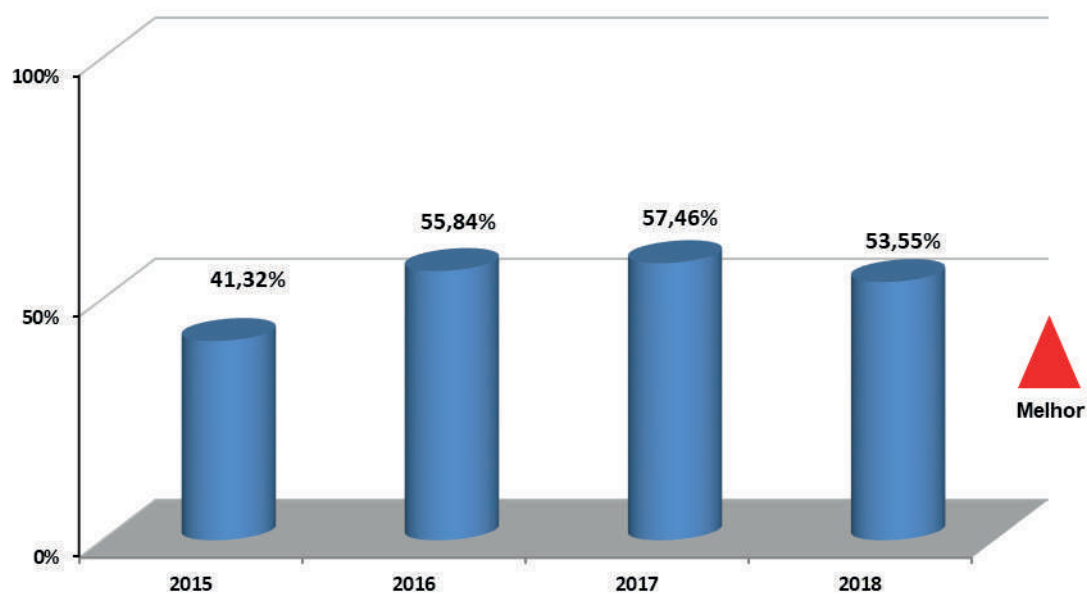


GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA.
Indicador	GE 1.2 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados ao planejamento estratégico e <i>balanced scorecard</i> do PJSC
Por que medir	Para que os colaboradores do PJSC estejam aptos a entender as orientações estratégicas institucionais e executá-las dentro do seu âmbito de atuação
Como medir	(Nº de colaboradores capacitados/total de colaboradores do PJSC)*100 Consideram-se colaboradores todos os magistrados e servidores ativos do PJSC. Devem ser considerados os cursos específicos de Planejamento Estratégico e BSC e disciplinas dos cursos de pós-graduação da Academia Judicial.
Quem mede	Assessora de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	Desdobramento: (Nº de gestores capacitados/total de gestores do PJSC)*100 Consideram-se gestores: Magistrados de Primeiro e Segundo Grau, Diretores do TJ, Chefes de Divisão, Chefes de Seção, Assessores Técnicos, Gestores dos órgãos ligados à Presidência, Oficiais de Gabinete, Chefes de Secretaria do Foro e Chefes de Cartório.
Devido à troca do sistema informatizado no decorrer do exercício, não foi possível extrair o indicador em 2018. Tal impedimento deve-se ao fato de que os dois sistemas utilizados (antigo e atual) são independentes (não se comunicam), inviabilizando, desta forma, a confiabilidade da informação, pois não há como identificar, de forma automatizada, quais alunos participaram de atividade educacional repetidamente (participantes de mais de um curso no exercício), fator essencial para a extração do indicador.	

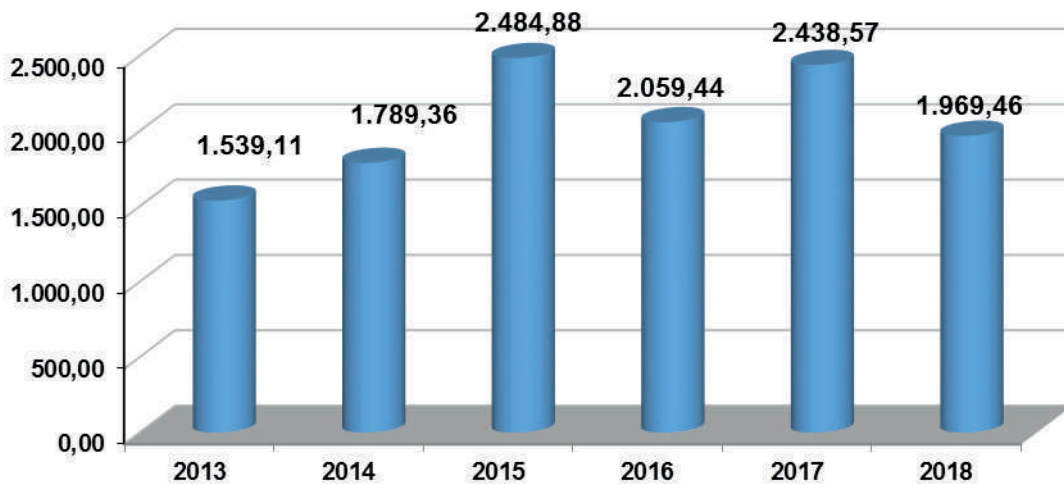
GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
Indicador	GE 2.1 – ÍNDICE DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS DENTRO DO PRAZO REFERENCIAL
O que mede	O prazo das contratações em cada uma das modalidades de licitação e nas dispensas e inexigibilidades de licitação
Por que medir	Para assegurar a eficiência na execução do procedimento de contratação.
Como medir	Percentuais das contratações realizadas dentro do prazo referencial
Quem mede	Diretoria de Material e Patrimônio
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	<p>O prazo referencial foi estabelecido considerando o somatório dos prazos de cada uma das atividades inerentes ao processo de contratação (fixados no PLI), tendo como marco inicial a data em que aporta o Projeto Básico na DMP, já autorizada a contratação pelo Senhor Diretor-Geral Administrativo; e como marco final, a homologação do processo de contratação.</p> <p>São 15 atividades que envolvem os prazos individuais relativos às fases interna e externa das licitações e ao processo de contratação das dispensas e inexigibilidades.</p>



GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
Indicador	GE 2.2 – CUSTO DO PROCESSO BAIXADO
O que mede	A relação entre as despesas do PJSC e o número de processos baixados
Por que medir	Para verificar se o PJSC está melhorando seus índices de produtividade em relação aos recursos financeiros disponíveis
Como medir	Dpj / TBaix Dpj (Despesa Total da Justiça) = ODCK (outras despesas correntes e de capital) + DRH (despesas com recursos humanos) TBaix (total de processos baixados) = Tbaix1º + TbaixTR + TbaixJE + Tbaix2º
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor
Observação	Consideração a indexação pela URC (unidade de referência de custas)



GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO
Indicador	GE 3.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados à gestão de processos de trabalho
Por que medir	Para que os colaboradores estejam aptos a aplicar a metodologia de gestão de processos de trabalho utilizada no PJSC e, como consequência, obtenham a melhoria contínua nas atividades
Como medir	$(N^{\circ} \text{ de colaboradores capacitados} / \text{total de colaboradores do PJSC}) * 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor

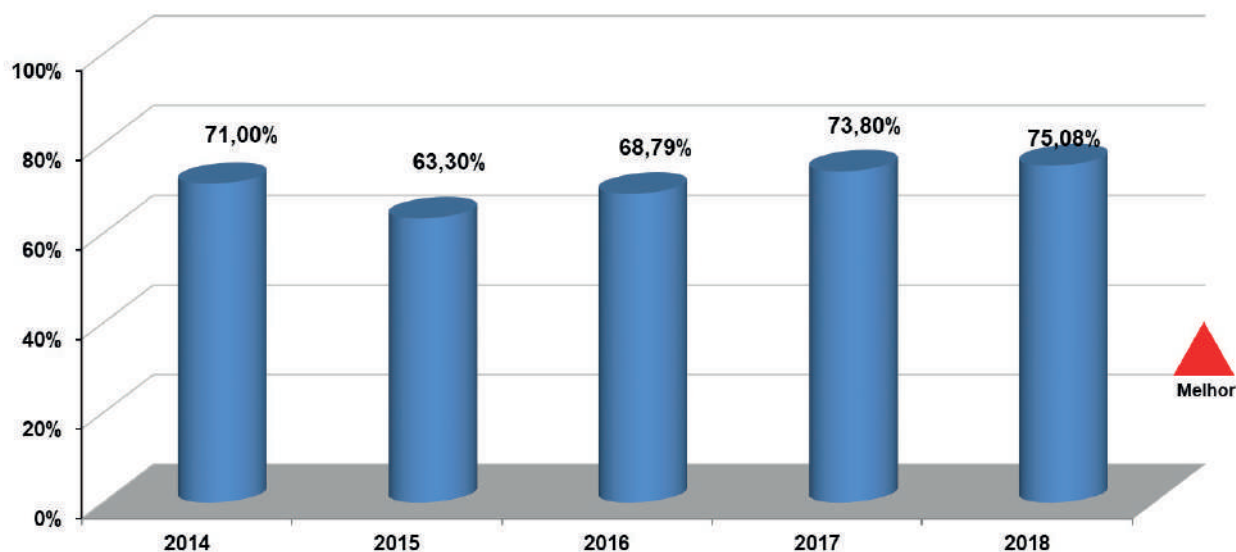
Devido à troca do sistema informatizado no decorrer do exercício, não foi possível extrair o indicador em 2018. Tal impedimento deve-se ao fato de que os dois sistemas utilizados (antigo e atual) são independentes (não se comunicam), inviabilizando, desta forma, a confiabilidade da informação, pois não há como identificar, de forma automatizada, quais alunos participaram de atividade educacional repetidamente (participantes de mais de um curso no exercício), fator essencial para a extração do indicador.

GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO
Indicador	GE 3.2 – ÍNDICE DE MACROPROCESSOS MELHORADOS
O que mede	Quantidade de macroprocessos da cadeia de valor que foram redesenhados e melhorados
Por que medir	Para garantir a perpetuação da metodologia e a melhoria contínua dos processos de trabalho
Como medir	(número de macroprocessos melhorados / total de macroprocessos da cadeia de valor) Considerar macroprocessos melhorados aqueles que foram mapeados e redesenhados de acordo com a metodologia BPM adotada no PJSC
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
No ano de 2018, de 157 macroprocessos da cadeia de valor, 12 foram melhorados, perfazendo um total de 7,64%..	

GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 4 – APERFEIÇOAR A COMUNICAÇÃO INTERNA
Indicador	GE 4.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA
O que mede	O grau de satisfação com a efetividade do processo de comunicação do Tribunal e seus colaboradores, dos superiores e seus subordinados e entre os diversos setores organizacionais.
Por que medir	Para verificar se os colaboradores estão sendo informados, de maneira oficial e adequada, sobre os atos institucionais, por parte do Tribunal e por parte de seus superiores hierárquicos.
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da Pesquisa de Satisfação dos colaboradores: Clareza organizacional: atendimento que recebe de outras áreas do PJSC (questão 4); Clareza organizacional: comunicação institucional no PJSC (questão 5); Estilo gerencial: comunicação com seu superior hierárquico (questão 23).
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 5 – CONCRETIZAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO
Indicador	GE 5.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DO CONHECIMENTO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados à gestão do conhecimento
Por que medir	Para que os colaboradores estejam aptos a aplicar os conceitos da gestão conhecimento no desempenho das suas atividades
Como medir	$(N^{\circ} \text{ de colaboradores capacitados} / \text{total de colaboradores do PJSC}) * 100$
Quem mede	Asplan
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor

Devido à troca do sistema informatizado no decorrer do exercício, não foi possível extrair o indicador em 2018. Tal impedimento deve-se ao fato de que os dois sistemas utilizados (antigo e atual) são independentes (não se comunicam), inviabilizando, desta forma, a confiabilidade da informação, pois não há como identificar, de forma automatizada, quais alunos participaram de atividade educacional repetidamente (participantes de mais de um curso no exercício), fator essencial para a extração do indicador.

PRODUTIVIDADE NO PRIMEIRO GRAU

Na justiça de primeira instância — composta por 384 varas em 111 comarcas distribuídas por todo o Estado — há expressivos **3,41 milhões de processos**, dos quais **2,62 milhões estão em trâmite** (não suspensos nem arquivados ou sobrestados).

De janeiro a dezembro os números demonstraram significativo aumento da produção dos magistrados em relação ao mesmo período de 2017, conquanto ainda aquém, na média, da entrada de novas demandas. Foram **juulgados 810,9 mil processos** contra 718 mil no ano anterior. A produtividade dos juizes, assim, registrou **acréscimo de mais de 12%** — período em que, além disso, **1,04 mi de causas foram arquivadas em definitivo**. Em todas as regiões do Estado houve **diminuição global nos acervos** de processos em trâmite (redução em 111.190 processos).

ANO	TOTAL DE PROCESSOS* INICIADOS	Execuções fiscais iniciadas	Iniciados (exceto exec. fiscais)	TOTAL DE PROCESSOS* ENCERRADOS	Execuções fiscais encerradas	Encerrados (exceto exec. fiscais)	TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	Execuções fiscais julgadas	Julgados (exceto exec. fiscais)	PROCESSOS* EM ANDAMENTO AO FIM DO ANO	Execuções fiscais em andamento	Em andamento (exceto exec. fiscais)	Média de juizes em atividade ao fim do ano	Média de processos julgados por juiz (sem executivos fiscais)	Média de processos julgados por juiz (total)
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	225.789	39.652	186.137	839.081	275.897	563.184	257	724	879
2001	542.599	116.352	426.247	393.699	64.082	329.617	233.686	28.198	205.488	987.981	328.167	659.814	249	825	938
2002	616.933	135.412	481.521	490.228	82.101	408.127	299.203	43.265	255.938	1.114.686	381.478	733.208	260	984	1.151
2003**	667.280	142.118	525.162	372.990	10.576	362.414	330.009	43.313	286.696	1.408.976	513.020	895.956	279	1.028	1.183
2004	714.434	136.602	577.832	489.021	63.243	425.778	360.786	54.486	306.300	1.634.389	586.379	1.048.010	298	1.028	1.211
2005	704.333	101.933	602.400	616.176	73.485	542.691	414.856	68.076	346.780	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.080	1.292
2006***	794.603	154.514	640.089	708.469	128.986	579.483	511.242	87.663	423.579	1.808.680	640.355	1.168.325	316	1.340	1.618
2007	891.623	137.153	754.470	833.772	138.500	695.272	529.360	92.297	437.063	1.866.531	639.008	1.227.523	327	1.337	1.619
2008	895.640	118.915	776.725	822.255	97.678	724.577	574.739	118.390	456.349	1.939.916	660.245	1.279.671	352	1.296	1.633
2009	866.152	109.555	756.597	774.026	75.450	698.576	556.998	107.197	449.801	2.032.042	694.350	1.337.692	352	1.278	1.582
2010	922.197	168.052	754.145	851.085	146.461	704.624	660.013	136.031	523.982	2.103.154	715.941	1.387.213	361	1.451	1.828
2011	921.528	147.302	774.226	843.562	119.994	723.568	634.011	106.965	527.046	2.181.120	743.249	1.437.871	362	1.456	1.751
2012	981.849	131.652	850.197	902.366	111.583	790.783	675.483	130.898	544.585	2.260.603	763.318	1.497.285	356	1.530	1.897
2013	1.028.879	123.684	905.195	807.221	141.605	665.616	706.748	107.763	598.985	2.482.261	745.397	1.736.864	379	1.580	1.865
2014	1.024.386	146.216	878.170	763.887	104.104	659.783	640.117	100.428	539.689	2.418.189	787.509	1.630.680	397	1.359	1.612
2015	892.118	122.540	769.578	750.314	80.073	670.241	748.714	87.527	661.187	2.766.857	831.041	1.935.816	404	1.637	1.853
2016	807.533	99.796	707.737	991.680	109.543	882.137	711.291	88.209	623.082	2.596.804	801.022	1.795.782	393	1.585	1.810
2017	859.211	118.546	740.665	987.881	106.524	881.357	721.675	84.497	637.178	2.737.459	838.114	1.899.345	396	1.609	1.822
2018	904.864	121.692	783.172	1.100.471	127.381	973.090	857.298	132.826	724.472	2.632.906	802.654	1.830.252	410	1.767	2.091

(*) Consideradas todas as classes processuais (de conhecimento, execuções de sentença, incidentes e as ações incidentais), exceto recursos.

(**) Nos anos de 2000 a 2005 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude de não mais se considerar os arquivamentos administrativos.

(***) No ano de 2006 a Corregedoria passou a utilizar o SAJ/Estatística como ferramenta de trabalho, com metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que causou variação na totalização dos dados.

NOVOS PROCESSOS NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

Total de entrada no ano de 2018 **952.007**

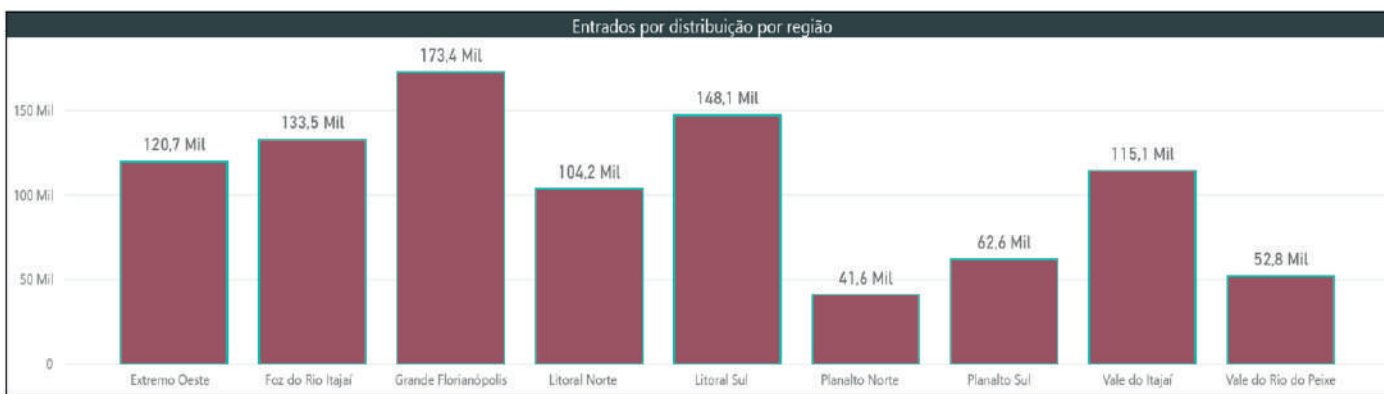
NÚMEROS MENSAIS DE ENTRADA POR ENTRÂNCIA

Entrados por distribuição por entrância												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Especial	32625	34337	41328	42435	54973	39772	40996	43492	44787	54996	44390	5732
Inicial	20570	23691	27627	29183	28418	22645	22649	24298	19358	25313	21955	3019
Final	13018	18859	18420	24308	23910	16331	16002	18325	14761	20174	16968	2342
Total	66213	76887	87375	95926	107301	78748	79647	86115	78906	100483	83313	11093



NÚMEROS MENSAIS DE ENTRADA POR REGIÃO DO ESTADO

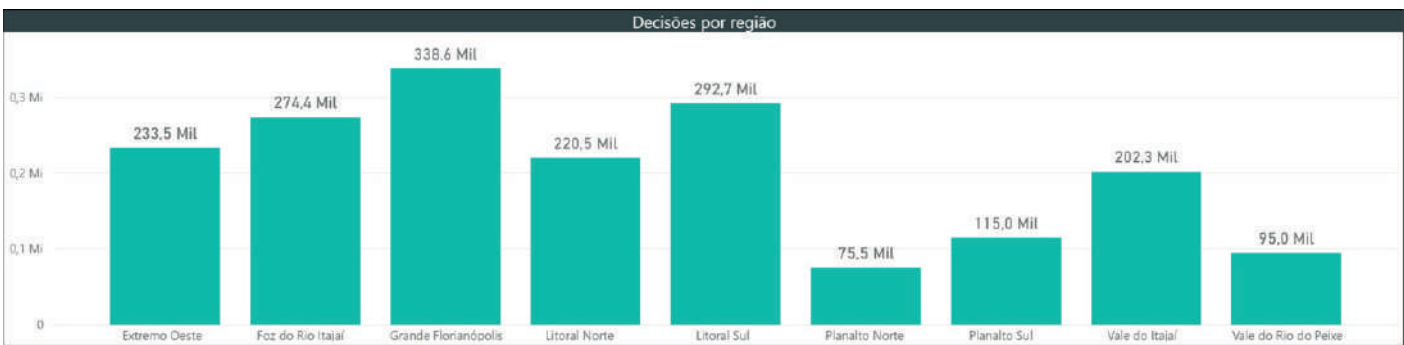
Entrados por distribuição por região												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Grande Florianópolis	8215	11145	12830	15877	17296	14399	15663	15422	21755	24768	14228	1809
Litoral Sul	9239	14796	16610	17428	17127	12406	11523	12551	10227	13420	11381	1425
Foz do Rio Itajaí	9195	11391	12185	16658	14043	10681	10823	11990	9862	13042	11963	1659
Extremo Oeste	8239	9672	11658	11401	15542	10471	10431	11458	8974	11269	10099	1441
Vale do Itajaí	8102	9173	11911	10629	12682	8979	9251	10783	8773	13733	9575	1486
Litoral Norte	7733	8185	8516	10139	11735	9035	9180	9888	7666	9374	11489	1289
Planalto Sul	8996	4237	4510	4828	7718	5124	4870	5347	4524	4870	6695	927
Vale do Rio do Peixe	3446	4860	5173	5186	6231	4185	4351	4831	3959	6004	4011	533
Planalto Norte	3048	3428	3982	3780	4927	3468	3555	3845	3166	4003	3872	524
Total	66213	76887	87375	95926	107301	78748	79647	86115	78906	100483	83313	11093



DECISÕES PROFERIDAS NO 1º GRAU

(sentenças + decisões interlocutórias)

Total de decisões em primeira instância no ano de 2018..... **1,847 milhões**



SENTENÇAS PROFERIDAS

Total de sentenças no ano de 2018 **807.603**

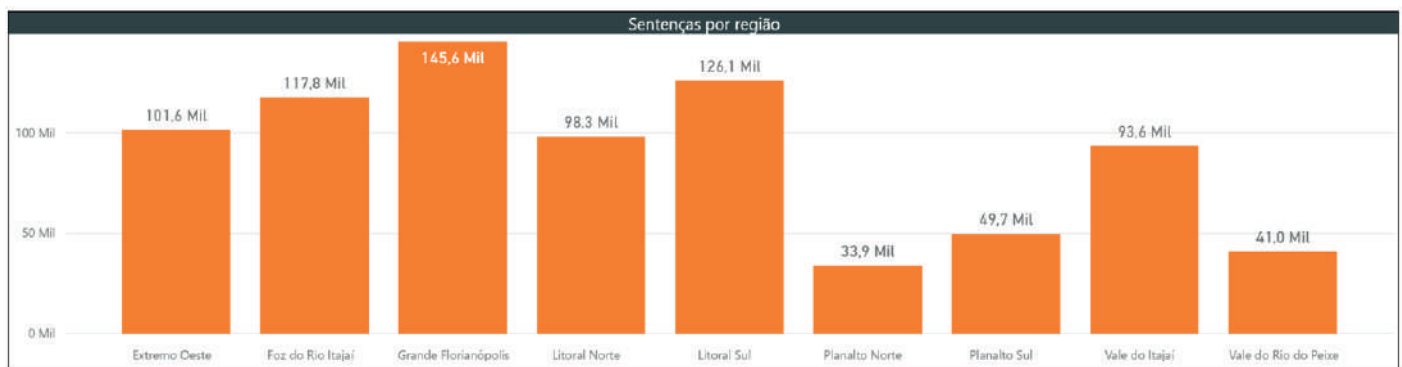
NÚMEROS MENSAIS DE SENTENÇAS POR ENTRÂNCIA

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Especial	17280	29077	36234	40569	36298	36478	39285	44432	38264	46287	44418	5719
Final	8020	11625	15809	14631	14040	14956	16218	21287	17844	19451	17632	2639
Inicial	9388	14307	20562	19468	18991	19166	21121	26530	20725	24621	21613	2618
Total	34688	55009	72605	74668	69329	70600	76624	92249	76833	90359	83663	10976



NÚMEROS MENSAIS DE SENTENÇAS POR REGIÃO DO ESTADO

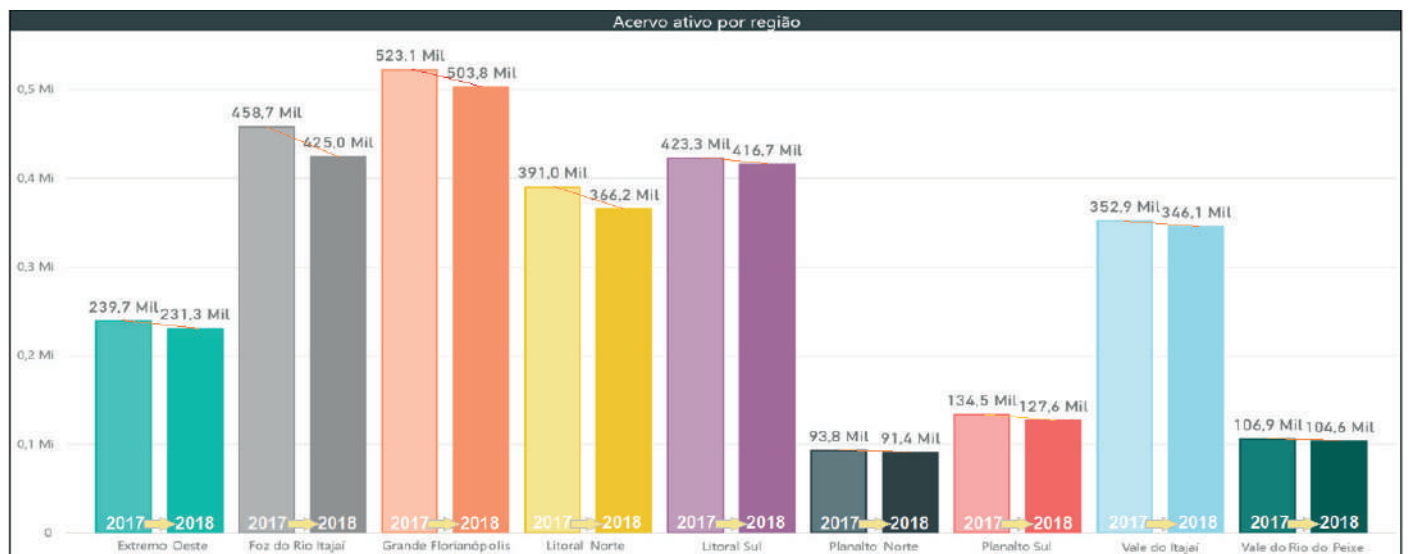
Sentenças por região												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Extremo Oeste	4281	6990	9034	9496	9716	8609	9873	10483	9365	11496	10984	1280
Foz do Rio Itajaí	4469	7144	10911	10637	9890	10821	11443	13883	11424	14175	11216	1763
Grande Florianópolis	6174	9776	12205	12644	12162	12532	14038	15736	13794	17728	16546	2230
Litoral Norte	4539	6792	9606	8586	8320	9201	9605	9990	8635	10739	11089	1178
Litoral Sul	5413	8438	10517	11190	9955	10832	11834	18346	12560	13333	12295	1413
Planalto Norte	1439	2316	3078	3215	3160	3019	3122	4045	3356	3563	3268	346
Planalto Sul	2305	3492	3587	7708	4484	4277	4117	4743	4983	4929	4381	743
Vale do Itajaí	4033	7192	10078	7627	8053	7330	9066	10387	8956	9966	9752	1182
Vale do Rio do Peixe	2035	2869	3589	3565	3589	3979	3526	4636	3760	4430	4132	841
Total	34688	55009	72605	74668	69329	70600	76624	92249	76833	90359	83663	10976



PROCESSOS PENDENTES NO 1º GRAU

COMPARATIVO: DEZ/2017 x DEZ/2018

Acervo ativo por entrância		
	2017 dezembro	2018 dezembro
Especial	1450623	1378180
Final	578860	550315
Inicial	694443	684241
Total	2723926	2612736



PRODUTIVIDADE NO SEGUNDO GRAU

Em 2018 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgou mais processos do que os recebidos pela Corte em igual período, gerando, assim, a redução de seu acervo. De janeiro a dezembro ingressaram **145.555 novos processos** (incluindo 40.429 novos incidentes processuais) e foram **julgadas 152.424 causas** — mediante a lavratura de 54.629 decisões monocráticas e de 97.795 acórdãos em 1.111 sessões de julgamento.

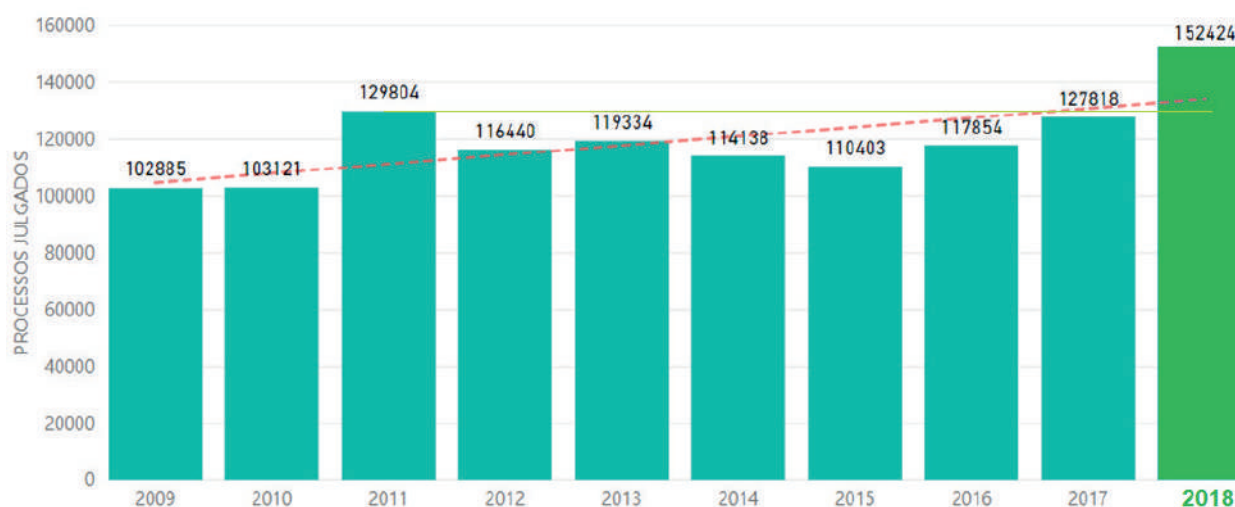
Para o início de 2019 remanesceram no TJSC **131.727 processos não julgados**, conquanto 31.197 deles estivessem sobrestados e 1.124 apontados como “suspensos/arquivados administrativamente”.

O aumento da produtividade decorreu de alguns fatores. Diagnosticou-se que o primeiro deles foi justamente a maior dedicação dos desembargadores e respectivas equipes no estudo dos processos. Além disso, houve o aprimoramento

de alguns fluxos procedimentais, a realização de estudos aprofundados sobre aspectos sensíveis da jurisdição e, também, o ajustamento de alguns órgãos colegiados, a exemplo da extinção da “câmara de agravos” — a Câmara Civil Especial, que concentrava a análise de todas as liminares em agravos de instrumento e estava sobrecarregada — e da criação de uma força-tarefa, por meio de duas Câmaras de Enfrentamento de Acervos, para dar ampla vazão aos processos remanescentes da também extinta Câmara Regional de Chapecó.

Processos entrados no TJSC em 2018.....	145.555
Processos julgados pelo TJSC em 2018.....	152.424
Processos em trâmite (ativos) ao fim de 2018	99.406

TJSC: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE ANUAL
(NÚMERO DE PROCESSOS JULGADOS A CADA ANO)



ÓRGÃOS JULGADORES DO TJSC

Do Órgão Especial — colegiado ao qual compete, além de julgar ações de controle de constitucionalidade local e outras causas relevantes, deliberar sobre questões administrativas prioritárias — emanaram **790 decisões** ao longo do ano.

Os desembargadores que compõem as cinco Câmaras Criminais proferiram **24.122 decisões** colegiadas e monocráticas. As cinco Câmaras de Direito Público proferiram um total de **35.095 decisões**.

Os desembargadores integrantes das seis Câmaras de Direito Civil foram responsáveis por **31.554 decisões** publicadas ao longo de 2018.

Os membros das cinco Câmaras de Direito Comercial exararam, entre acórdãos e monocráticas, **27.995 decisões**.

Em junho de 2018 foram extintas a Câmara Civil Especial — até então competente para a admissibilidade e as liminares em todos os agravos de instrumento, em razão do que todo o acervo do órgão foi redistribuído às Câmaras de Direito Civil, Comercial e Público — e a Câmara Especial Regional de Chapecó — cujos processos foram redistribuídos às 1ª e 2ª Câmaras de Enfrentamento de Acervos.

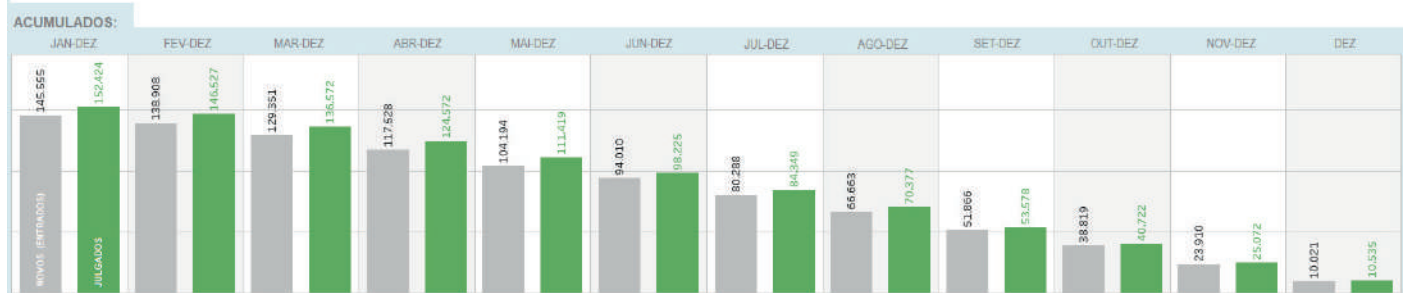
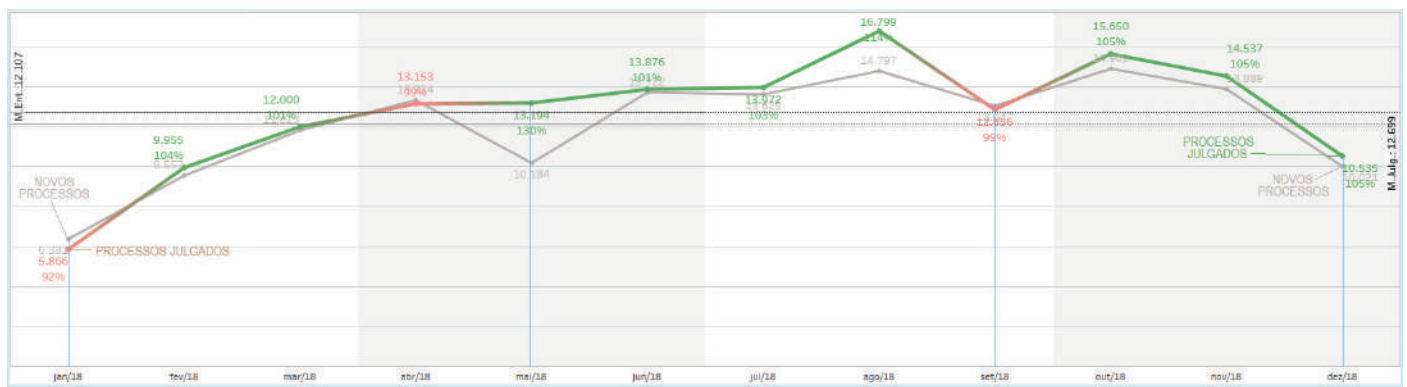
A 1ª Vice-Presidência tem entre as suas responsabilidades diversas comissões no âmbito do Poder Judiciário, inclusive aquelas para ingresso de magistrados, cartorários e servidores, além de ser responsável pelos estudos que culminaram no novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça — aprovado pelo Órgão Especial em dezembro de 2018. Forma, em conjunto com a 2ª e a 3ª vices, o colegiado Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais e Conflitos de Competência, órgão que registrou no período **1.129 decisões**.

As 2ª e 3ª Vice-Presidências dividem entre si competência para admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários. Juntas emitiram **27.507 decisões** em 2018 (8.880 nas áreas criminal e pública; 18.627 nas áreas cível e empresarial/bancária/cambial).

TJSC: PRODUTIVIDADE TOTAL MÊS A MÊS
(TOTAL DE PROCESSOS ENTRADOS E JULGADOS A CADA MÊS DE 2018)

ACERVO EM 31/12/2018

Em Andamento	99.408
Sobrestado	31.195
Suspensão/Arq. Adm.	1.121
Total geral	131.724



TOTAL DE DECISÕES LAVRADAS EM 2018 POR MATÉRIA

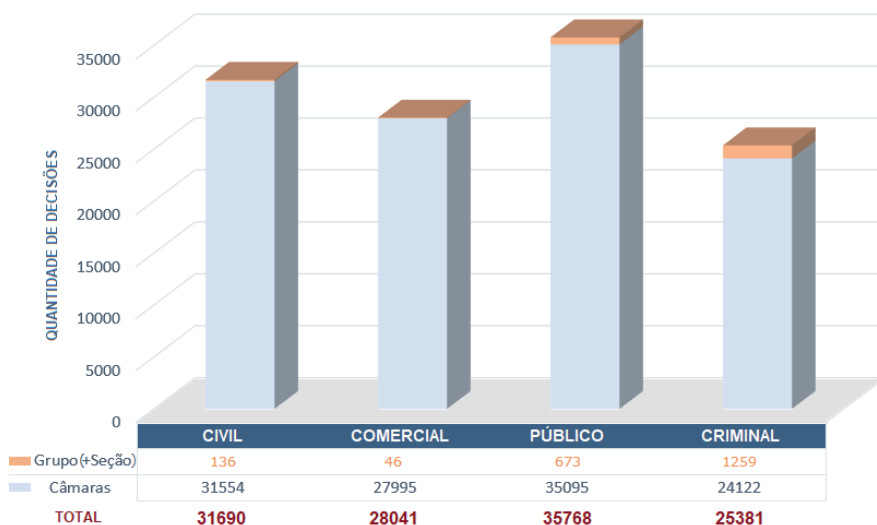


GRÁFICO COMPARATIVO – CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

(JULGAMENTOS POR CÂMARA A CADA MÊS DE 2018)

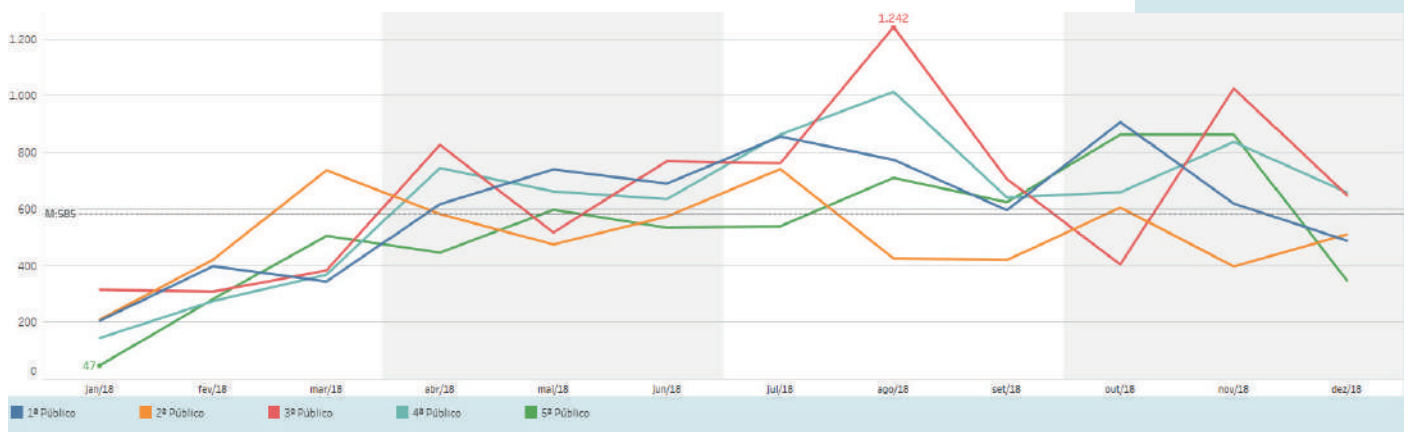
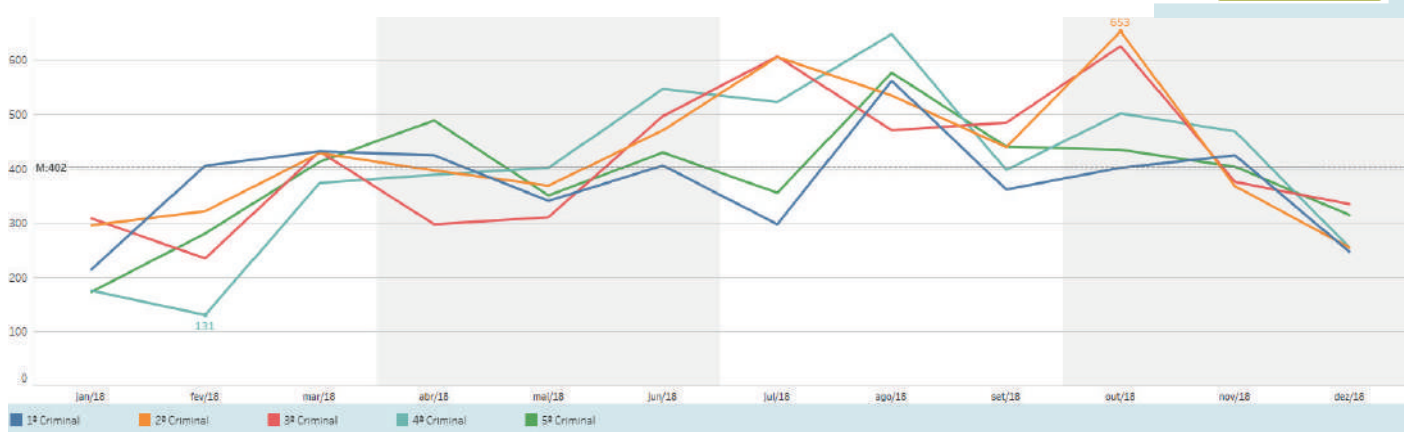


GRÁFICO COMPARATIVO – CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

(JULGAMENTOS POR CÂMARA A CADA MÊS DE 2018)



METAS DO CNJ

Em 2018 todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o segundo grau foram ultrapassadas:

- Meta 1** – Julgar mais processos que os distribuídos
Índice de cumprimento da meta**108,52%**
- Meta 2** – Julgar processos mais antigos
Índice de cumprimento da meta**115,38%**
- Meta 4** – Priorizar julgamento de processos sobre corrupção e improbidade administrativa
Índices de cumprimento:
 Combate à corrupção**126,45%**
 Improbidade administrativa.....**122,98%**
 Crimes contra a administração pública.....**130,36%**

Meta 6 – Priorizar o julgamento de ações coletivas

Índice de cumprimento da meta**103,96%**

ÍNDICES DE RECORRIBILIDADE

Ao longo de 2018 as estatísticas referentes à recorribilidade e reformas das decisões judiciais melhoraram em relação 2017. No Tribunal de Justiça, **87%** das decisões proferidas este ano foram mantidas pelo STF e STJ, ante 83% registrados no ano passado. Já no primeiro grau de jurisdição os índices aumentaram quatro pontos percentuais, passando de 66% para cerca de **70%** a proporção de sentenças integralmente confirmadas pela Corte catarinense. A relevância no monitoramento desses índices perfaz-se pela previsibilidade das decisões judiciais, a conferir maior segurança jurídica.

CONTAS PÚBLICAS

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC é executado por meio de duas unidades orçamentárias, quais sejam: **03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina e 03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça.**

RECEITAS E REPASSES RECEBIDOS

Composição das Receitas

O Poder Judiciário de Santa Catarina possui três grupos de fontes de recursos que fomentam suas atividades, dando origem aos recursos orçamentários: Duodécimo, Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ e Sidejud.

Os recursos oriundos do Duodécimo e do Sidejud são controlados e executados pela Unidade Orçamentária **03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina.** Já os recursos do Fundo do Reaparelhamento da Justiça pela Unidade Orçamentária **03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça.**

A seguir, detalha-se cada grupo de fontes de recursos:

I – Grupo de fontes de recursos do Duodécimo: repasses do Poder Executivo correspondentes a 9,41% da Receita Líquida Disponível do Estado – RLD, do Fundo de Assistência Social, do Sistema Especial de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura – Seitec e do Programa Pró Emprego. Além dos recursos supramencionados, compõem também o referido grupo de fontes de recursos as receitas próprias diretamente arrecadadas geradas pelo esforço do órgão, especificamente a remuneração das disponibilidades bancárias (rendimentos de aplicações financeira) e o repasse auferido por meio do contrato com o Banco do Brasil (nº 240/2013) para a gestão da folha de pagamento.

Os recursos do grupo de fontes de recursos do duodécimo podem ser aplicados em qualquer tipo de despesa do Poder Judiciário.

II – Sistema de Gestão Centralizada dos Depósitos Judiciais – Sidejud: constitui os rendimentos provenientes do saldo positivo obtido do total de recursos disponíveis (patrimônio líquido do Fundo de investimento), deduzido o valor total dos saldos das subcontas atualizadas de acordo com a poupança, *pro rata die*, e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras desta receita (Lei nº 15327/2010, art. 3º, § 2º), que é transferida e contabilizada no orçamento do Poder Judiciário.

As receitas do Sidejud podem custear o pagamento de despesa com:

I – construção, reforma, instalação e manutenção de Casas da Cidadania e/ou Fóruns Municipais nos municípios que não

sejam sede de comarcas e nos distritos e bairros das cidades com alto índice demográfico;
 II – instalação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Juizados Especiais;
 III – modernização das bibliotecas e dos arquivos do PJSC;
 IV – Academia Judicial;
 V – manutenção, serviços, equipamentos e sistemas de informática;
 VI – aquisição e manutenção de mobiliário e de veículos;
 VII – implantação e manutenção dos sistemas de segurança do PJSC;
 VIII – qualificação e aperfeiçoamento de pessoal; e
 IX – manutenção e aprimoramento do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.
 X - comunicação institucional;
 XI - pagamento de verbas de caráter indenizatório e de débito do Poder Judiciário decorrente de reconhecimento de direito ao corpo funcional (alteração inserida pela Lei nº 17.406, de 28 de dezembro de 2017);
 XII - cobertura de insuficiência financeira do Poder Judiciário, relativa ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina; e
 XIII - aquisição, construção, manutenção, reforma e conservação de edificações em caráter complementar aos recursos advindos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ).

III – Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ: oriundos de custas judiciais, taxa judiciária, custas extrajudiciais, Outras Receitas Diversas, receitas de dívida ativa, Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais e as remunerações das disponibilidades bancárias (Lei nº 8.067/1990).

Os recursos afetos ao FRJ podem ser aplicados nas seguintes finalidades:

I – elaboração e execução de planos, programas e projetos;
 II – construção, ampliação e reforma de prédios;
 III – aquisição de equipamentos, veículos utilitários e outros materiais;
 IV – implementação dos serviços de informática;
 V – manutenção e conservação de edificações e no pagamento das demais despesas de custeio;
 VI – implementação da sistemática de aquisição e controle do selo de fiscalização, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998; e
 VII – contratação de estagiários para atuarem junto ao PJSC, ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), nas unidades prisionais e nos estabelecimentos destinados a atendimento da política de proteção aos direitos da Criança e do Adolescente.

RECEITAS ARRECADADAS E REPASSES RECEBIDOS

O quadro abaixo evidencia a previsão inicial das receitas totais do PJSC consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2018 - LOA (Lei nº 17.447/2017) e a respectiva arrecadação, segregada por Grupo de fontes de recursos:

Fonte de Recurso	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Superávit / Déficit	% s/ Prevista
Duodécimo	1.556.463.536,00	1.547.799.514,22	-8.664.021,78	-0,56%
Sidejud	110.440.000,00	90.109.352,64	-20.330.647,36	-18,41%
Fundo Reparelhamento Justiça	225.857.000,00	244.564.424,01	18.707.424,01	8,28%
Total	1.892.760.536,00	1.882.473.290,87	-10.287.245,13	-0,54%
Repasso Pgto. Precatório contra Estado	360.000.000,00	92.099.810,50	-267.900.189,50	-74,42%
Remun. Disp. Bancárias - Precatório	18.874.231,48	18.874.231,48	0,00	0,00%
Repasso IPREV Inativos	223.291.444,57	223.291.444,57	0,00	0,00%
Repasso IPREV Extrajudiciais	37.768.455,04	37.768.455,04	0,00	0,00%
Total	2.532.694.667,09	2.254.507.232,46	-278.187.434,63	-10,98%

Com o objetivo de financiar os programas de trabalho planejados pelo TJSC, a LOA de 2018 estimou a receita orçamentária do Poder Judiciário em R\$ 1.892.760.536,00. Entretanto, as previsões de determinadas receitas não se concretizaram e a arrecadação nos três grupos de fontes de recursos referidos atingiu o montante de R\$ 1.882.473.290,87. Assim, o confronto da estimativa com a receita orçamentária arrecadada evidencia déficit de arrecadação total da ordem de R\$ 10.287.245,13 (-0,54%).

Analisando de forma segregada, denota-se que o grupo de fontes de recursos do FRJ obteve excesso de arrecadação na ordem de R\$ 18,7 milhões (+8,28% do previsto). Por outro lado, o Sidejud amargou déficit de arrecadação de R\$ 20,33 milhões (-18,41%). Por sua vez, o grupo do Duodécimo teve arrecadação próxima da prevista, ficando abaixo em -0,56%. Todavia, por sua vultuosidade, esse pequeno percentual resultou em déficit de R\$ 8,66 milhões.

Ao comparar a arrecadação de 2018 com a de 2017, observou-se crescimento de 0,57%. Esse índice pode ser considerado baixo se comparado ao da inflação (IPCA/IBGE acumulada em 2018 de 3,75%). A causa do baixo crescimento se concentra nas receitas que possuem influência da taxa básica de juros (Selic). É o caso da receita do Sidejud, que teve queda de 57% em relação a 2017.

Cenário diferente é observado nos repasses do duodécimo, que tiveram crescimento de 7,8%, e das custas judiciais e taxa judiciária, que tiveram crescimento de 7,5%.

Além disso, no tocante às verbas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais movidos contra a fazenda estadual, o valor previsto é de R\$ 360.000.000,00. No entanto, a Secretaria de Estado

da Fazenda repassou ao TJSC, com recursos do Tesouro do Estado, apenas R\$ 92.099.810,50.

No que concerne ao repasse do IPREV destinado à quitação da folha de pagamento dos inativos do PJSC e dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (transferidos ao Poder Judiciário por força da LC n.º

127/94), cumpre observar que as respectivas dotações orçamentárias estão consignadas no orçamento da referida Autarquia, mas com execução financeira realizada neste Poder. Ou seja, o crédito é descentralizado em favor do Poder Judiciário para execução da despesa em seu exato montante.

REPASSES DO FUNDO DO REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA

Conforme previsto na Lei Complementar Estadual n. 188 de 1999, parte das receitas auferidas no FRJ são repassadas a outros órgãos. A lei previa destinação de recursos para a Ministério Público de Santa Catarina, Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina e Fundo de Acesso à Justiça.

Importante destacar que até 13-07-2018, data da vigência da Lei complementar n. 723, não havia previsão legal para destinação da parcela de custas extrajudiciais que antes era transferida ao Fundo Especial da Defensoria Dativa. Assim, a partir da referida data, foi autorizada a transferência de 1/3 das custas extrajudiciais ao Fundo de Acesso à Justiça - FAJ. Todavia essa situação permaneceu até a promulgação da Lei complementar n. 730, de 21 de dezembro de 2018. Essa lei retirou a destinação dessa parcela ao FAJ, sendo mantidos os recursos no FRJ, para cumprimento das mesmas finalidades previstas ao FAJ. Ademais, a indigitada lei também determinou a transferência em favor do Tesouro do Estado do saldo acumulado entre o período entre a extinção do Fundo Especial da Defensoria Dativa (21/12/2016) até a lei que autorizou o repasse desses recursos ao FAJ (13/07/2018).

Destino	Custas Extrajudiciais	Custas Judiciais e Taxa Judiciária	Total
Fupesc	R\$ 32.353.051,07	R\$ -	R\$ 32.353.051,07
FAJ - Defensoria Pública	R\$ 14.438.459,34	R\$ -	R\$ 14.438.459,34
Tesouro do Estado	R\$ 49.714.667,33	R\$ -	R\$ 49.714.667,33
FERMP	R\$ 6.470.610,31	R\$ 29.160.115,08	R\$ 35.630.725,39
TOTAL	R\$ 102.976.788,05	R\$ 29.160.115,08	R\$ 132.136.903,13

O quadro acima apresenta os valores destinados a outros órgãos.

Por fim, a justiça catarinense devolveu a importância de R\$ 13,48 milhões ao Tesouro do Estado referentes a sua parcela do duodécimo relativa à arrecadação por meio do Programa Catarinense de Recuperação Fiscal – Prefis.

DESPESAS REALIZADAS

Com o objetivo de padronizar os demonstrativos publicados no portal da transparência do Poder Judiciário, na execução da despesa foi utilizada a liquidada. Esta representa o segundo estágio da despesa orçamentária. A liquidação da despesa é, geralmente, processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra). Conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, art. 63, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, tendo como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

No tocante às dotações orçamentárias destinadas ao pagamento da folha dos inativos do PJSC, bem como dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz, as mesmas estão consignadas no orçamento do IPREV, sendo que a execução ocorre por intermédio de descentralização orçamentária e financeira oriundas da referida Autarquia. Nesse sentido, convém não as considerar quando se tratar de execução orçamentária.

As despesas liquidadas do Poder Judiciário no exercício de 2018 somaram R\$ 2.078.341.233,43, sendo, R\$ 1.863.141.600,63 provenientes do Duodécimo, Sidejud e FRJ e o restante, R\$ 215.199.632,80 oriundas dos precatórios contra o Estado.

Assim, o índice de execução orçamentária das despesas liquidadas relativas ao Duodécimo, Sidejud e FRJ atinge 90,44%. Considerando as dotações destinadas ao pagamento de precatórios, esse percentual reduz para 85,76%.

Os recursos financeiros alocados nos projetos e atividades que compõem o orçamento do TJSC foram executados por meio de duas Unidades Orçamentárias, 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina e 03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça. O Anexo I sintetiza todas as ações (projetos e atividades) previstos e realizados referente ao exercício de 2018.

De modo a detalhar os gastos apresentados no Anexo I, traz-se em seguida um relatório que relata as principais ações previstas e realizadas, segregadas por áreas temáticas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os recursos orçamentários destinados à Tecnologia de Informação (TI) estão apoiados nos direcionamentos da

Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário (Entic-Jud), previstos nas Resoluções n. 182/2013 e 211/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Entic-Jud está estruturada em ações orientadas à melhoria da governança e gestão de TI, padrões de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e gestão de pessoas.

Para dar suporte à realização dos diversos projetos voltados à efetivação das ações previstas na Entic-Jud, no ano de 2018 investiu-se na melhoria do sistema da área judicial, bem como na aderência dos sistemas administrativos ao Sistema de Escrituração Fiscal Digital (EFD-Reinf), das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e, também, no planejamento e na reestruturação das unidades administrativas que sustentam as estruturas de TI do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), com a edição de normas e políticas de governança de TI, objetivando o incremento do alinhamento estratégico da TI com o negócio do PJSC, de modo que as ações de TI possam incorporar o maior valor possível à organização e ao serviço prestado a toda sociedade catarinense.

Uma parte dos recursos também foi destinada aos projetos para a continuidade da renovação e modernização do parque tecnológico de microinformática, bem como de servidores de aplicação e de banco de dados, com a consequente ampliação da sua capacidade de armazenamento, tendo em vista o incremento substancial da digitalização dos processos judiciais e o aumento da virtualização dos dados e das informações armazenadas pelo PJSC.

Além disso, o processo de transformação digital pelo qual passa o PJSC, impulsionou também a necessidade de aumento da velocidade e da capacidade de tráfego da rede de comunicações e a implementação de medidas relacionadas à segurança das informações, com a ampliação do parque tecnológico associado a essas medidas.

Abaixo estão relacionados os principais projetos/atividades executados pela Diretoria de TI do PJSC:

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14101 - Gestão de Equipamentos de TI de uso individual – Sidejud	7.750.924,87	3.028.224,02
Principais produtos/serviços ofertados		
Aquisição de novas estações de trabalho e monitores com maiores dimensões de tela, em substituição aos monitores de 17 polegadas, fora de garantia, proporcionando aos colaboradores do PJSC recursos tecnológicos necessários para a prestação da atividade jurisdicional com maior qualidade, conforto ergonômico e celeridade.		

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14102 - Gestão dos Sistemas Administrativos – Sidejud	4.490.692,58	718.742,71

Principais produtos/serviços ofertados

Aquisição de solução para Business Analytics e Self-service-BI, treinamento e consultoria com objetivo que prover informações de apoio à decisão para a alta gestão.

Aquisição de ferramenta de mensageria para o gerenciamento do envio das informações exigidas pelo governo federal no âmbito do eSocial, garantindo que as informações disponibilizadas nos vários sistemas utilizados no PJSC sejam compartilhadas da forma apropriada e que eventuais intercorrências sejam devidamente tratadas.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14103 - Gestão dos Sistemas Judiciais - Sidejud	21.751.998,63	9.952.734,74

Principais produtos/serviços ofertados

Desenvolvimento e implantação da integração dos sistemas judiciais do PJSC com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que permitirá a gestão mais eficiente e o conhecimento exato da realidade carcerária do país, bem como a consulta, em tempo real, da situação de todas as pessoas custodiadas pelo Sistema Penal.

Implantação e expansão da realização das Audiências de Custódia para todas as Comarcas do PJSC, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o CNJ, com o objetivo de garantir os direitos fundamentais das pessoas presas e permitir aos juízes avaliarem eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades que podem ocorrer durante as prisões.

Desenvolvimento e implantação do Robô Assistente Virtual nas Unidades Judiciárias da Fazenda Pública do PJSC, para automatização de pesquisas e consultas aos endereços das partes, o que acelera os procedimentos judiciais e, conseqüentemente, diminui o tempo de tramitação dos processos judiciais.

Desenvolvimento e implantação do Controle Biométrico de Apresentação à Justiça, que permite a identificação dos apenados por leitura biométrica das digitais e comparação com as imagens existentes no banco de dados dos sistemas judiciais, de forma rápida e com alta confiabilidade, agilizando o registro do cumprimento das penas alternativas e facilitando a gestão e agilizando o andamento dos processos de execução penal.

Desenvolvimento e implantação do Módulo de Certidões Online que disponibilizou de forma rápida, acessível e automática as certidões para fins eleitorais necessárias aos candidatos para apresentação à Justiça Eleitoral, no pleito de 2018.

Desenvolvimento e implantação da integração dos sistemas judiciais com as unidades prisionais do Estado de Santa Catarina, o que possibilita aos servidores e gestores das unidades prisionais a consulta e o peticionamento por meio eletrônico aos processos criminais dos apenados de cada unidade, para um controle mais ágil e a gestão mais precisa dos procedimentos.

Contratação de suporte ao cliente final para os sistemas judiciais, com o estabelecimento de acordo de nível de serviço e severidades para os chamados, que disponibilizou aos magistrados e servidores do PJSC um atendimento mais rápido, especializado e efetivo aos incidentes técnicos e procedimentais verificados nos sistemas judiciais.

Desenvolvimento e implantação do Sistema Judicial eproc, que viabilizará aos magistrados e servidores uma forma de trabalho mais dinâmica, simples e adequada às demandas judiciais, com a conseqüente diminuição do tempo de tramitação dos processos no PJSC.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14104 - Gestão das Telecomunicações – Sidejud	4.098.032,86	2.065.971,32

Principais produtos/serviços ofertados

Realização de manutenção nas centrais telefônicas VOIP e serviços de telefonia fixa comutada, garantindo o funcionamento das comunicações realizadas através de chamadas telefônicas.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
---	-----------------	------------------

Subação: 14105 - Gestão da Infraestrutura de TI – Sidejud	38.240.567,19	24.143.353,79
--	---------------	---------------

Principais produtos/serviços ofertados

Manutenção e ampliação da velocidade das linhas de comunicação de dados que interligam as unidades judiciárias e a sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), formando a rede estadual de comunicação de dados do PJSC, oferecendo a disponibilidade e a velocidade adequadas para a utilização dos serviços de TI, essenciais para a prestação da atividade jurisdicional à sociedade catarinense.

Contratação de serviços de suporte ao banco de dados Oracle, dos equipamentos Exadata X6 e dos equipamentos de rede de dados, garantindo a segurança e a disponibilidade das informações, reduzindo os riscos de ocorrências de indisponibilidade no acesso aos serviços de TI por parte dos colaboradores e dos cidadãos.

Melhoria na infraestrutura do banco de dados Caché, proporcionando maior segurança e disponibilidade das informações dos sistemas que dão suporte ao desenvolvimento das atividades administrativas.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
---	-----------------	------------------

Subação: 14106 - Gestão e apoio à TI – Sidejud	12.291.798,38	426,587,61
---	---------------	------------

Principais produtos/serviços ofertados /Serviço

Aquisição de licenças PHP Storm, software utilizado para o desenvolvimento do sistema eproc, nova solução tecnológica adotada pelo PJSC para a modernização dos Sistemas Judiciais, com o objetivo de tornar a tramitação dos processos mais simples, célere e efetiva, oferecendo ferramentas mais eficientes aos servidores, magistrados e advogados que atuam no PJSC e resultados em menor tempo aos jurisdicionados catarinenses.

Manutenção das licenças de software responsáveis pelo gerenciamento do portal institucional do PJSC, canal responsável por disponibilizar os serviços informatizados e informações do PJSC aos cidadãos.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
---	-----------------	------------------

Subação: 14107 - Governança e Gestão de TI – Sidejud	2.329.687,83	1.736.289,86
---	--------------	--------------

Principais produtos/serviços ofertados/Serviço

Continuidade da implantação da Central de Serviços, o que possibilitará o atendimento centralizado e otimizado dos chamados para as diversas áreas do PJSC. A Central de Serviços também permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos e um atendimento mais rápido às demandas dos servidores e magistrados do PJSC.

Contratação de Fábrica de Métricas, empresa responsável por auditar a mensuração de desenvolvimentos realizados por fábricas de software que prestam serviço ao PJSC, possibilitando o pagamento apenas do trabalho efetivamente realizado e proporcionando segurança e economia nas relações contratuais.

CAPACITAÇÃO

A Academia Judicial é o órgão de apoio do Poder Judiciário de Santa Catarina responsável pela formação institucional e emprega seus esforços no desenvolvimento de ações formativas que possam repercutir nos campos profissional, pessoal e social daqueles que integram seus quadros.

Nesta seara, os cursos se dividem em três tipificações: formação inicial, formação continuada e formação suplementar. No que diz respeito à modalidade, podem ser: à distância (com tutoria ou auto instrucional), presencial ou semipresencial. Quanto ao porte, são classificados como cursos ou eventos.

Todos os cursos ou eventos estão alinhados aos objetivos institucionais. Destacamos a seguir aqueles de grande impacto no que tange ao público-alvo e aos projetos institucionais.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
---	-----------------	------------------

Subação: 6781- Capacitação e aperfeiçoamento – Sidejud	22.504.100,00	17.405.293,16
---	---------------	---------------

Principais produtos/serviços ofertados

Doutorado em Ciências Jurídicas para magistrados – UNIVALI

Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas para magistrados e servidores – UNIVALI

Curso de Mestrado Profissional em Direito para magistrados e servidores - UFSC

Residência Judicial

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica no Poder Judiciário de Santa Catarina

Curso de Formação de Gestores de Processos

Curso de Atualização de Registros em Serviço Social	Curso de Avaliação de Desempenho: Procedimentos e <i>Feedback</i>
Curso Segurança Jurídica na Execução Penal	Curso de Formação e Aperfeiçoamento dos Técnicos de Suporte em Informática do TJSC
Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevistas Investigativas com Testemunhas e Vítimas	Curso de Oratória
Curso de Capacitação para multiplicadores: depoimento especial com crianças e adolescentes	Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes
Curso Integração Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0	Estratégias integradas de Segurança Pública: Os poderes do Estado Unido no Combate à Criminalidade e Santa Catarina
II Encontro Internacional de Justiça Restaurativa do Poder Judiciário	Curso de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos de Obras Públicas
Curso de Formação de Especialista em Governança SOA	Curso de Atualização em Procedimentos Jurisdicionais
Curso de Teoria e Prática da Produção de Decisões Judiciais	Curso de Financiamento Partidário e de Campanhas Eleitorais (Curso credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM)
Capacitação sobre plantão judicial	Os Desafios do Sistema de Justiça frente ao Crime Organizado
Curso de gerenciamento de rotinas: processos físicos e digitais - SAJ5/PG	Curso de Treinamento e Aplicação do Protocolo de Istambul para Prevenção e Combate à Tortura
Curso de Arquiteto de Aplicações Enterprise com Java EE	Curso Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial
Curso de gerenciamento de rotinas dos CEJUSCs	Curso de Formação de Formadores
Capacitação Metodologia Desenvolvimento Soluções TJSC	O Juiz e o Serviço Extrajudicial
Capacitação em Framework versão 3.0	Curso de Programação de Macros em VBA no software MS-Excel
Curso Programa de DNA em Audiências em Santa Catarina - PRODNASC	Curso de Capacitação para uso do Sistema de Processo Administrativo - SPA
Fluxo de atendimento às gestantes ou mães que manifestam interesse em entregar seus filhos à adoção	Curso Vivencial: Sensibilização para a importância de cuidar de si
Curso de Capacitação: Atuação dos Magistrados no Contexto do Depoimento Especial com Crianças e Adolescentes	Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais
Curso de Comunicação Não Violenta e Comunicação Sustentável	Curso de Redação de Ementas de Acórdãos
Curso de Análise e Melhoria do Processo	Gestão de Precedentes: TTJ e Tribunal de Justiça Integrados pela eficiência na Prestação Jurisdicional
Curso de Mídia Training	Curso de Pós-Graduação em Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo
Seminário Interinstitucional sobre Depoimento Especial: a Lei n. 13431/2017 e seus desdobramentos em Santa Catarina	Curso de Autoproteção para Magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina - Nível I: Direção Defensiva, Ofensiva e Evasiva
Curso de Tratados Internacionais no Ordenamento Jurídico	Curso de Formação de Gestores de Unidade Judiciais em Primeiro Grau
Curso de Formação de Formadores	Curso de Formação para Ingresso na Carreira de Magistratura - Turma 2018 (Curso credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM)
Capacitação SAJ5/SG - "Gabinete - Processos Físicos e Digitais do SAJ5/SG"	
Curso de atualização em Processo Penal: utilização de novas tecnologias como meio de provas criminais	
Curso de Preparação para Pretendentes à Adoção	

Curso de Formação de Conciliadores Honorários de 2º Grau
Curso sobre Argumentação Jurídica
Curso em Justiça Restaurativa para Magistrados (ENFAM)
Curso de Relações Interpessoais no Poder Judiciário de Santa Catarina
Curso de Comunicação Não-Violenta e Comunicação Sustentável
Curso sobre Judicialização da Saúde
Controle Biométrico de Apresentação à Justiça
Encerramento da XI Campanha Justiça pela Paz em Casa
15º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção de Santa Catarina e Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina
Consequências econômicas das decisões judiciais
4º Encontro dos Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário Catarinense
Curso de Gestão da Comunicação: Qualificação de Assessorias de Comunicação
Fórum estadual dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - Mediação e Conciliação: Um olhar para o futuro, uma solução para o presente
Curso de Femicídio e Questões de Gênero
Curso de Novas Tecnologias em Prova Penal
Curso de Procedimentos de Segurança nas Unidades Judiciárias
Curso de Gerenciamento de Rotinas dos CEJUSCs
Curso EPROC
Curso de Tiro Tático Defensivo para Magistrados
Curso de Relações Interpessoais no Poder Judiciário de Santa Catarina - Turma 02
XIII Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil
Projeto Formar para transformar
Curso de Audiência de Custódia Regionalizada
IV Fórum Estadual de Assistentes Sociais e de Psicólogos do Poder Judiciário de Santa Catarina
Curso Articulate 360
Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Direito e Gestão Judiciária

Curso de como ter sucesso na gestão e fiscalização de contratos

Workshop Programa Novos Caminhos

115º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça

OBRAS, CONSTRUÇÕES E REFORMAS

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - DEA é o setor responsável pelo planejamento e execução de projetos, além da fiscalização de obras de construção, ampliação e reforma de edificações do Poder Judiciário Catarinense, bem como da gestão de diversos contratos de manutenção predial.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do Fundo de Reaparelhamento de Justiça, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do Plano Plurianual-PPA (período de quatro anos).

A DEA possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração, as quais destacam-se:

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6668 - Reforma do Palácio da Justiça - FRJ	2.930.346,87	1.564.532,31

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 023/2016 – Reforma Global do 5º, 5ºA e 6º pavimentos da TORRE I do TJSC

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 4.108.734,01

Área de intervenção: 2.574,53 m²

Situação da obra: concluída em julho/2018

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 11640 - Reforma do Fórum de Tubarão - FRJ	3.469.638,97	2.621.840,14

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 137/2017 – Reforma do Fórum da Comarca de Tubarão

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 3.384.843,49

Área de intervenção: 5.213,66 m²

Situação da obra: 75,55% concluída

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12002 - Construção do Fórum de Timbó - FRJ	4.176.928,25	1.452.453,70

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 050/2018 – Construção do Fórum da Comarca de Timbó

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 17.228.423,28

Área de intervenção: 6.857,59 m²

Situação da obra: 8,43% concluída

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12477 - Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina – FRJ	26.014.129,91	12.830.594,32

Principais produtos/serviços ofertados

Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário (Regiões: Grande Florianópolis 1º Grau, Grande Florianópolis 2º Grau, Norte do Estado, Sul do Estado, Serrana, Oeste do Estado e Vale do Itajaí)

Total liquidado: R\$ 7.875.135,18

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização instalados nos prédios do Poder Judiciário

Total liquidado: R\$ 2.646.551,32

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte vertical (elevadores e plataformas elevatórias) instalados nos prédios do Poder Judiciário

Total liquidado: R\$ 585.362,70

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) dos prédios do Poder Judiciário

Total liquidado: R\$ 339.574,59

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas esquadrias do prédio do Fórum de Chapecó

Total liquidado: R\$ 262.300,24

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas subestações de energia dos prédios do Poder Judiciário

Total liquidado: R\$ 171.332,00

Outros serviços de manutenção preventiva e corretiva

Total liquidado: R\$ 950.338,29

GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria de Magistrados são os responsáveis pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo magistrados, servidores efetivos e comissionados, inativos, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

A principal atividade diz respeito à gestão da folha de pagamento. Abaixo destaca-se o que de mais importante afetou esta ação:

Programa: 0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6777 - Ativos TJ	1.495.569.718,69	1.493.161.215,02
Principais produtos/serviços ofertados		
Nomeação de 26 magistrados		
Nomeação de 74 servidores efetivos		
Nomeação de 283 servidores comissionados		
Reajuste de 2,76% nos vencimentos dos servidores a partir de maio/2018		
Reajuste de 16,38% no subsídio dos magistrados a partir de dezembro/2018		
Promoções		

RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC 101/2000) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais

despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

A LRF trouxe inovação e impôs responsabilidades aos gestores no trato da coisa pública. Por meio dela, percebeu-se melhora gradativa na gestão das finanças públicas. Os limites estabelecidos pela LRF ensejam mudança no comportamento da gestão financeira pública, evidenciando a necessidade do equilíbrio financeiro preconizado pela citada Lei.

LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

A mencionada Lei trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, estabelecendo para o Poder Judiciário 6% como limite legal, 5,7% como limite prudencial e 5,4% como limite de alerta.

Em 2018, a Receita Corrente Líquida do Estado - RCL totalizou a importância de R\$ 22.773.760.288,74. As deduções referentes às transferências obrigatórias da União, relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF/88), no exercício de 2018, importaram em R\$ 6.663.906,00. Desse modo, a base de cálculo para apuração do percentual gasto com pessoal, representada pela Receita Corrente Líquida Ajustada, perfaz R\$ 22.767.096.382,74.

Em relação ao ano de 2017 (R\$ 21.127.888.811,75), a referida receita do exercício de 2018 apresenta crescimento de 7,76%.

Para fins de mensuração do limite de gasto com pessoal ativo e inativo (anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal), a despesa bruta totalizou R\$ 1.719.529.655,60. Entretanto, a legislação vigente autoriza deduzir os dispêndios com pessoal referente a exercícios anteriores, as despesas de caráter indenizatório, as decorrentes de decisão judicial e as de inativos pagos com recursos vinculados (RPPS - contribuições e quota patronal - IPREV). Essas despesas, denominadas "não computadas", atingiram o montante de R\$ 499.263.801,38. Assim, a despesa líquida com pessoal importa em R\$ 1.220.265.854,22.

Comparada com o mesmo período do ano passado, a despesa total com pessoal no exercício de 2018 teve crescimento de R\$ 55.784.133,13, representando incremento de 4,79%. Ou seja, abaixo do crescimento da RCL.

Com as receitas variando abaixo das despesas, o percentual de despesas com pessoal do Poder Judiciário, que em 2017 fechou em 5,51%, foi reduzido para patamar abaixo do limite de alerta.

O percentual da despesa total com pessoal atingiu 5,36%, em relação à Receita Corrente Líquida ajustada. Assim, é inferior ao limite legal de 6,0%, limite prudencial de 5,7% e limite de alerta de 5,4%, estabelecidos nos arts. 20, 22 e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, respectivamente.

Cumprir destacar que não foram contemplados nas Despesas com Pessoal do exercício de 2018 os gastos relativos ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários

de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz, no valor de R\$ 37.768.455,04. Essa exclusão está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado, firmado no processo LRF 13/00370600, publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 1895 daquele órgão em 2/3/2016.

Do mesmo modo, as relativas ao abono de permanência, no valor de R\$ 13.717.860,01 não foram incluídas da Despesa Bruta com Pessoal, nos termos da decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina no processo 17/00678660.

CONTINGENCIAMENTO (LIMITAÇÃO DE EMPENHO)

Conforme determina o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com a previsão na Lei Orçamentária Anual. Caso ocorra arrecadação inferior à estimativa inicial, proceder-se-á com a "limitação de empenho". Isso significa que parte do orçamento será contingenciado, de forma a retomar o equilíbrio orçamentário e financeiro, ou seja, receitas iguais às despesas.

Desse modo, por meio do processo administrativo n. 8151/2018, este Tribunal documentou o acompanhamento bimensal de suas receitas. Ao final do 5º bimestre, em decorrência do déficit de arrecadação de determinadas fontes de recursos, foi registrado o déficit de arrecadação no montante de R\$ 34.942.282,00. Esse déficit implicou no contingenciamento nos seguintes grupos de fontes de recursos:

Fonte de Recurso	Contingenciamento
Duodécimo	9.456.000,00
Sidejud	19.490.000,00
Fundo Reaparelhamento Justiça	5.996.282,00
Subtotal	34.942.282,00

Destaca-se que, em comparação ao cenário verificado em 2017, a necessidade de contingenciamento em 2018 reduziu mais do que a metade da verificada no ano anterior.

DISPONIBILIDADES E RESTOS A PAGAR

São considerados restos a pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do respectivo exercício financeiro, distinguindo-se os processados (despesas empenhadas e liquidadas) dos não processados (despesas empenhadas).

No encerramento do exercício de 2018 foram inscritos R\$ 43.178.763,54 em Restos a Pagar.

A LRF veda ao gestor público contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro

de seu mandato, "ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito (art. 42 LRF). Nesse contexto, a LRF impôs mais um limite ao administrador público, qual seja, para a devida inscrição de despesas em Restos a Pagar é obrigatório existir disponibilidade de caixa.

No encerramento do exercício de 2018 as disponibilidades totais do PJSC somam R\$ 6.388.286.626,22. As obrigações totalizam R\$ 5.747.332.827,95, já considerados os valores referentes à inscrição de Restos a Pagar.

Cabe lembrar que o maior percentual de obrigações deste Tribunal são os depósitos judiciais sob aviso da justiça, que em 31.12.2018 totalizavam R\$ 5.603.351.616,51.

Nesse contexto, considerando que as disponibilidades de caixa superaram às obrigações, resultando no superávit financeiro, o TJSC cumpriu o limite de inscrição de Restos a Pagar disposto no artigo 42 da LRF.

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2018

Ação		Orçamento			Execução					
Cód.	Descrição	Dotação Atualizada	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	C = A - B	D	D / C	E	E / C	F	F / C
6386	Construção do Fórum de Rio do Oeste - FRJ	209.996,00	-	209.996,00	7.517,00	3,6%	7.517,00	3,6%	7.517,00	3,6%
6602	Reforma dos prédios do Fórum de Blumenau - FRJ	1.481.784,71	-	1.481.784,71	60.894,47	4,1%	-	0,0%	-	0,0%
6604	Construção do Fórum de Navegantes - FRJ	2.468.940,99	-	2.468.940,99	906.899,19	36,7%	906.899,19	36,7%	906.899,19	36,7%
6646	Reforma do Fórum de Brusque - FRJ	129.932,00	-	129.932,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6657	Construção do Fórum de Rio Negrinho - FRJ	293.994,00	-	293.994,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6668	Reforma do Palácio da Justiça - FRJ	2.930.346,87	-	2.930.346,87	2.006.472,25	68,5%	1.564.532,31	53,4%	1.564.532,31	53,4%
6673	Construção do Fórum de Garuva - FRJ	209.996,00	-	209.996,00	8.042,00	3,8%	8.042,00	3,8%	8.042,00	3,8%
6679	Construção do Fórum de Garopaba - FRJ	114.856,00	-	114.856,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6680	Reforma dos prédios do Fórum de Balneário Camboriú - FRJ	513.410,74	-	513.410,74	194.325,03	37,8%	145.894,83	28,4%	145.894,83	28,4%
6684	Construção do Fórum de Campos Novos - FRJ	251.995,00	-	251.995,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6685	Construção do Fórum de Canoinhas - FRJ	746.903,00	-	746.903,00	26.664,99	3,6%	26.664,99	3,6%	26.664,99	3,6%
6686	Reforma do Fórum de Correia Pinto - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6687	Construção do Fórum de Curitiba - FRJ	545.988,00	-	545.988,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6689	Reforma dos prédios do Fórum de Itajaí - FRJ	703.104,00	-	703.104,00	218.759,25	31,1%	218.759,25	31,1%	218.759,25	31,1%
6694	Construção do Fórum de Rio do Sul - FRJ	6.796.843,41	1.754.401,86	5.042.441,55	655.666,85	13,0%	334.916,26	6,6%	334.916,26	6,6%
6786	Coordenação do selo de fiscalização dos atos notariais e registrais - FRJ - Selo	48.022.000,00	1.531.000,00	46.491.000,00	33.762.070,90	72,6%	31.379.036,04	67,5%	31.379.036,04	67,5%

9279	Reforma dos prédios do Fórum de Joinville - FRJ	870.785,00	-	870.785,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10410	Reforma do Fórum de Campo Erê - FRJ	143.142,00	-	143.142,00	49.900,00	34,9%	12.000,00	8,4%	12.000,00	8,4%
10411	Reforma do Fórum de Chapecó - FRJ	510.000,00	-	510.000,00	178.785,50	35,1%	-	0,0%	-	0,0%
10515	Reforma do Fórum Regional do Estreito - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10516	Reforma do Fórum de Taió - FRJ	131.022,00	-	131.022,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10517	Reforma do Fórum da Capital - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10527	Reforma do Fórum de Lauro Müller - FRJ	50.000,00	-	50.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10529	Construção do Fórum de Araquari - FRJ	293.994,00	-	293.994,00	14.750,00	5,0%	14.750,00	5,0%	14.750,00	5,0%
11625	Construção do Fórum de Herval do Oeste - FRJ	50.000,00	-	50.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11628	Construção do Fórum de Sombrio - FRJ	259.198,00	-	259.198,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11633	Construção do Fórum de São Lourenço do Oeste - FRJ	235.195,00	-	235.195,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11634	Construção do Fórum de Imbituba - FRJ	757.753,00	-	757.753,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11635	Reforma do Fórum de Santa Rosa do Sul - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11640	Reforma do Fórum de Tubarão - FRJ	3.469.638,97	-	3.469.638,97	3.358.852,24	96,8%	2.621.840,14	75,6%	2.621.840,14	75,6%
11717	Ampliação do Fórum de Balneário Camboriú - FRJ	430.429,00	-	430.429,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11721	Ampliação do Fórum de Gaspar - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11727	Ampliação do Fórum de Campo Erê - FRJ	100.459,00	-	100.459,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11728	Ampliação do Fórum de Santa Rosa do Sul - FRJ	147.263,00	-	147.263,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11729	Reforma dos prédios do Fórum de São José - FRJ	328.936,00	-	328.936,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11730	Reforma do prédio do Arquivo Central - FRJ	452.166,57	-	452.166,57	433.943,28	96,0%	433.943,28	96,0%	433.943,28	96,0%
12002	Construção do Fórum de Timbó - FRJ	5.772.928,25	1.596.000,00	4.176.928,25	2.174.323,10	52,1%	1.452.453,70	34,8%	1.452.453,70	34,8%
12429	Reforma do Fórum de Xanxerê - FRJ	15.000,00	-	15.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12430	Reforma do Fórum de Itaiópolis - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12431	Reforma do Fórum de Lages - FRJ	61.515,00	-	61.515,00	29.063,72	47,2%	19.103,72	31,1%	19.103,72	31,1%
12433	Reforma do Fórum de São Bento do Sul - FRJ	14.453,36	-	14.453,36	7.226,36	50,0%	7.226,36	50,0%	7.226,36	50,0%
12466	Reforma parcial do Fórum de Laguna - FRJ	461.290,00	-	461.290,00	203.026,16	44,0%	203.026,16	44,0%	203.026,16	44,0%

12472	Reforma parcial do Fórum de Seara - FRJ	399.153,00	-	399.153,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12474	Reforma dos prédios do Almoxarifado, Gráfica e Patrimônio do PJSC - FRJ	190.846,00	-	190.846,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12475	Ampliação dos prédios do Almoxarifado, Gráfica e Patrimônio do PJSC - FRJ	89.486,00	-	89.486,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12477	Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina - FRJ	26.014.129,91	-	26.014.129,91	18.776.100,82	72,2%	12.830.594,32	49,3%	12.830.594,32	49,3%
12655	Aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC - FRJ	37.000,00	-	37.000,00	1.114,00	3,0%	1.114,00	3,0%	1.114,00	3,0%
12909	Reforma do Fórum de Ponte Serrada - FRJ	663.600,00	-	663.600,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12911	Reforma do Fórum de Presidente Getúlio - FRJ	40.246,00	-	40.246,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12912	Reforma do Fórum de Tijuca - FRJ	468.858,00	-	468.858,00	363.546,79	77,5%	280.954,66	59,9%	280.954,66	59,9%
12913	Reforma do Fórum de Mondai - FRJ	30.000,00	-	30.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12914	Reforma do Fórum de Itapoá - FRJ	60.000,00	-	60.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12922	Reforma do Fórum de Itapema - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12923	Ampliação do Fórum Regional do Estreito - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12924	Ampliação do Fórum de Blumenau - FRJ	675.000,00	-	675.000,00	50.194,11	7,4%	-	0,0%	-	0,0%
12925	Ampliação do Fórum de Taió - FRJ	27.145,00	-	27.145,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12926	Reforma do Fórum Des. Eduardo Luz - FRJ	30.000,00	-	30.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14015	Reforma do Fórum de São Francisco do Sul - FRJ	120.913,00	-	120.913,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14021	Instalação e ocupação de imóveis - FRJ	2.991.000,00	-	2.991.000,00	966.064,83	32,3%	708.607,41	23,7%	708.607,41	23,7%
14023	Aquisição de mobiliário - FRJ	3.500.000,00	553.598,14	2.946.401,86	1.040.520,52	35,3%	698.020,52	23,7%	698.020,52	23,7%
14027	Implantação e modernização dos sistemas de gravação e transmissão - FRJ	2.035.150,00	-	2.035.150,00	1.060.408,89	52,1%	886.545,89	43,6%	886.545,89	43,6%
14034	Desenvolvimento de políticas socioambientais - FRJ	1.942.054,00	-	1.942.054,00	719.026,82	37,0%	580.341,77	29,9%	580.341,77	29,9%
14036	Manutenção e serviços necessários ao funcionamento das unidades do PJSC - FRJ	55.607.000,00	560.000,00	55.047.000,00	44.115.788,04	80,1%	38.380.066,21	69,7%	38.380.066,21	69,7%
14038	Manutenção do parque gráfico - FRJ	2.309.500,00	-	2.309.500,00	684.971,11	29,7%	559.650,71	24,2%	559.650,71	24,2%

14042	Manutenção de serviços financeiros e encargos - FRJ	2.466.500,00	-	2.466.500,00	2.212.133,25	89,7%	1.902.618,39	77,1%	1.902.618,39	77,1%
14048	Gestão de Transportes do PJSC - FRJ	3.093.000,00	-	3.093.000,00	2.134.139,34	69,0%	1.783.493,55	57,7%	1.783.493,55	57,7%
14049	Aquisições e serviços de material e patrimônio do PJSC - FRJ	3.986.047,00	-	3.986.047,00	3.150.443,88	79,0%	2.533.891,50	63,6%	2.533.891,50	63,6%
14051	Locações de imóveis - FRJ	6.820.245,00	-	6.820.245,00	5.056.301,62	74,1%	4.644.422,76	68,1%	4.644.422,76	68,1%
14056	Locação de mão-de-obra terceirizada - FRJ	72.880.669,00	1.282,00	72.879.387,00	60.330.087,63	82,8%	51.943.003,41	71,3%	51.943.003,41	71,3%
14058	Gestão de folha de pagamento - estagiários - FRJ	27.210.000,00	-	27.210.000,00	25.746.688,43	94,6%	25.738.188,43	94,6%	25.738.188,43	94,6%
14060	Realização de concursos - FRJ	6.200.000,00	-	6.200.000,00	4.801.988,37	77,5%	4.801.988,37	77,5%	4.801.988,37	77,5%
14061	Gestão de folha de pagamento - fiscalização cartórios extrajudiciais - FRJ - Selo	8.020.000,00	-	8.020.000,00	5.351.004,86	66,7%	5.351.004,86	66,7%	5.351.004,86	66,7%
14077	Reforma do Fórum de Caçador - FRJ	70.000,00	-	70.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14079	Reforma do Fórum de Anchieta - FRJ	595.641,00	-	595.641,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14095	Manutenção da saúde ocupacional - FRJ	2.058.089,00	-	2.058.089,00	394.809,51	19,2%	270.450,05	13,1%	270.450,05	13,1%
14096	Programas de Comunicação Institucional - FRJ	836.779,00	-	836.779,00	436.361,80	52,1%	243.070,46	29,0%	243.070,46	29,0%
14098	Manutenção, serviços e equipamentos para garantir a infraestrutura da CGJ - FRJ	725.000,00	-	725.000,00	60.410,02	8,3%	57.984,72	8,0%	57.984,72	8,0%
14100	Manutenção e suporte à atividade jurisdicional - FRJ	3.150.045,00	-	3.150.045,00	490.753,28	15,6%	466.073,08	14,8%	466.073,08	14,8%
14155	Manutenção de documentação e informação - FRJ	5.743.974,00	-	5.743.974,00	1.885.286,14	32,8%	1.734.931,50	30,2%	1.734.931,50	30,2%
14158	Atualização do acervo bibliográfico - FRJ	2.720.835,00	-	2.720.835,00	1.314.179,48	48,3%	1.024.770,30	37,7%	1.024.770,30	37,7%
14161	Reforma do Fórum de Joaçaba - FRJ	491.488,84	-	491.488,84	275.865,50	56,1%	188.530,82	38,4%	188.530,82	38,4%
14162	Reforma do Fórum de Concórdia - FRJ	279.108,00	-	279.108,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14164	Reforma do Fórum de Ibirama - FRJ	266.667,00	-	266.667,00	48.085,92	18,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Fundo do Reaparelhamento da Justiça		324.860.427,62	5.996.282,00	318.864.145,62	225.763.457,25	70,80%	196.966.922,92	61,77%	196.966.922,92	61,77%
6777	Administração de pessoal ativo e encargos - TJ	1.502.201.718,69	6.632.000,00	1.495.569.718,69	1.493.161.215,02	99,8%	1.493.161.215,02	99,8%	1.493.161.215,02	99,8%
6779	Encargos extrajudiciais com inativos - TJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6780	Administração de pessoal inativo e encargos - TJ	30.890.328,97	2.824.000,00	28.066.328,97	28.066.328,97	100,0%	28.066.328,97	100,0%	28.066.328,97	100,0%
6781	Capacitação e aperfeiçoamento - Sidejud	22.504.100,00	-	22.504.100,00	18.054.524,97	80,2%	17.405.293,16	77,3%	17.405.293,16	77,3%
6782	Encargos com precatórios e sentenças - TJ	363.438.851,83	-	363.438.851,83	215.199.632,80	59,2%	215.199.632,80	59,2%	215.199.632,80	59,2%

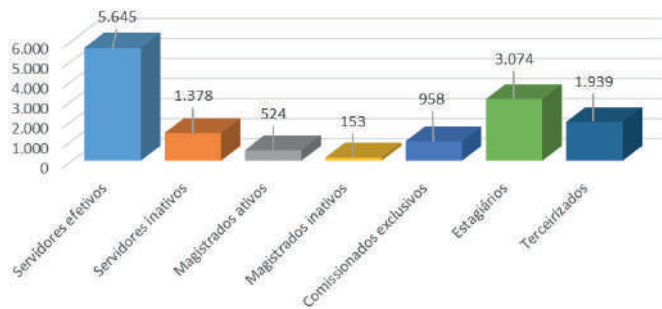
12656	Aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC - Sidejud	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12927	Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina - Sidejud	85.000,00	-	85.000,00	49.750,76	58,5%	40.662,76	47,8%	40.662,76	47,8%
12930	Administração de pessoal extraquadro - TJ	7.221.530,16	-	7.221.530,16	7.221.530,16	100,0%	7.221.530,16	100,0%	7.221.530,16	100,0%
14029	Desenvolvimento de pessoas - Sidejud	6.275.536,15	-	6.275.536,15	3.577.406,57	57,0%	3.478.229,57	55,4%	3.478.229,57	55,4%
14033	Promoção de soluções alternativas de conflitos - Sidejud	6.173.934,85	3.365.998,85	2.807.936,00	766.736,00	27,3%	325.559,12	11,6%	325.559,12	11,6%
14037	Manutenção de documentação e informação - Sidejud	166.993,00	-	166.993,00	11.301,74	6,8%	10.114,11	6,1%	10.114,11	6,1%
14039	Manutenção da segurança institucional - Sidejud	2.229.067,20	-	2.229.067,20	1.066.528,46	47,8%	342.118,17	15,3%	342.118,17	15,3%
14040	Manutenção de serviços financeiros e encargos - TJ	1.410.408,13	-	1.410.408,13	1.387.549,76	98,4%	1.313.597,69	93,1%	1.313.597,69	93,1%
14041	Manutenção de serviços financeiros e encargos - Sidejud	12.244.817,56	-	12.244.817,56	12.102.389,03	98,8%	11.603.048,54	94,8%	11.603.048,54	94,8%
14044	Deslocamentos e suprimentos de fundos - TJ	2.237.546,70	-	2.237.546,70	2.237.387,70	100,0%	2.112.028,00	94,4%	2.112.028,00	94,4%
14047	Gestão de Transportes do PJSC - Sidejud	1.210.000,00	1.210.000,00	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14054	Manutenção da saúde ocupacional - TJ	762.711,20	-	762.711,20	762.711,20	100,0%	681.724,41	89,4%	681.724,41	89,4%
14055	Locação de mão-de-obra terceirizada - Sidejud	43.328.644,00	-	43.328.644,00	38.274.992,61	88,3%	34.766.603,03	80,2%	34.766.603,03	80,2%
14057	Gestão de folha de pagamento - estagiários - Sidejud	10.886.737,40	2.267.142,95	8.619.594,45	8.258.186,81	95,8%	8.258.186,81	95,8%	8.258.186,81	95,8%
14059	Gestão de folha de pagamento - militares - Sidejud	10.284.402,96	-	10.284.402,96	9.763.087,14	94,9%	9.763.087,14	94,9%	9.763.087,14	94,9%
14101	Gestão de Equipamentos de TI de uso individual - Sidejud	7.750.924,87	-	7.750.924,87	3.200.495,01	41,3%	3.028.224,02	39,1%	3.028.224,02	39,1%
14102	Gestão dos Sistemas Administrativos - Sidejud	5.490.692,58	1.000.000,00	4.490.692,58	1.370.840,44	30,5%	718.742,71	16,0%	718.742,71	16,0%
14103	Gestão dos Sistemas Judiciais - Sidejud	26.318.698,63	4.566.700,00	21.751.998,63	12.021.162,36	55,3%	9.952.734,74	45,8%	9.952.734,74	45,8%
14104	Gestão das Telecomunicações - Sidejud	4.098.032,86	-	4.098.032,86	2.691.833,81	65,7%	2.065.971,32	50,4%	2.065.971,32	50,4%
14105	Gestão da Infraestrutura de TI - Sidejud	45.120.725,39	6.880.158,20	38.240.567,19	28.328.717,08	74,1%	24.143.353,79	63,1%	24.143.353,79	63,1%
14106	Gestão e apoio à TI - Sidejud	12.491.798,38	200.000,00	12.291.798,38	490.587,61	4,0%	426.587,61	3,5%	426.587,61	3,5%
14107	Governança e Gestão de TI - Sidejud	2.329.687,83	-	2.329.687,83	1.956.857,82	84,0%	1.736.289,86	74,5%	1.736.289,86	74,5%
14115	Gestão de folha de pagamento - ativos TI - Sidejud	5.681.428,13	-	5.681.428,13	5.317.771,28	93,6%	5.317.771,28	93,6%	5.317.771,28	93,6%
14121	Programas de Comunicação Institucional - Sidejud	757.468,93	-	757.468,93	330.791,81	43,7%	235.675,72	31,1%	235.675,72	31,1%

14122	Administração de pessoal ativo e encargos - Sidejud	20.000,00	-	20.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14123	Administração de pessoal inativo e encargos - Sidejud	20.000,00	-	20.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14124	Administração de pessoal extraquadro - Sidejud	20.000,00	-	20.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Tribunal de Justiça		2.133.661.786,40	28.946.000,00	2.104.715.786,40	1.895.670.316,92	90,07%	1.881.374.310,51	89,39%	1.881.374.310,51	89,39%
Total Poder Judiciário		2.458.522.214,02	34.942.282,00	2.423.579.932,02	2.121.433.774,17	87,53%	2.078.341.233,43	85,76%	2.078.341.233,43	85,76%

GESTÃO DE PESSOAS

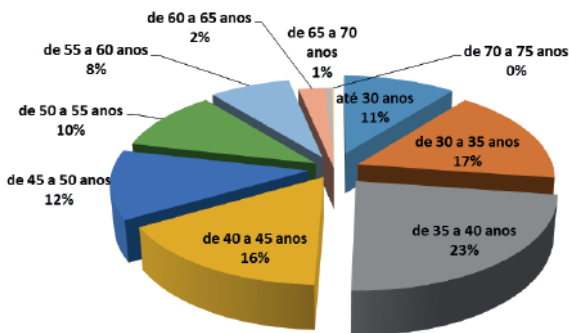
INFORMAÇÕES SOBRE O QUADRO DE PESSOAL

Em dezembro de 2018, o Poder Judiciário de Santa Catarina apresentava em seu quadro de pessoal **11.732 colaboradores em folha de pagamento**, incluídos os inativos, além de **1.939 funcionários** terceirizados que prestam serviços em suas dependências.



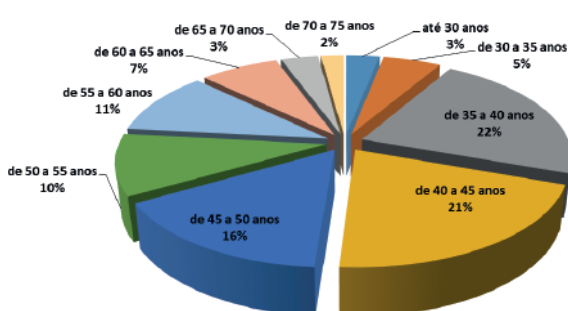
O perfil dos servidores em atividade no Poder Judiciário denota que 56% da força de trabalho encontra-se na faixa etária entre 30 e 45 anos de idade:

SERVIDORES ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA



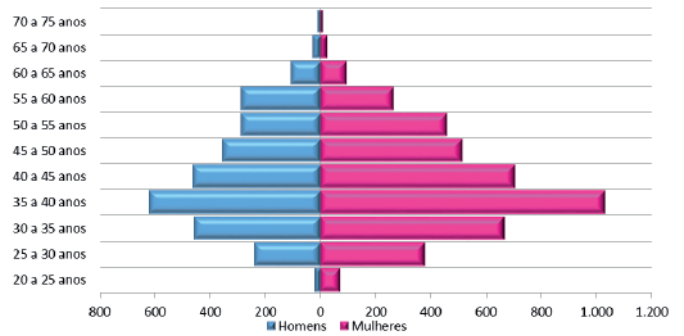
Em relação aos magistrados em atividade, há pequeno deslocamento do predomínio de variação da faixa etária para 35 e 50 anos (61%), com maior concentração na faixa etária de 35 a 40 anos:

MAGISTRADOS ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA



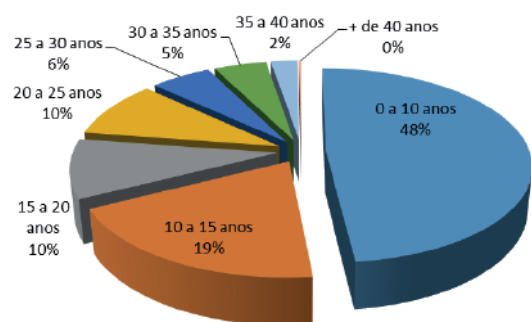
A distribuição por sexo expressa ampla maioria feminina no quadro de pessoal, no percentual de 59,38%, considerando magistrados e servidores efetivos em atividade:

PIRÂMIDE ETÁRIA – MAGISTRADOS E SERVIDORES ATIVOS



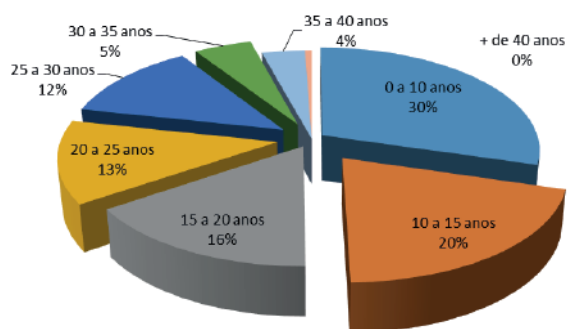
Os dados relativos a tempo de admissão demonstram relevante grau de renovação na força de trabalho. Aproximadamente três mil servidores (a metade) passaram a integrar o quadro do Poder Judiciário na última década.

SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO



A magistratura também manifesta elevado grau de renovação, já que **metade dos magistrados possui até 15 anos de atividades no Poder Judiciário**.

MAGISTRADOS ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO

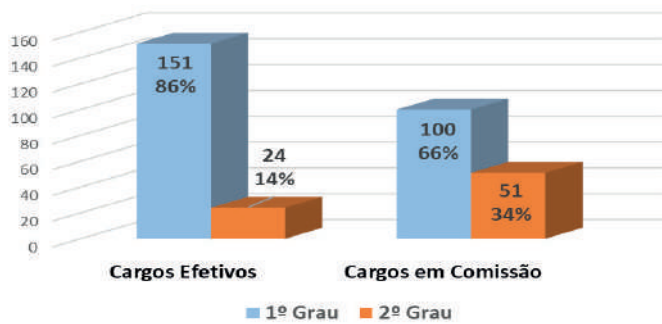


O ano de 2018 foi pautado pelo empenho em promover o provimento de cargos no Poder Judiciário, não obstante

as limitações orçamentárias e financeiras, tendo sido **autorizado o preenchimento, ao longo do ano, de 326 cargos, dos quais 175 efetivos e 151 em comissão.**

A tônica no reforço do quadro de pessoal foi a **priorização da justiça de primeiro grau, com a destinação de mais de 75% das vagas cujo provimento foi autorizado.**

DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS ENTRE 1º E 2º GRAUS



Constatou-se, ainda, um expressivo **incremento, na ordem de 33%, dos servidores em teletrabalho**, com a participação, no mês de dezembro, de 350 servidores em todo o Estado, dos quais 68% na Justiça de 1º Grau.

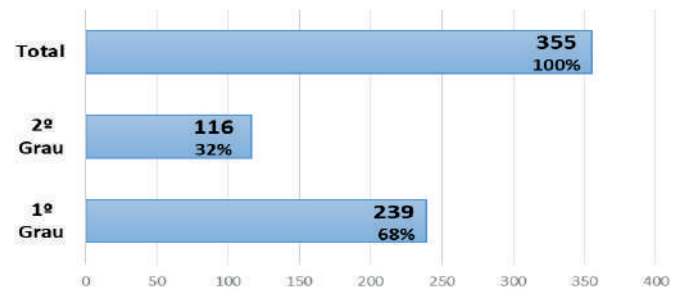
MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL

(Anexo V, Item III, alínea "a") – considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Vínculo (39)	Quantidades/Mês (40)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (41)	5773	5720	5717	5709	5701	5684	5669	5651	5640	5639	5631	5645
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (42)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agentes Públicos Militares Ativos (43)	68	68	82	84	83	83	84	85	86	85	86	86
Membros ativos de Poder ou órgão (44)	508	508	504	503	502	501	501	525	525	524	524	524
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (45)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargo/ emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente (46)	1213	1273	1203	1214	1206	1202	1202	1193	1190	1203	1207	1213
Servidores ocupantes de cargo/ emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente (47)	822	823	839	845	854	858	866	875	879	871	903	958

SERVIDORES EM TELETRABALHO: DEZEMBRO/2018



A modalidade de trabalho apresenta, em sua essência, o obrigatório incremento de produtividade do servidor que adere ao programa em, no mínimo 20%, à média de sua equipe. No entanto, os dados apresentados pelos respectivos gestores indica uma **produtividade 30% superior à média dos servidores em regime presencial.** Esses dados de acréscimo de produtividade permitem uma **correlação de incremento na força de trabalho de aproximadamente 100 servidores** (68 na primeira instância e 32 no segundo grau).

Servidores contratados por tempo determinado (48)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estagiários (49)	2620	2580	2691	2806	2825	2768	2781	2769	2785	2869	2865	2645
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras (50)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras (51)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	17	17	15	17	15	15	15	15	15	15	16	16
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (52)	144	136	138	137	137	129	134	144	141	149	159	160
Conselheiros Tutelares (53)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total:	11168	11128	11192	11318	11326	11243	11254	11259	11263	11357	11393	11249

NOTAS:

(39) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontra. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(40) Quantidade existente no último dia do mês.

(41) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de disposição. Excluir os cedidos.

(42) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à disposição. Excluir os cedidos.

(43) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(44) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juizes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(45) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito, Deputados Estaduais e Vereadores.

(46) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente da referida Unidade Gestora.

(47) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Ente da referida Unidade Gestora).

(48) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(49) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(50) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja da Unidade Gestora, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pela Unidade Gestora.

(51) Incluir os servidores cedidos para outras Unidades Gestoras cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento da unidade gestora.

(52) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

(53) Incluir a quantidade de Conselheiros Tutelares.

Vínculo (54)	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	55.520.761,37	53.414.057,11	54.682.576,79	54.104.665,81	54.854.142,69	64.456.092,11	57.483.644,85	53.302.503,60	56.929.465,18	98.711.992,09	71.714.711,65	63.960.296,27	739.134.909,51
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Públicos Militares Ativos	204.040,08	202.387,70	336.639,84	286.520,11	280.628,72	250.872,67	259.492,24	251.931,72	264.352,44	384.541,70	265.834,35	261.406,72	3.248.648,29
Membros ativos de Poder ou órgão	27.345.355,47	27.398.930,59	27.413.190,46	26.854.342,10	25.531.504,89	26.600.062,62	31.857.004,21	28.607.314,79	25.651.001,39	45.174.606,11	23.602.776,71	43.776.177,28	359.812.266,62
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	22.866.657,34	20.800.148,98	20.286.398,03	20.393.696,85	20.772.835,78	26.083.800,18	21.114.749,61	20.206.998,38	20.980.097,99	39.685.459,99	31.152.731,49	26.826.910,13	291.170.484,75
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	7.387.447,58	8.703.544,37	8.874.747,02	8.885.668,98	9.007.726,15	9.575.472,43	8.955.155,01	9.087.514,65	9.079.665,97	15.247.842,85	9.992.102,04	13.794.209,85	118.591.096,90
Servidores contratados por tempo determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estagiários	2.928.070,39	2.736.761,28	2.683.330,40	2.755.104,61	2.840.790,16	2.863.775,36	2.863.775,36	2.857.926,63	2.855.651,94	2.881.389,54	2.924.129,02	2.943.504,54	34.134.209,23
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	64.695,53	56.406,51	51.755,65	95.572,39	65.890,99	75.744,37	73.396,26	66.248,82	72.263,22	121.368,68	84.726,89	112.657,58	940.726,89
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	48.409,87	49.002,24	48.140,85	43.213,61	44.285,42	56.580,92	45.691,06	43.385,46	45.442,45	83.290,92	43.385,46	43.385,46	594.213,72
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	202.053,49	204.948,17	170.987,24	200.425,04	189.004,32	157.352,01	167.519,85	185.768,98	166.085,51	176.531,93	193.517,53	191.532,66	2.205.726,73
Conselheiros Tutelares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total:	116.567.491,11	113.566.186,95	114.547.766,28	113.619.209,51	113.586.809,12	130.119.752,67	122.820.428,45	114.609.593,02	116.044.026,09	02.467.023,81	139.973.915,14	151.910.080,49	1.549.832.282,64

NOTAS:

(54) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(55) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade da Unidade Gestora. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda, no caso de unidades gestora do Estado, a previdência complementar SC PREV.

DEMONSTRATIVO DE POSTOS DE TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS
(Anexo V, Item III, alínea “b”)

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções) (56)	MÊS/QUANTIDADE												Despesa Liquidada Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
021/2016 - Engenharia	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	
035/2018 - Jardinagem			50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	
042/2014 - Vigilância eletrônica	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	
046/2015 - Portaria	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	
051/2018 - Vigilância armada				324	324	324	324	281	281				
055/2015 - Mensageria	254	254	254	254	254	254	254	252	243	243	243	243	
080/2014 - Designer gráfico	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	
081/2015 - Copeiragem	216	216	216	216	216	216	217	217	217	216	216	216	
085/2013 - Acabamento gráfico	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	
089/2017 - Limpeza e conservação	588	588	588	588	588	588	588	586	583	583	583	583	
098/2018 - Vigilância armada							60	60	60	60	60	60	
099/2018 - Vigilância armada									271	271	271	271	
106/2014 - Marcenaria	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	
112/2018 - Zeladoria									142	142	142	142	
116/2018 - Recepção									226	226	226	226	
146/2018 - Assessoria de imprensa									9	9	9	9	
159/2014 - Movim. de mercadorias	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	
160/2017 - Vigilância armada	322	324	324				324						
184/2012 - Jardinagem	53	53	53				53						
185/2012 - Zeladoria	143	143	143	143	143	143	143	143	143				
185/2017 - Socorristas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
201/2012 - Recepção	217	216	215	215	215	215	215	215	215				
290/2016 - Movim. De mercadorias	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	
Total:	1.932	1.933	1.982	1.929	1.929	1.929	2.367	1.943	2.579	1.939	1.939	1.939	86.709.606,44

NOTAS:

(56) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. Deve ser informado os postos de trabalho por categoria/função (atividade contratada). Exemplo: recepcionista, digitador, servente, copeira etc. Na Despesa Liquidada Anual preencher o somatório das despesas do exercício de todos os postos, sendo facultativo o preenchimento do valor anual de cada posto.

CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez (1)			
	1.932	1.933	1.982	1.929	1.929	1.929	2.367	1.943	2.579	1.939	1.939	1.939	98.605.080,24	86.709.606,44	86.709.606,44

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

(1) Considerada a quantidade e o valor contratados. A quantidade de postos de serviços efetivamente prestados e o valor do pagamento serão apurados em janeiro de 2019.

(Anexo V, Item III, alínea "b")

Contrato	MÊS					
	Janeiro			Fevereiro		
	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago
021/2016 - Engenharia	58.848,56	11	58.442,90	58.848,56	11	58.307,68
035/2018 - Jardinagem						
042/2014 - Vigilância eletrônica	35.456,32	8	35.456,32	35.456,32	8	35.456,32
046/2015 - Portaria	21.812,69	7	21.708,83	21.812,69	7	19.631,70
051/2018 - Vigilância armada						
055/2015 - Mensageria	637.491,76	254	618.705,24	637.491,76	254	615.436,11
080/2014 - Designer gráfico	53.466,88	8	53.021,32	53.466,88	8	53.021,32
081/2015 - Copeiragem	806.935,30	216	804.954,24	806.935,30	216	804.220,95
085/2013 - Acabamento gráfico	123.774,00	30	123.498,95	123.774,00	30	123.774,00
089/2017 - Limpeza e conservação	1.548.323,99	588	1.539.994,36	1.548.323,99	588	1.542.460,96
098/2018 - Vigilância armada						
099/2018 - Vigilância armada						
106/2014 - Marcenaria	22.632,76	8	22.632,76	22.632,76	8	22.161,07
112/2018 - Zeladoria						
116/2018 - Recepção						
146/2018 - Assessoria de imprensa						
159/2014 - Movim. de mercadorias	111.611,78	33	110.483,76	111.611,78	33	110.821,38
160/2017 - Vigilância armada	3.112.345,30	322	3.112.345,30	3.131.712,15	324	3.131.712,15
184/2012 - Jardinagem	172.225,06	53	171.256,04	172.225,06	53	171.253,23
185/2012 - Zeladoria	462.985,05	143	454.888,22	462.985,05	143	455.212,97
185/2017 - Socorristas	2.605,44	3	2.605,44	39.081,76	3	39.081,76
201/2012 - Recepção	554.108,56	217	550.132,95	551.179,14	216	547.530,41
290/2016 - Movim. De mercadorias	86.863,39	31	86.863,39	86.687,63	31	86.572,75
TOTAL:	7.811.486,84	1.932	7.766.990,02	7.864.224,83	1.933	7.816.654,76

Contrato	MÊS					
	Março			Abril		
	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago
021/2016 - Engenharia	58.848,56	11	58.848,56	58.848,56	11	58.713,34
035/2018 - Jardinagem	60.648,07	50	60.539,33	165.403,83	50	164.405,10
042/2014 - Vigilância eletrônica	35.456,32	8	35.456,32	36.862,88	8	36.862,88
046/2015 - Portaria	21.812,69	7	21.812,69	21.812,69	7	21.604,98
051/2018 - Vigilância armada				3.131.712,15	324	3.131.712,13
055/2015 - Mensageria	637.491,76	254	617.241,55	637.491,76	254	615.366,15
080/2014 - Designer gráfico	53.466,88	8	52.798,54	53.466,88	8	53.466,88
081/2015 - Copeiragem	806.935,30	216	803.619,65	806.935,30	216	802.525,35
085/2013 - Acabamento gráfico	123.774,00	30	122.948,84	123.774,00	30	122.811,31
089/2017 - Limpeza e conservação	1.548.323,99	588	1.544.458,48	1.548.323,99	588	1.540.612,05
098/2018 - Vigilância armada						
099/2018 - Vigilância armada						
106/2014 - Marcenaria	22.632,76	8	22.255,41	23.387,31	8	23.387,31
112/2018 - Zeladoria						
116/2018 - Recepção						
146/2018 - Assessoria de imprensa						
159/2014 - Movim. de mercadorias	111.611,78	33	105.847,41	111.611,78	33	109.576,52
160/2017 - Vigilância armada	3.131.712,15	324	3.131.712,15			
184/2012 - Jardinagem	109.075,87	53	107.461,10			
185/2012 - Zeladoria	462.985,05	143	452.043,66	462.985,05	143	452.389,28
185/2017 - Socorristas	39.081,76	3	39.081,76	39.081,76	3	39.081,76
201/2012 - Recepção	548.658,25	215	540.763,64	548.658,25	215	544.164,80
290/2016 - Movim. De mercadorias	86.687,63	31	86.687,63	86.687,63	31	86.687,63
TOTAL:	7.859.202,82	1.982	7.803.576,72	7.857.043,82	1.929	7.803.367,47
Contrato	MÊS					
	Maio			Junho		
	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago
021/2016 - Engenharia	58.848,56	11	57.902,02	63.916,42	11	59.107,29
035/2018 - Jardinagem	165.403,83	50	164.520,22	165.403,83	50	164.310,27
042/2014 - Vigilância eletrônica	36.862,88	8	39.870,72	36.862,88	8	36.862,88
046/2015 - Portaria	22.396,41	7	22.396,41	22.396,41	7	24.685,27
051/2018 - Vigilância armada	3.131.712,15	324	3.131.712,15	3.131.712,15	324	3.131.712,15
055/2015 - Mensageria	637.491,76	254	616.792,81	637.491,76	254	614.779,94
080/2014 - Designer gráfico	53.466,88	8	53.466,88	53.466,88	8	52.798,54
081/2015 - Copeiragem	824.876,15	216	894.366,73	824.876,15	216	822.754,99
085/2013 - Acabamento gráfico	123.774,00	30	122.536,26	123.774,00	30	123.361,42
089/2017 - Limpeza e conservação	1.548.323,99	588	1.541.962,27	1.585.643,84	588	1.582.207,56

098/2018 - Vigilância armada						
099/2018 - Vigilância armada						
106/2014 - Marcenaria	23.387,31	8	25.622,15	23.387,31	8	23.387,31
112/2018 - Zeladoria						
116/2018 - Recepção						
146/2018 - Assessoria de imprensa						
159/2014 - Movim. de mercadorias	111.611,78	33	109.463,98	111.527,69	33	106.235,29
160/2017 - Vigilância armada						
184/2012 - Jardinagem						
185/2012 - Zeladoria	462.985,05	143	455.643,30	475.381,12	143	466.766,70
185/2017 - Socorristas	39.081,76	3	39.081,76	39.081,76	3	39.081,76
201/2012 - Recepção	548.658,25	215	542.621,53	564.563,90	215	553.648,76
290/2016 - Movim. De mercadorias	86.765,55	31	86.765,55	86.765,55	31	86.675,27
TOTAL:	7.875.646,31	1.929	7.904.724,74	7.946.251,65	1.929	7.888.375,40
Contrato	MÊS					
	Julho			Agosto		
	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago
021/2016 - Engenharia	63.916,42	11	88.821,65	63.916,42	11	63.636,49
035/2018 - Jardinagem	165.403,83	50	181.745,68	169.317,93	50	168.419,81
042/2014 - Vigilância eletrônica	36.862,88	8	36.862,88	36.862,88	8	36.862,88
046/2015 - Portaria	22.396,41	7	22.396,41	22.396,41	7	22.396,41
051/2018 - Vigilância armada	3.156.336,42	324	3.156.336,42	2.793.196,76	281	2.793.196,76
055/2015 - Mensageria	637.491,76	254	605.715,72	631.930,95	252	599.341,80
080/2014 - Designer gráfico	53.466,88	8	53.244,10	53.466,88	8	53.466,88
081/2015 - Copeiragem	828.630,23	217	823.368,04	828.630,23	217	823.001,88
085/2013 - Acabamento gráfico	123.774,00	30	121.711,10	123.774,00	30	121.436,05
089/2017 - Limpeza e conservação	1.585.660,92	588	1.759.965,90	1.580.643,16	586	1.572.669,10
098/2018 - Vigilância armada	41.881,23	60	41.881,22	407.187,27	60	407.187,27
099/2018 - Vigilância armada						
106/2014 - Marcenaria	23.387,31	8	23.387,31	23.387,31	8	23.192,23
112/2018 - Zeladoria						
116/2018 - Recepção						
146/2018 - Assessoria de imprensa						
159/2014 - Movim. de mercadorias	111.527,69	33	111.075,94	111.527,69	33	111.303,16
160/2017 - Vigilância armada		324	217.273,70			
184/2012 - Jardinagem		53	13.156,54			
185/2012 - Zeladoria	475.381,12	143	460.740,37	475.381,12	143	465.091,38
185/2017 - Socorristas	39.081,76	3	39.081,76	39.081,76	3	39.081,76
201/2012 - Recepção	564.563,90	215	559.647,21	564.563,90	215	557.385,06
290/2016 - Movim. De mercadorias	86.765,55	31	86.494,71	86.765,55	31	86.535,80
TOTAL:	8.016.528,31	2.367	8.402.906,66	8.012.030,22	1.943	7.944.204,72

Contrato	MÊS					
	Setembro			Outubro		
	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago
021/2016 - Engenharia	63.916,42	11	63.114,90	63.916,42	11	63.916,42
035/2018 - Jardinagem	169.317,93	50	167.974,67	169.317,93	50	169.205,36
042/2014 - Vigilância eletrônica	36.862,88	8	36.862,88	36.862,88	8	36.862,88
046/2015 - Portaria	22.396,41	7	22.182,98	22.396,41	7	22.289,70
051/2018 - Vigilância armada	1.303.491,55	281	1.629.402,10			
055/2015 - Mensageria	609.479,17	243	587.438,27	609.479,17	243	584.744,00
080/2014 - Designer gráfico	53.466,88	8	53.466,88	53.466,88	8	53.244,10
081/2015 - Copeiragem	829.586,28	217	821.920,35	825.839,61	216	820.314,10
085/2013 - Acabamento gráfico	123.774,00	30	121.573,57	123.774,00	30	119.785,73
089/2017 - Limpeza e conservação	1.572.601,84	583	1.567.044,67	1.572.601,84	583	1.565.593,83
098/2018 - Vigilância armada	407.187,27	60	407.187,27	407.187,27	60	407.187,27
099/2018 - Vigilância armada	1.239.498,09	271	1.239.498,09	2.324.058,92	271	2.324.058,92
106/2014 - Marcenaria	23.387,31	8	22.704,53	23.387,31	8	22.216,25
112/2018 - Zeladoria	415.773,63	142	395.881,57	461.970,70	142	450.984,22
116/2018 - Recepção	565.724,50	226	502.791,03	565.724,50	226	555.073,43
146/2018 - Assessoria de imprensa	45.264,15	9	45.264,15	96.994,56	9	96.994,56
159/2014 - Movim. de mercadorias	111.527,69	33	109.169,31	111.527,69	33	111.190,90
160/2017 - Vigilância armada						
184/2012 - Jardinagem						
185/2012 - Zeladoria	47.538,11	143	106.926,93			
185/2017 - Socorristas	39.081,76	3	39.081,76	39.081,76	3	39.081,76
201/2012 - Recepção	56.456,39	215	55.759,44			
290/2016 - Movim. De mercadorias	86.765,55	31	86.650,67	86.765,55	31	86.355,30
TOTAL:	7.823.097,81	2.579	8.081.896,02	7.594.353,40	1.939	7.529.098,73

Contrato	MÊS						Despesa Liquidada Anual
	Novembro			Dezembro			
	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago	Valor Contratado	Qtd. de postos (1)(2)	Valor Pago	
021/2016 - Engenharia	63.916,42	11	60.410,48	63.916,42	11		691.221,73
035/2018 - Jardinagem	169.317,93	50	168.648,79	169.317,93	50		1.409.769,23
042/2014 - Vigilância eletrônica	36.862,88	8	36.862,88	36.862,88	8		404.279,84
046/2015 - Portaria	22.396,41	7	22.396,41	22.396,41	7		243.501,79
051/2018 - Vigilância armada							16.974.071,71
055/2015 - Mensageria	609.479,17	243	589.354,93	609.479,17	243		6.664.916,52
080/2014 - Designer gráfico	55.266,64	8	54.115,25	55.266,64	8		586.110,69
081/2015 - Copeiragem	825.839,61	216	821.466,19	825.839,61	216		9.042.512,47
085/2013 - Acabamento gráfico	123.774,00	30	119.510,67	123.774,00	30		1.342.947,90
089/2017 - Limpeza e conservação	1.572.601,84	583	1.568.853,00	1.572.601,84	583		17.325.822,18

098/2018 - Vigilância armada	407.187,27	60	407.187,27	407.187,27	60		1.670.630,30
099/2018 - Vigilância armada	2.324.058,92	271	2.324.058,92	2.324.058,92	271		5.887.615,93
106/2014 - Marcenaria	23.387,31	8	22.896,68	23.387,31	8		253.843,01
112/2018 - Zeladoria	461.970,70	142	452.926,07	461.970,70	142		1.299.791,86
116/2018 - Recepção	565.724,50	226	555.227,36	565.724,50	226		1.613.091,82
146/2018 - Assessoria de imprensa	96.994,56	9	95.366,90	96.994,56	9		237.625,61
159/2014 - Movim. de mercadorias	111.527,69	33	111.527,69	111.527,69	33		1.206.695,34
160/2017 - Vigilância armada							9.593.043,30
184/2012 - Jardinagem							463.126,91
185/2012 - Zeladoria							3.769.702,81
185/2017 - Socorristas	39.081,76	3	39.081,76	39.081,76	3		393.423,04
201/2012 - Recepção							4.451.653,80
290/2016 - Movim. De mercadorias	86.765,55	31	86.765,55	86.765,55	31		953.054,25
TOTAL:	7.596.153,16	1.939	7.536.656,80	7.596.153,16	1.939	0,00	86.478.452,04

INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS (Anexo V, Item IV)

Convênio 237/2016	Mestrado profissional	CNPJ	Liquidado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA		83.899.526/0001-82	R\$ 73.440,00
FUNDAÇÃO JOSE ARTHUR BOITEUX		83.472.860/0001-55	R\$ 1.251.360,00
Convênio 167/2015	Cessão de uso da ferramenta SINAPI	CNPJ	Liquidado
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		00.360.305/0001-04	R\$ 4.800,00
Convênio 222/2011	Cessão de Uso destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Herval D'Oeste	CNPJ	Liquidado
CÂMARA DOS VEREADORES DE HERVAL D'OESTE		05.157.164/0001-40	R\$ 17.647,33
Convênio 222/2011	Cessão de Uso destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Rio do Oeste	CNPJ	Liquidado
MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE		83.102.715/0001-82	R\$ 25.000,00

INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS: (VIDE PORTARIA N.TC-0106/2017 – DOTC-E DE 01/03/2017)

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação; (Vide Portaria N.TC0106/2017 – DOTC-e de 01/03/2017) | b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993. (Vide Portaria N.TC-0106/2017 – DOTC-e de 01/03/2017)

(Anexo V, Item V)

	Liquidado	Obras e serviço de engenharia	Bens	Serviços
Convite	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Tomada de Preços	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -

	Concorrência	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 401.217,55	R\$ -	R\$ 166.690,87	R\$ 234.526,68
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 31.990.763,13	R\$ -	R\$ 9.769,40	R\$ 31.980.993,73
	Inexigibilidade	R\$ 20.420.963,95	R\$ -	R\$ 10.150,74	R\$ 20.410.813,21
	Pregão Presencial	R\$ 10.233.919,74	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.233.919,74
	Pregão Eletrônico	R\$ 20.079.268,76	R\$ -	R\$ 5.554.371,69	14.524.897,07
	Suprimento de Fundos	R\$ 4.933,30			
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		R\$ 83.131.066,43	R\$ -	R\$ 5.740.982,70	R\$ 77.385.150,43
	Convite	R\$ 6.690,26	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.690,26
	Tomada de Preços	R\$ 1.645.037,88	R\$ 1.124.017,57	R\$ 26.212,26	R\$ 494.808,05
	Concorrência	R\$ 4.365.143,47	R\$ 4.365.143,47	R\$ -	R\$ -
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 2.086.578,91	R\$ 139.312,04	R\$ 889.717,06	R\$ 1.057.362,61
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 35.565.781,10	R\$ 2.973.126,40	R\$ 221.528,63	R\$ 32.040.700,25
	Inexigibilidade	R\$ 1.014.620,55	R\$ 31.146,28	R\$ 70.287,15	R\$ 913.187,12
	Pregão Presencial	R\$ 30.285.958,18	R\$ -	R\$ 56.877,76	R\$ 30.229.080,42
	Pregão Eletrônico	R\$ 45.197.748,56	R\$ -	R\$ 9.334.011,11	R\$ 35.863.737,45
	Suprimento de Fundos	R\$ 31.965,25	-	R\$ 11.423,28	R\$ 20.541,97
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA		R\$ 120.199.524,16	R\$ 8.632.745,76	R\$ 10.610.057,25	R\$ 100.626.108,13
	Convite	R\$ 6.690,26	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.690,26
	Tomada de Preços	R\$ 1.645.037,88	R\$ 1.124.017,57	R\$ 26.212,26	R\$ 494.808,05
	Concorrência	R\$ 4.365.143,47	R\$ 4.365.143,47	R\$ -	R\$ -
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 2.487.796,46	R\$ 139.312,04	R\$ 1.056.407,93	R\$ 1.291.889,29
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 67.556.544,23	R\$ 2.973.126,40	R\$ 231.298,03	R\$ 64.021.693,98
	Inexigibilidade	R\$ 21.435.584,50	R\$ 31.146,28	R\$ 80.437,89	R\$ 21.324.000,33
	Pregão Presencial	R\$ 40.519.877,92	R\$ -	R\$ 56.877,76	R\$ 40.463.000,16
	Pregão Eletrônico	R\$ 65.277.017,32	R\$ -	R\$ 14.888.382,80	R\$ 50.388.634,52
	Suprimento de Fundos	R\$ 36.898,55	-	R\$ 11.423,28	R\$ 20.541,97
TOTAL		R\$ 203.330.590,59	R\$ 8.632.745,76	R\$ 16.351.039,95	R\$ 178.011.258,56

As publicações oficiais das licitações e contratos são veiculadas no Diário de Justiça Eletrônico.

MODERNIZAÇÃO

NOVAS UNIDADES JUDICIAIS

O Tribunal de Justiça, a partir de uma análise global dos dados estatísticos do Poder Judiciário de Santa Catarina que levou em conta, fundamentalmente, o fluxo de demandas e a necessidade de resposta mais ágil para a resolução de conflitos na área criminal, implantou em 2018 as unidades da Vara do Tribunal do Júri de Joinville (a segunda do Estado, além da existente na Capital, criada em 2008) e da Vara Criminal da Região Metropolitana de Florianópolis — especializada no combate ao crime organizado.

No Sul foi instalada a 2ª Vara de Jaguaruna. Até então vara única, aquela comarca registrava mais de 30 mil processos em trâmite sob responsabilidade de um só magistrado (e com entrada de 875 novos processos ao mês), sendo antes identificada como a unidade de entrância inicial em pior situação no Estado.

No Oeste foi implantada a Unidade Regional de Execuções Fiscais, sediada em Itá, de forma a minimizar o volume de demandas na região de Chapecó.

Varas bancárias — As três varas de direito bancário da comarca da Capital foram transformadas, em agosto de 2018, em varas regionais de direito bancário da Região Metropolitana, apoiadas pela DTR Bancária, com competência territorial ampliada para absorver novos casos oriundos das comarcas de São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. Com isso, houve também alterações na estrutura e competência das quatro comarcas sem acréscimo de despesas.

ESTUDO DA JURISDIÇÃO

Com o objetivo de identificar os principais gargalos da justiça catarinense, o Tribunal de Justiça tem promovido estudos mais aprofundados da jurisdição. Diagnósticos mostram, por exemplo, as comarcas com maior volume de processos em relação ao número de magistrados e servidores, o que tem definido quais unidades têm prioridade na criação de varas, na ampliação do quadro de servidores, no aumento das estruturas físicas do Poder Judiciário, entre outros.

Um desses estudos, como piloto, realizou um mapeamento minucioso das atividades desenvolvidas pela Divisão de Tramitação Remota (DTR) Bancária, que no exercício gerencia todo o trâmite processual das ações da matéria que ingressam em dez unidades judiciais do Estado. O levantamento teve como propósito, de um lado, estratificar as principais atividades da DTR, identificar seus pontos fortes e críticos e as oportunidades de melhorias, bem como analisar o tempo médio do processo nas diversas

etapas. A partir dele foi possível diagnosticar o tempo médio de duração de cada uma das várias rotinas por que passa um processo judicial, desde a petição inicial, a distribuição, citação, contestação e eventual instrução até a sentença proferida pelo juiz.

TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES

O Poder Judiciário de Santa Catarina é um dos poucos do país a realizar suas compras e contratações de serviços por meio de pregões 100% eletrônicos. Identificou-se que a medida confere não só maior transparência nos processos licitatórios como também contribui para reduzir custos, ao permitir a participação de licitantes de todo o país. Com o uso da ferramenta, em 2018 o **TJSC despendeu cerca de 16%** a menos do que o previsto com as contratações.

O TJSC também é o único do país a transmitir ao vivo, pelo canal do *Youtube*, todos os processos licitatórios de tomada de preços, de convite e de concorrência.



Pregões **100% eletrônicos**

Transmissão ao vivo de todos os processos licitatórios

JUDICIÁRIO DIGITAL

Em 2018 o Tribunal de Justiça lançou o projeto Judiciário Digital, que consiste num conjunto de ações para estimular o consumo consciente de papel no âmbito do Poder Judiciário catarinense. A iniciativa inclui a reestruturação/eliminação de serviços gráficos, a redução do parque de impressoras e a implantação do sistema *outsourcing* (que limita a quantidade de documentos impressos em todas as unidades).

A Revista da Jurisprudência Catarinense e outros tantos materiais antes distribuídos por meio impresso — a exemplo do presente Relatório Estatístico — passaram a ser disponibilizados exclusivamente por meio eletrônico.

A Gráfica do Judiciário encerrou suas atividades ao fim de 2018, com o reaproveitamento dos servidores efetivos em outros setores. A medida prevê uma economia anual estimada em R\$ 1,5 milhão.



Consumo de papel **reduziu em 15%**

Economia de **R\$ 1,5 milhão** com o fechamento da gráfica

PROJETO *eproc*

Em 2018 o Tribunal de Justiça adotou o propósito de atualizar o sistema de gerenciamento dos processos judiciais nas duas instâncias. A implantação do sistema *eproc*, por suas próprias características, promete dar mais agilidade e segurança à tramitação de processos eletrônicos, aprimorar a usabilidade pelos magistrados, servidores e advogados e gerar grande economia para os cofres públicos.

A primeira fase de execução do projeto-piloto — de utilização da ferramenta em novos processos de competência delegada da Justiça Federal — teve início em 30 de julho de 2018 na comarca de Palhoça com a participação da equipe técnica do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), responsável pela criação e desenvolvimento do sistema a custo zero para o Poder Judiciário de Santa Catarina. Ainda em 2018 o sistema também entrou em funcionamento nas comarcas de Biguaçu, Itapema e Imbituba.



PROJETO SEI

Com o mesmo propósito colaborativo em relação ao *eproc*, também em 2018 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por meio do Acordo de Cooperação Técnica n. 29/ TRF4, cedeu gratuitamente o direito de uso do **SEI – Sistema Eletrônico de Informações**.



A plataforma, prevista para substituir o atual SPA no primeiro semestre de 2019, tenderá a aprimorar o processamento eletrônico de documentos, processos e expedientes administrativos no órgão.

BUSINESS INTELLIGENCE (BI)

A importância de se gerir, controlar, difundir e entender o grande volume de dados produzidos pelos inúmeros setores do Poder Judiciário tem remetido à necessidade cada vez maior do uso de ferramentas voltadas ao tratamento qualificado de dados de diversas fontes. Ambientes de gestão como o Gabinete da Presidência, a Corregedoria-Geral da Justiça e as diversas diretorias devem com frequência analisar as necessidades do Poder Judiciário como um todo, ou cruzar informações pertencentes a áreas distintas na organização, como, por exemplo, movimentação processual com recursos humanos, ou produtividade das unidades com afastamentos e capacitação de magistrados e servidores.

Parte da solução que atende à necessidade pública é provida por ferramentas de mercado conhecidas como

Business Analytics, cujo objetivo principal é fornecer, de forma fácil e rápida, visões interativas dos dados, os quais podem ser manipulados, filtrados, comparados, consolidados, agrupados e hierarquizados, principalmente de forma gráfica. Tais ferramentas possibilitam, entre outros, acessar dados de fontes e formatos de arquivos diversos, dados da internet e planilhas sem intrusão nos sistemas originais.

Em 2018 as áreas técnicas fizeram uso de instrumentos já disponíveis na instituição para aferir, experimentalmente, a produtividade jurisdicional em segunda instância. Em paralelo, com a aquisição de ferramentas mais completas e abrangentes, iniciaram-se os trabalhos para que todos os setores, indistintamente, tenham suas informações disponibilizadas.

ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (ERP)

A dificuldade de integração das soluções computacionais que servem às áreas administrativas internas fez com que o Tribunal de Justiça, já em 2016, tomasse a iniciativa de utilizar a solução de ERP (**Enterprise Resource Planning**). Cuida-se de uma arquitetura de software destinada a facilitar o fluxo de informações, como logística, finanças e recursos humanos, dentro de uma instituição. Realizadas avaliações sobre viabilidade, custo e meios de implantação, em 2018 o projeto entrou em execução.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2018 o Tribunal de Justiça promoveu mudanças significativas na área de comunicação do Poder Judiciário catarinense. Entre outras ações, houve a elaboração de um plano de comunicação, o reforço no quadro de jornalistas, a criação de assessorias de imprensa em cinco comarcas-polos (Blumenau, Criciúma, Chapecó, Lages e Joinville) e ingresso nas redes sociais.

Ações têm como principais objetivos conferir visibilidade ao trabalho realizado por magistrados e servidores, dar satisfação à sociedade sobre o funcionamento do órgão público e levar à população informações sobre seus direitos e deveres.



COMARCAS-POLOS



NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2018 foi criado o NIS – Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, órgão interno que, com metodologia específica de trabalho, realiza estudos, promove capacitações, faz monitoramento e adota medidas proativas para prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda do patrimônio da instituição, dos magistrados, servidores e demais colaboradores.

AÇÕES SOCIAIS NA ÁREA-FIM

SEMANA DA CONCILIAÇÃO

A 13ª Semana Nacional da Conciliação, realizada na Capital e em mais de 50 comarcas do Estado no início de novembro de 2018, promoveu 3,8 mil audiências, atendeu 7,8 mil pessoas, homologou 1,3 mil acordos e deu azo a 1,1 mil ações sociais. O evento foi responsável por quase **R\$ 34 milhões em valores acordados**. Instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2006, a Semana é organizada em Santa Catarina pela Coordenadoria do Sistema Estadual dos Juizados Especiais e pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cojepemec).



7,8 mil pessoas



R\$ 34 milhões



3,8 mil audiências



1,3 mil acordos

100% DOS PRESOS CADASTRADOS NO BNMP

Todas as pessoas privadas de liberdade em Santa Catarina estão cadastradas no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), censo informatizado e atualizado com dados dos presos brasileiros. Disponível desde agosto de 2018, a nova versão do BNMP contou com o auxílio do TJSC em seu desenvolvimento, na condição de estado-piloto, ao lado das Justiças de São Paulo e Roraima.

Uma força-tarefa do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF) fez o levantamento geral e incluiu no BNMP sete mil mandados de prisão e 20 mil prisões. Entre os estados do país, Santa Catarina é o 9º com maior número absoluto de presos (20.378 reclusos), o que representa 3,39% da população carcerária do país. Quase 73% dos presos em SC cumprem penas em regime de execução provisória ou definitiva e 26% ainda esperam julgamento.



7 mil mandados de prisão

20 mil prisões

3,39% da população carcerária brasileira

AUMENTO DE 322% NO USO DAS TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS

De fevereiro a outubro de 2018 foi identificado um aumento de 322% no uso de tornozeleiras eletrônicas em Santa Catarina. No mesmo período, o número de comarcas que disponibilizam as tornozeleiras saltou de 31 para 54 (acréscimo de 74%).

Além de diminuir a superlotação carcerária, essa tecnologia representa economia aos cofres públicos — o valor unitário é de R\$ 159 por mês, enquanto cada preso recolhido ao sistema, conforme região e unidade prisional, custa de R\$ 1,5 mil a R\$ 3 mil mensais.



Saltou de **252** para **813** o número de pessoas que usam o **equipamento**

MEDIDAS PROTETIVAS

No Tribunal de Justiça as campanhas e políticas institucionais visando o enfrentamento desse tipo de violência é Coordenaria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid). Em 2018 foram fixadas **11.107 medidas protetivas** em casos de violência doméstica, representando um aumento de 24,07% em relação a 2017, quando foram impostas 8.952 medidas.



Medidas protetivas saltaram de **8.952** em 2017 para **9.257** em 2018

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM TODO O ESTADO

Desde outubro de 2018, as audiências de custódia passaram a funcionar em 35 comarcas regionais, responsáveis pelo atendimento das 111 comarcas do Estado.

As audiências são realizadas todos os dias, inclusive finais de semana, feriados e recesso, sendo vedada a videoconferência.



No primeiro mês, **1156 audiências** foram realizadas em todas as comarcas do Estado

AÇÕES DE CIDADANIA

PROGRAMA NOVOS CAMINHOS

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina participa, desde a sua criação, do programa Novos Caminhos, desenvolvido em parceria com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e mais oito entidades.

De 2013 até dezembro de 2017, um total de 814 adolescentes e jovens havia sido matriculado no Novos Caminhos. O Programa hoje atende 260 alunos em 76 municípios no Estado de Santa Catarina.

O principal foco do programa é proporcionar aos adolescentes em serviços de acolhimento a participação em atividades socioeducativas que favoreçam mudanças no seu comportamento e potencializem a aquisição de competências para inclusão no mundo do trabalho (estágio, efetivo e aprendizagem).



814 adolescentes e jovens participaram do programa

Hoje, o programa atende **260 alunos** em **76 municípios** do Estado

DESTINAÇÃO DE VALORES A PROJETOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL

O Tribunal de Justiça regulamentou a destinação, o controle a aplicação dos valores provenientes da prestação pecuniária (sistema de destinação dos valores oriundos da pena restritiva de direitos, da transação penal e da suspensão condicional do processo) e investiu R\$ 9,6 milhões em projetos inovadores e de grande relevância social. O montante foi destinado a quatro projetos: a) inquérito policial audiovisual, b) escolta socioeducativa, c) câmeras policiais individuais, d) projeto aquisitivo de materiais de resgate e salvamento para emprego em aeronave na mesorregião de Florianópolis.

Para o "Inquérito Policial Audiovisual", da Polícia Civil do Estado, o repasse foi de R\$ 1.904.318,20. A "Escolta Socioeducativa", do Departamento de Administração Socioeducativa, recebeu R\$ 320.950,00. O Projeto "Câmeras Policiais Individuais PMSC", parceria com o Comando-Geral da Polícia Militar, o repasse chegou a R\$ 6.207.616,00. Já Projeto

Aquisitivo de Materiais de Resgate e Salvamento para emprego em aeronave na mesorregião de Florianópolis", com o Batalhão de Aviação da Polícia Militar, o repasse foi de R\$ 26.279,22.



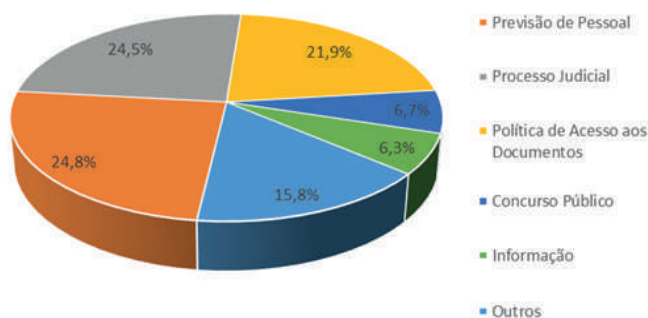
R\$ 9,6 mi para projetos inovadores e de relevância social

CANAL DIRETO ENTRE O CIDADÃO E A INSTITUIÇÃO

O TJSC, como qualquer outro tribunal, mantém à disposição do cidadão um espaço aberto para manifestações, críticas, sugestões ou solicitações.

Em 2018 a **Ouvidoria recebeu 5.810 demandas** (média de 484 ao mês), correspondendo a um aumento de 67% em relação ao volume de demandas no ano de 2017.

Os assuntos mais abordados na Ouvidoria foram os seguintes:



O aumento mais expressivo das demandas, em comparação com o mesmo período do ano anterior, teve relação com pedidos afetos a serviços jurisdicionais propriamente ditos (atividade-fim): um incremento de 158%. Para 2018, também merece destaque a canalização à Ouvidoria das cartas de pessoas presas intermediadas pelo Supremo Tribunal Federal, que contribuiu para o aumento de 358% na quantidade de missivas recebidas pelo setor.

INDICAÇÃO DO ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Nos termos do art. 6º, XIII, da Lei n. 8.666/1993 (Anexo V, Item V, b: Diário de Justiça Eletrônico, disponível no sítio do PJSC, em <http://busca.tjsc.jus.br/dje-consulta/#/main>.

CONTROLE INTERNO – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO PERÍODO

RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO (ANEXO V, ITEM VI)

Quanto às principais recomendações expedidas pela Auditoria Interna do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e as providências adotadas, destacam-se os abaixo descritos.

As informações foram compiladas a partir dos achados apontados no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna de 2018.

1) Nos processos SPA n. 35171/2017, 46577/2017 e 4137/2018, que trata da auditoria em folha de pagamento, foram apresentadas pela Auditoria Interna recomendações relacionadas à divergência entre os valores de INSS recolhidos e a informação em GFIP de setembro e dezembro de 2017 e janeiro, fevereiro e abril de 2018. Setor responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas. Regularização em andamento: a Auditoria Interna fez os encaminhamentos para a DGP regularizar as divergências e monitorar os processos.

2) No processo SPA n. 18246/2018, que trata da auditoria para avaliar a execução dos contratos de aquisição de soluções Oracle nos processos licitatórios, foram apresentados achados relacionados à dificuldade de verificação a adequação dos prazos dos contratos de suporte técnico, bem como a correspondência da quantidade de licenças de software Oracle aos equipamentos e necessidades existentes. Setor responsável: Diretoria de Tecnologia da Informação. Atendido: Nas futuras contratações desse tipo a DTI incluirá nos estudos preliminares e nos projetos básicos todas as informações disponíveis e necessárias para estabelecer a relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens e/ou serviços a serem contratados.

3) Auditoria para avaliar a execução do Contrato n. 239/2015 (manutenção evolutiva do SAJ)
Achados: a) Versões do sistema não instaladas prejudicaram a avaliação do cumprimento do objeto; b) deficiência no registro das ocorrências relacionadas à execução contratual; c) deficiência no controle das entregas de artefatos referentes aos serviços medidos exclusivamente em Pontos de Função; d) deficiência no registro das entregas de documentos previstos contratualmente; e) inconsistências nos registros sobre a quantidade de Pontos de Função das demandas; f) descumprimento dos prazos previstos

contratualmente para a entrega de relatórios e manifestação para pagamento; e g) pagamentos efetuados fora do prazo. Setor responsável: Diretoria de Tecnologia da Informação. A DTI informou que algumas providências já foram adotadas e outras estão em andamento, relacionadas à reestruturação interna, contratação de fábrica de métrica, mudança na sistemática de acompanhamento contratual e providências relacionadas à DMP.

4) Auditoria para avaliar a execução dos Contratos n. 253/2015 e 254/2015 (manutenção dos sistemas Cachê DMP e DGP)

Achados: a) Obrigação inicial do contrato não comprovada; b) descumprimento do fluxo de atendimento de demandas; c) entrega de documentação incompleta para serviço realizado; d) inconsistência entre dados constantes dos documentos entregues; e) deficiência na formalização das ocorrências relacionadas à execução contratual; f) divergência na apuração de indicadores para aplicação de ANS; g) cláusulas contratuais inconsistentes ou que poderiam ser melhoradas, para um melhor controle da execução contratual; e h) pagamentos não estão sendo efetuados na frequência prevista contratualmente. Setor responsável: Diretoria de Tecnologia da Informação. A DTI informou que algumas providências já foram adotadas e outras estão em andamento, relacionadas à solicitação de documentos para a empresa, mudança na sistemática de acompanhamento contratual, armazenamento dos documentos de controle.

5) Auditoria para avaliar a execução do Contrato n. 023/2016 – SPA n. 9519/2018 (Termsul Engenharia e Serviços Ltda. – Reforma global da Torre I, sede do TJSC)

Achados: a) Falta de cobrança de multa por atraso; e b) cálculo incorreto do valor da multa. Setor responsável: Diretoria de Engenharia e Arquitetura. O processo foi devolvido para a Diretoria de Material e Patrimônio para recalcular a multa por atraso na conclusão da parcela e efetuar a cobrança.



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº **89150/2019**, registrado no sistema SPA (Sistema de Processos Administrativos) do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Este documento eletrônico foi assinado por:

RODRIGO TOLENTINO DE CARVALHO COLLACO

510.929.999-49

Assinado digitalmente em 27/02/2019 19:47:46